



Plano de Desenvolvimento Institucional
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



2015-2019





Unidades da Administração Central

Reitora

Célia Maria Silva Correa Oliveira

Vice-Reitor

João Ricardo Filgueiras Tognini

Vice-Reitor

Marcelo Gomes Soares – **Administração**

Yvelise Maria Possiede – **Ensino de Graduação**

Valdir Souza Ferreira – **Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis**

Robert Schiaveto de Souza - **Gestão de Pessoas e do Trabalho**

Julio Cesar Gonçalves – **Infraestrutura**

Edson Carvalho Rodrigues – **Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação**

Marize Terezinha Lopes Pereira Peres – **Planejamento e Orçamento**

Diretores de Centro

Dulce Lopes Barboza Ribas – **Centro de Ciências Biológicas e da Saúde**

Vera Lúcia Penzo Fernandes – **Centro de Ciências Humanas e Sociais**

Diretores de Câmpus

Auri Claudionei Matos Frübel - **Câmpus de Aquidauana**

José Carlos de Jesus Lopes – **Gestor do Câmpus de Bonito**

Fábio Henrique Rojo Baio – **Câmpus de Chapadão do Sul**

Gedson Faria – **Câmpus de Coxim**

Daniel Henrique Lopes – **Câmpus de Naviraí**

Alexandre Pierezan – **Câmpus de Nova Andradina**

Edgar Aparecido da Costa – **Câmpus do Pantanal**

Andreia Cristina Ribeiro – **Câmpus de Paranaíba**

Amaury Antonio de Castro Junior – **Câmpus de Ponta Porã**

Osmar Jesus Macedo – **Câmpus de Três Lagoas**

Diretores de Faculdades e Escola

Nalvo Franco de Almeida Júnior – **Faculdade de Computação**

Ynes da Silva Félix – **Faculdade de Direito**

João Onofre Pereira Pinto – **Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia**

Wilson Ayach – **Faculdade de Medicina**

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo – **Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia**

Paulo Zarate Pereira – **Faculdade de Odontologia**

José Carlos de Jesus Lopes – **Escola de Administração e Negócio**

Diretores de Institutos

Dorotéia de Fátima Bozano – **Instituto de Física**

Patrícia Sândalo Pereira – **Instituto de Matemática**

Lincoln Carlos Silva de Oliveira – **Instituto de Química**

Diretores de Órgãos Suplementares

Luciano Gonda – **Núcleo de Tecnologia da Informação**

Cláudio Wanderley Luz Saab – **Núcleo de Hospital Universitário**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PDI-2015-2019	10
1. PERFIL INSTITUCIONAL	14
1.1 Missão	15
1.2 Visão	15
1.3 Histórico de implantação e desenvolvimento da instituição	15
1.4 Gestão Estratégica	18
1.5 Áreas de atuação acadêmica	36
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	38
2.1 Inserção regional, nacional e internacional	39
2.2 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição	41
2.3 Políticas de Ensino de Graduação	41
2.4 Políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	45
2.5 Políticas de Extensão e Assuntos Estudantis	52
2.6 Políticas de gestão	56
2.7 Responsabilidade social da instituição	60
3. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	62
3.1 Cronograma de implantação dos cursos de graduação no período de vigência do PDI	63
3.2 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas	71
3.3 Inovações significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares	78
3.4 Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos	79
3.5 Avanços tecnológicos	79

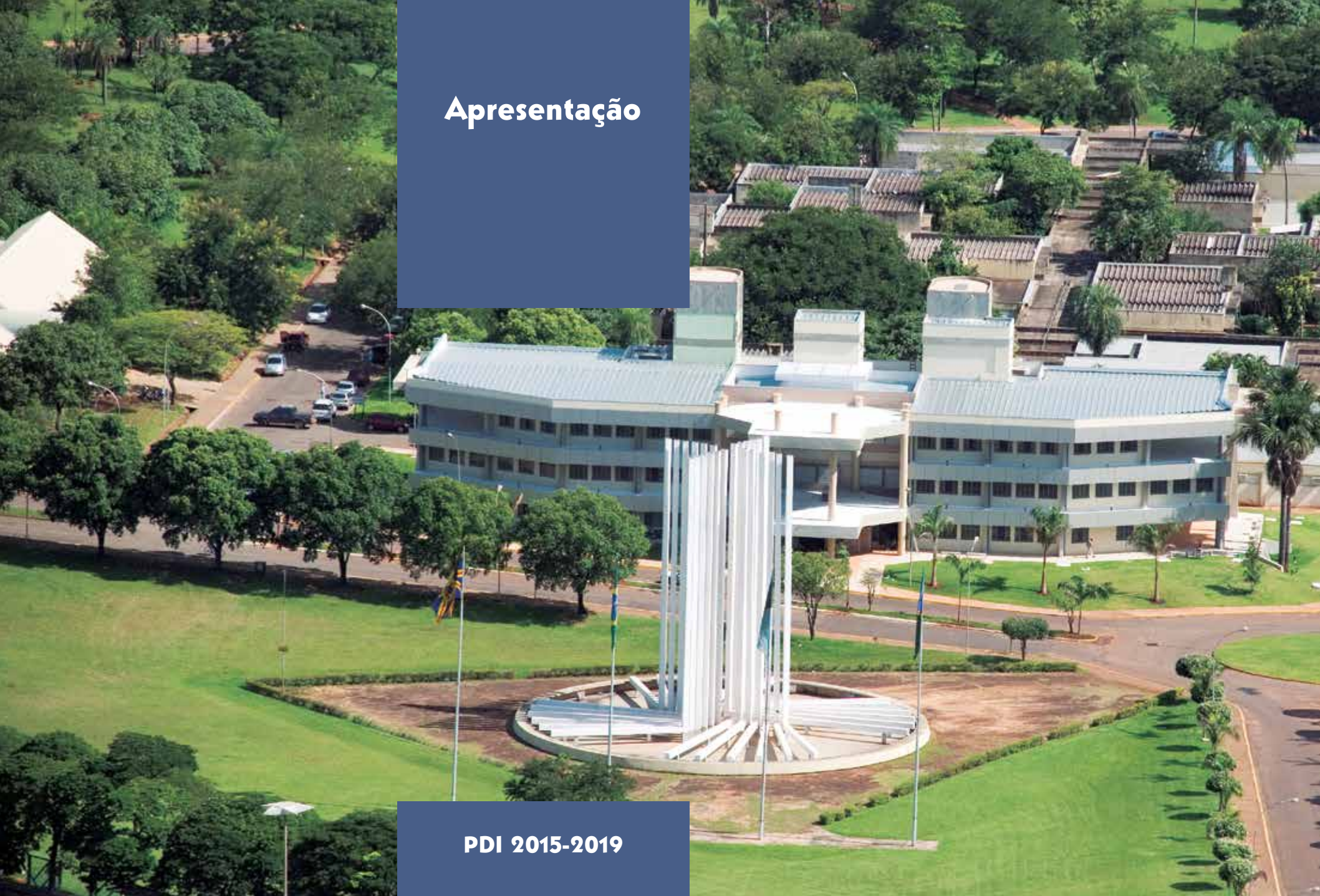
4. CORPO DOCENTE	82
4.1 Requisitos para o cargo	83
4.2 Experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica	83
4.3 Critérios de seleção e contratação	84
4.4 Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho	84
4.5 Procedimentos para substituição dos professores do quadro	85
4.6 Cronograma de expansão do corpo docente, considerando o período de vigência do PDI	87
5. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	90
5.1 Critérios de seleção e contratação	91
5.2 Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho	91
5.3 Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo, considerando o período de vigência do PDI	98
6. CORPO DISCENTE	100
6.1 Formas de acesso	101
6.2 Estímulo à permanência por meio de programas de apoio pedagógico e financeiro	102
6.3 Organização estudantil	108
6.4 Acompanhamento dos egressos	109
7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	110
7.1 Estrutura organizacional com as instâncias de decisão	111
7.2 Organograma institucional e acadêmico	112
7.3 Órgãos colegiados: composição e competências	113
7.4 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas	123
7.5 Relações e parcerias com comunidade, instituição e empresas	126

8. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	128
8.1 A autoavaliação institucional na UFMS	129
8.2 Metodologia do processo de autoavaliativo	129
8.3 Objetivos da Autoavaliação Institucional	131
8.4 A Avaliação Institucional e o Planejamento Estratégico	132
9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	134
9.1 Infraestrutura física geral na área acadêmica	135
9.2 Infraestrutura acadêmica	136
9.3 Inovações tecnológicas significativas	172
9.4 Bibliotecas	174
10. ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA	180
10.1 Acessibilidade	181
11. DEMONSTRAÇÃO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	188
11.1 Planejamento orçamentário e financeiro	189
11.2 Demonstrativo da sustentabilidade financeira	190
11.3 Planos de investimento	192
COMISSÃO CENTRAL DE ELABORAÇÃO DO PDI 2015-2019	194
ELABORAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PDI – 2015-2019	197



Apresentação

PDI 2015-2019





A administração pública contemporânea tem apresentado novos desafios ao planejamento estratégico. As demandas por maior racionalidade na utilização dos recursos disponíveis, maior capacidade no alcance de resultados, melhor interação com o ambiente interno e externo são alguns dos atributos exigidos no atual contexto da gestão pública. Nessa acepção, a substituição do pensamento burocrático pelo sistêmico se faz imprescindível, pelo que, somente a postura assertiva, dinâmica e proativa dos gestores públicos viabiliza, efetivamente, a função social de uma organização pública. O desafio, porquanto, consiste em manter a organização integrada às demandas da sociedade no que diz respeito à prestação do serviço e, fundamentalmente, a sua eficácia.

Visando melhorar a capacidade gerencial das instituições de ensino superior, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu pelo Decreto 5.773 de 09/05/06, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O plano consiste em um instrumento de planejamento de uma instituição, espaço em que se definem os objetivos e as metas de desenvolvimento para longo prazo, bem como as ações necessárias à concretização do planejamento estratégico. Em síntese, o PDI é o documento que identifica a instituição de ensino superior no que concerne à sua filosofia de trabalho, missão, visão e cultura; demonstrando, ainda, quais são os caminhos pelos quais a instituição elegeu percorrer para se consolidar um bem público indispensável ao exercício da cidadania.

Na consolidação de uma cultura voltada para os resultados, muito requisitada na atual conjuntura da administração pública, a UFMS concebeu um modelo de gestão fortemente apoiado no planejamento estratégico e na avaliação de desempenho, perpassado, sobretudo, num contexto de mudanças culturais. Entendendo que aperfeiçoar e fortalecer as práticas de gestão e os procedimentos avaliativos implica melhorar a capacidade de administrar demandas tão diversas como complexas, o Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2015-2019 foi concebido para que as estratégias de ação, nele estabelecidas, alcançassem as necessidades da sociedade e demonstrassem a capacidade de consolidação da UFMS como um bem público indispensável ao exercício da cidadania. Nesse ensejo, o planejamento estratégico apontou as diretrizes pelas quais se concretizariam os programas e suas respectivas metas de desenvolvimento institucional, no prazo e nos padrões de qualidade adequados.

Metodologia de Elaboração do PDI 2015 – 2019



PDI 2015-2019



O Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2015 a 2019 é coordenado pela Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN). Junto às demais unidades da Administração Central (Reitoria, Pró-reitorias, Núcleos) e Setorial (Centros, Câmpus, Faculdades e Institutos), das entidades de classe (docente, discente, técnico-administrativo e dos aposentados da UFMS), o PDI foi construído para proporcionar à UFMS as diretrizes para o desenvolvimento de novos padrões de excelência no atendimento às demandas da sociedade por ensino, pesquisa e extensão.

A partir de uma avaliação sobre as potencialidades e fragilidades da instituição e uma análise atual e prospectiva do seu mesoambiente, concebeu-se as Diretrizes, os Objetivos e as Metas que se integraram ao PDI 2015-2019 (Matriz Estratégica Para o Desenvolvimento Institucional) e, conseqüentemente, ao planejamento estratégico da UFMS. Com efeito, os instrumentos e as bases de dados que subsidiaram a construção da matriz supramencionada consistiram:

- na Análise SWOT (ou PFOA) para viabilizar a análise ambiental e verificar o posicionamento estratégico da instituição, uma vez que a técnica permite mensurar as forças e as oportunidades, assim como as fraquezas e as ameaças que lhe são pertinentes;
- no Ciclo PDCA, também denominado Ciclo de Shewhart ou Ciclo de Deming, a fim de proporcionar a gestão da melhoria contínua. A técnica se baseia no quadrilátero Planejar, Executar, Verificar e Atuar. Nesse sentido, as metas e os indicadores de desempenho, constantes na Matriz Estratégica Para o Desenvolvimento Institucional, correspondem às configurações do modelo PDCA; e
- as principais bases de dados consultadas para abstrair as informações relevantes ao planejamento estratégico institucional consistiram nas avaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (Relatório de Autoavaliação Institucional), nos Relatórios de Avaliação do PDI e de Gestão, no Censo da Educação Superior, no Plano Nacional de Educação, no Plano Nacional de Pós-graduação 2011-2020, no Plano Nacional de Extensão Universitária, no Plano Nacional de Assistência Estudantil e no PDI de outras instituições de ensino superior.

A elaboração e a operacionalização do PDI 2015-2019 se deram por meio de reuniões

para sensibilizar e capacitar os envolvidos no processo de construção do plano. Foi desenvolvida uma homepage (www.novopdi.ufms.br) para oportunizar a participação e a contribuição da comunidade universitária neste processo. Ainda, foi desenvolvido um sistema computacional específico para alojar as metas estabelecidas pelas unidades da Administração Central e Setorial, bem como pelos representantes de classe, metas essas alinhadas às Diretrizes, aos Objetivos e às Metas que compõem a Matriz Estratégica do Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019.





1. Perfil Institucional



PDI 2015-2019



1.1 Missão

Desenvolver e socializar o conhecimento, promovendo a formação e o aperfeiçoamento do capital humano.

1.2 Visão

Ser reconhecida por sua dinamicidade e qualidade na prestação de serviços educacionais, sociais e tecnológicos.

1.3 Histórico de implantação e desenvolvimento da Instituição

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve a sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, que seria o embrião do ensino público superior no sul do então Estado de Mato Grosso. Em 26 de julho de 1966, pela Lei Estadual nº 2.620, os cursos foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o curso de Medicina.

No ano de 1967, o Governo do Estado criou, em Corumbá, o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior. Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), com a sede em Campo Grande, ainda no Estado de Mato Grosso (MT). Em 1970 foram criados e incorporados à UEMT, os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados. Com a divisão do Estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da instituição, que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pela Lei Federal nº 6.674, de 5 de julho de 1979, com a sede em Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul (MS).

O então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis (MT), passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com sede em Cuiabá (MT). Em 2001 foram implantados o Câmpus de Coxim (CPCX), em Coxim (MS), e o

Câmpus de Paranaíba (CPAR), em Paranaíba (MS). A Resolução COUN nº 55, de 30 de agosto de 2004, que aprovou o Regimento Geral da UFMS, previa novas unidades setoriais acadêmicas nas cidades de Chapadão do Sul, Naviraí, Nova Andradina e Ponta Porã.

Em 2005, foram implantados o Câmpus de Chapadão do Sul (CPCS), em Chapadão do Sul (MS) e o Câmpus de Nova Andradina (CPNA), em Nova Andradina (MS). De acordo com a Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005, o Câmpus de Dourados (CPDO), em Dourados (MS) foi desmembrado da UFMS e transformado na Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), implantada em 1º de janeiro de 2006.

Em 19 de setembro de 2005, o Câmpus de Corumbá (CPCO), em Corumbá/MS, passou a se chamar Câmpus do Pantanal (CPAN). Ainda, neste ano, foram implantadas a Faculdade de Medicina (FAMED), a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ) e a Faculdade de Odontologia (FAODO).

Em 2007, por meio do Ofício nº 243/2007-RTR, de 10 de setembro de 2007, a UFMS encaminhou à Direção do Departamento de Desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior, da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, um documento preliminar contendo em linhas gerais a proposta de participação da UFMS, com as suas intenções, com vistas à adesão junto ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais– REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

Pela Resolução do Conselho universitário (COUN) nº 60, de 24 de outubro de 2007, que aprovou a proposta de participação da UFMS no REUNI, eram previstos cursos de graduação no Câmpus de Bonito (CPBO), no Câmpus de Naviraí (CPNV) e no Câmpus de Ponta Porã (CPPP), ofertados no Processo Seletivo da UFMS 2009 Verão e com início de funcionamento a partir do ano letivo de 2009. Na mesma resolução foram relacionados vários novos cursos de graduação e programas de pós-graduação e, também, alterados os números de vagas em diversos cursos de graduação, com previsão de implementação nos processos seletivos a serem realizados até o ano letivo de 2012.

Em 2009, foram implantadas, em Campo Grande, a Faculdade de Computação (FACOM), decorrente de proposta de adesão da UFMS ao REUNI, e a Faculdade de Direito (FADIR). Tomando-se como centro de um círculo hipotético a Cidade Universitária em Campo Grande, a UFMS abrange uma extensa área geográfico-educacional que resulta num raio de mais de quinhentos quilômetros e atinge todos os municípios de Mato Grosso do Sul, os Estados de Mato Grosso, Goi-

ás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná e os países limítrofes, Paraguai e Bolívia, de onde se origina grande parte de seus alunos-convênio.

Em 2013, foram criados o Instituto de Física (INFI), o Instituto de Química (INQUI) e o Instituto de Matemática (INMA), bem como a Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (FAENG), em razão do desmembramento e desativação do CCET.

A UFMS possui cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e a distância. O ensino de pós-graduação engloba os cursos de especialização e os programas de mestrado e doutorado. Em Campo Grande (MS) se localiza a sede da UFMS na qual funcionam, atualmente, 12 unidades setoriais acadêmicas, sendo dois centros, seis faculdades, três institutos e a coordenação de educação a distância. Integram essas unidades: o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), o Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), a Faculdade de Computação (FACOM), a Faculdade de Direito (FADIR), a Faculdade de Medicina (FAMED), a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ), a Faculdade de Odontologia (FAODO), a Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Geografia (FAENG), o Instituto de Matemática (INMA), o Instituto de Química (INQUI), o Instituto de Física (INFI) e a Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (CED/PREG), responsável exclusivamente pelos cursos a distância, em nível de graduação e de pós-graduação.

As dez unidades setoriais acadêmicas denominadas Câmpus estão implantadas nas seguintes cidades do Estado de Mato Grosso do Sul: em Aquidauana, o Câmpus de Aquidauana (CPAQ); em Bonito, o Câmpus de Bonito (CPBO); em Chapadão do Sul, o Câmpus de Chapadão do Sul (CPCS); em Corumbá, o Câmpus do Pantanal (CPAN); em Coxim, o Câmpus de Coxim (CPCX); em Naviraí, o Câmpus de Naviraí (CPNV); em Nova Andradina, o Câmpus de Nova Andradina (CPNA); em Paranaíba, o Câmpus de Paranaíba (CPAR); em Ponta Porã, o Câmpus de Ponta Porã (CPPP); e em Três Lagoas, o Câmpus de Três Lagoas (CPTL).

Dessa forma, a UFMS promove a interiorização do ensino superior ao atender a Capital e mais dez cidades do interior no Estado. Visando ultrapassar os objetivos essenciais de aprimoramento do ensino e estímulo às atividades de pesquisa e de extensão, a UFMS vem participando ativamente da preservação dos recursos naturais do meio ambiente, especialmente da fauna e flora do Pantanal, região onde está inserida e que motiva estudos e pesquisas na Instituição.

Com a adesão da UFMS ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI foi ampliado o quantitativo de cursos e de vagas de ingresso na

graduação e pós-graduação e, ainda, viabilizada a expansão de infraestrutura física e de recursos humanos necessária para propiciar a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Destaca-se, também, os Núcleos de Hospital Universitário (NHU) e de Tecnologia da Informação (NTI) órgãos suplementares, que prestam serviços assistenciais e técnicos à comunidade, bem como outras unidades como a Base de Estudos do Pantanal, o Hospital Veterinário, a Fazenda Escola, os espaços culturais e poliesportivos (Estádio Pedro Pedrossian, Teatro Glauce Rocha, entre outros). Estas unidades têm por finalidade apoiar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e possibilitar o desenvolvimento de atividades técnica, cultural, desportiva e recreativa, além de oferecer laboratórios que servem de suporte ao ensino, pesquisa e extensão.

Em sua trajetória histórica, a UFMS busca consolidar seu compromisso social com a comunidade sul-mato-grossense, gerando conhecimentos voltados à necessidade regional, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Sempre evidenciou a necessidade de expandir a formação profissional no contexto social-demográfico e político sul-mato-grossense.

Sua preocupação com a formação de recursos humanos para a saúde caracterizou o início de sua história, cujos fundamentos vieram agregar-se ao interesse pelo ensino de humanidades, letras e ciências exatas e da terra, com a implantação de licenciaturas e bacharelados em distintas áreas do conhecimento. Visando, porém, atingir também objetivos essenciais de aprimoramento do ensino e estímulo às atividades de pesquisa e de extensão, a UFMS participa ativamente da preservação de recursos naturais do meio ambiente de Mato Grosso do Sul, especialmente da fauna e flora do pantanal e do cerrado, símbolos ou ícones dessa região, bem como desenvolve projetos que buscam outros aspectos de sua identidade, quais sejam as atuações junto a comunidades indígenas e outras assim chamadas minorias.

1.4 Gestão Estratégica

Atenta às novas configurações e desafios da gestão pública na contemporaneidade e às demandas presentes e futuras dos ambientes com os quais interage, a UFMS vem ampliando a inserção de práticas e procedimentos mais condizentes com a visão sistêmica da Instituição; creditando ao estudo e à análise das suas virtudes e fragilidades, o crescente instrumental estratégico presente nas proposituras de modernização e aperfeiçoamento da gestão universitária.

Os esforços para promover o ensino, a pesquisa, a inovação e a extensão com qualidade,

sintonizadas com aspectos mais abrangentes, quais sejam, a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e o aprimoramento do capital intelectual e humano da sociedade, traduzem as diretrizes que consubstanciam os principais instrumentos norteadores de atuação da UFMS. Neste contexto, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 foi elaborado segundo as demandas da comunidade universitária.

As Unidades da Administração Central e Setorial puderam dimensionar as suas necessidades, ações e metas para assim concretizar os objetivos das suas respectivas áreas de atuação, notadamente facilitadas pela adoção de políticas e procedimentos voltados para ampliar a desconcentração de competências no contexto administrativo e financeiro. Com isso, foi possível criar mecanismos para viabilizar o atendimento às aspirações da comunidade universitária, de modo que o conjunto de objetivos declarados fosse posto como uma prioridade institucional.

Elaborado para dimensionar o conjunto de metas e ações declaradas pela Instituição no período de cinco anos, o PDI é o documento que as identifica no que diz respeito à metodologia de trabalho, às diretrizes pedagógicas, à estrutura orgânica e jurídica, à missão institucional e à construção de parâmetros de desempenho. Revestido de uma concepção de avaliação crítica, o Plano proporciona o desvelamento das potencialidades e fragilidades da instituição, melhorando sobremaneira a capacidade de realização dos objetivos, diretrizes e metas estabelecidas.

As diretrizes e os programas contidos no Plano revelam o esforço que a UFMS tem empregado na execução de processos e procedimentos mais ajustados com as demandas de todos os estratos da sua comunidade, de modo que se possa efetivar a contribuição dessa universidade no desenvolvimento das atividades socioeconômicas e ambientais locais, regionais e nacionais, sem prescindir, contudo, da sua função maior que é a disseminação do conhecimento. Os programas, metas e indicadores de desempenho estão representados na Matriz Estratégica para o Desenvolvimento Institucional.

O PDI, estruturado em eixos temáticos com diretrizes e metas que abrangem políticas administrativas, pedagógicas, estruturais e sociais (vide figura subsequente), é o instrumento oportuno para celebrar o novo paradigma de gestão pública dentro da instituição: compatível com as exigências de qualidade, transparência, autonomia e desempenho, impostas não apenas pelos instrumentos de controle do aparelho de Estado, mas, sobretudo, pela sociedade do conhecimento em seus mais amplos aspectos.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ESQUEMA ESTRATÉGICO

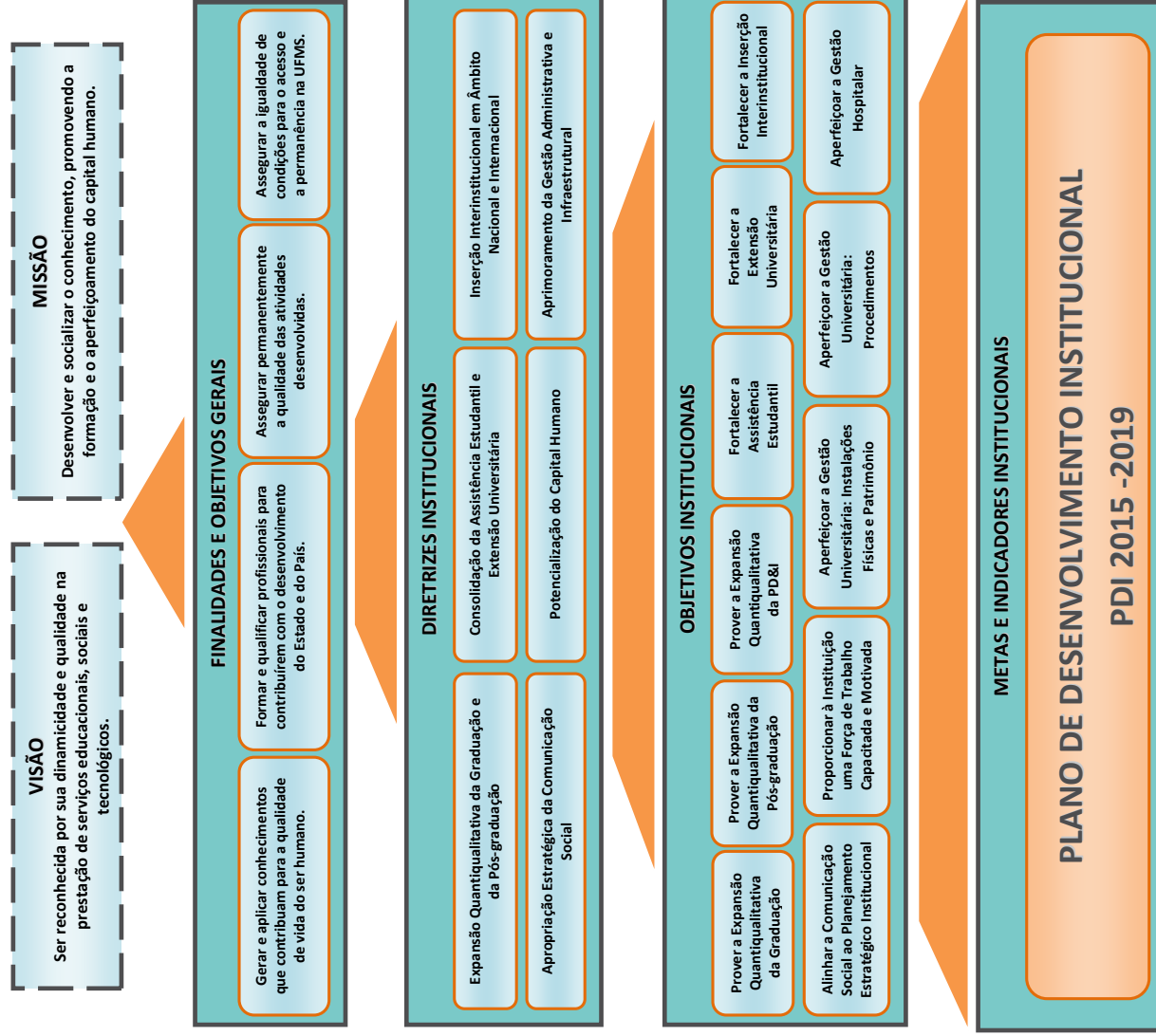


Figura 1: Esquema estratégico do PDI 2015-2019.
 Fonte: PROPLAN.
 Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Matriz Estratégica para o Desenvolvimento Institucional

Diretriz 1	Expansão Quantitativa da Graduação e da Pós-Graduação								
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)	
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo
Prover a Expansão Quantitativa da Graduação	Criar cursos superiores fundamentados em estudo de viabilidade.	PREG	2	11 0	9 13	9 8	7 16	Total de cursos criados	ID= ∑ cursos criados
	Proceder à análise técnica para fundamentar a criação; a suspensão; a redução ou a ampliação de vagas e a mudança de turno dos cursos superiores.		1	1	1	1	1	Procedimento realizado	*
	Elevar a oferta de vagas nos cursos superiores conforme a demanda.		70	420 0	400 590	430 340	320 710	Oferta de vagas elevada	ID= ∑ oferta a.c - ∑ oferta a.a
	Alcançar a taxa de sucesso da graduação proposta.		53	54	55	58	60	Taxa de sucesso alcançada	ID= (∑ diplomados / ∑ ingressantes) x 100 Obs.: ingressantes no ano inicial da duração padrão dos cursos
	Elevar o índice de ocupação de vagas reofertadas ¹ .		22%	24%	26%	28%	30%	Índice elevado	ID= [(∑ índice a.c / ∑ índice a.a) - 1] x 100
	Elevar a oferta de bolsas no Programa Monitoria conforme disponibilidade de recursos.		10%	10%	10%	10%	10%	Oferta de bolsas elevada	ID= [(∑ oferta a.c / ∑ oferta a.a) - 1] x 100
	Atingir a taxa média de evasão.		21%	20%	19%	18%	17%	Taxa média de evasão atingida	ID= (∑ evasões / ∑ matriculados) x 100
	Implantar os projetos de Tutoria e Acompanhamento Acadêmico junto aos cursos com alta ociosidade e retenção.		-	1	-	-	-	Projetos implantados	ID= ∑ projetos implantados
	Elevar a quantidade de cursos de graduação que possam atividades integradas com as da pós-graduação.	PREG; PROPP	50%	75%	100%	100%	100%	Quantidade de cursos integrados elevada	ID= [(∑ cursos de integrados a.c / ∑ cursos integrados a.a) - 1] x 100

Continua

¹Considera-se vagas reofertadas as vagas ociosas que são novamente oferecidas nos processos seletivos. As vagas ociosas, por seu turno, são as vagas que não foram preenchidas quando da sua primeira oferta nos processos seletivos, bem como as que foram desocupadas em razão de desistência, solicitação do aluno, transferência e jubilação.

Diretriz 1 Expansão Quantitativa da Graduação e da Pós-Graduação									
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)	
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo
Prover a Expansão Quantitativa da Graduação	Elevar o número de cursos de graduação que incluam na matriz curricular disciplinas vinculadas a programas de extensão.	PREG PREAE	30%	35%	40%	50%	60%	Número de cursos elevado	$ID = [(\sum \text{cursos a.c.} / \sum \text{cursos a.a.}) - 1] \times 100$
	Conceber estudo de viabilidade do funcionamento em único turno dos cursos oferecidos em período integral.	PREG	1	1	-	-	-	Estudo concebido	*
	Redefinir as atribuições do coordenador de curso no que concerne ao impacto das suas ações para o aperfeiçoamento acadêmico.		1	1	1	1	1	Redefinição concretizada	*
	Atingir a média geral do CPC dos cursos de graduação.		3,6	3,7	3,8	3,9	4,0	Média geral CPC atingida	$ID = \sum \text{conceitos} / \sum \text{cursos}$
	Elevar o número de disciplinas para cursos aptos à flexibilidade curricular.		100%	100%	100%	100%	100%	Número de disciplinas flexibilizadas (DF) elevado	$ID = [(\sum DF \text{ a.c.} / \sum DF \text{ a.a.}) - 1] \times 100$
	Estabelecer indicadores mínimos de desempenho dos cursos de graduação para manutenção da oferta de vagas.		1	1	-	-	-	Estabelecimento concretizado	*
	Desenvolver ações de incentivo à interação dos cursos de graduação com a educação básica.		2	4	6	8	10	Ações desenvolvidas	$ID = \sum \text{ações desenvolvidas}$
	Elevar o acervo bibliográfico institucional (físico).		4,8%	5,1%	4,9%	5%	5,2%	Acervo bibliográfico físico elevado	$ID = [(\sum \text{acervo físico a.c.} / \sum \text{acervo físico a.a.}) - 1] \times 100$
	Elevar o acervo bibliográfico institucional (digital).		45%	26%	26%	28%	29%	Acervo bibliográfico digital elevado	$ID = [(\sum \text{acervo digital a.c.} / \sum \text{acervo digital a.a.}) - 1] \times 100$
	Manter a frequência média diária nas bibliotecas (sede e câmpus).		100%	100%	100%	100%	100%	Frequência média mensal mantida	$ID = [(\sum \text{frequência a.c.} / \sum \text{frequência a.a.}) - 1] \times 100$

Continua

Continuação

Diretriz 1 Expansão Quantitativa da Graduação e da Pós-Graduação									
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)	
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo
Prover a Expansão Quantitativa da Graduação	Elevar os empréstimos de materiais bibliográficos nas bibliotecas (sede e câmpus).	PREG	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	Empréstimos elevados	$ID = [(\sum \text{empréstimos a.c} / \sum \text{empréstimos a.a}) - 1] \times 100$
	Elevar os acessos aos bancos de dados digitais.		5%	5%	5%	5%	5%	Acessos elevados	$ID = [(\sum \text{acessos a.c} / \sum \text{acessos a.a}) - 1] \times 100$
Prover a Expansão Quantitativa da Pós-graduação	Atingir o contingente de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em nível de mestrado acadêmico e profissionalizante aprovados.	PROPP	2	16 4	5 8	5 9	3 8	Contingente atingido	$ID = \sum \text{programas aprovados}$
	Atingir o contingente de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em nível de doutorado (próprios e interinstitucionais) aprovados.		3	8 0	4 1	3 4	4 7	Contingente atingido	$ID = \sum \text{programas aprovados}$
	Implantar cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .		3	4	3	3	3	Cursos implantados	$ID = \sum \text{cursos implantados}$
	Atingir a média geral do conceito CAPES dos cursos de pós-graduação.		3,6	3,6	3,8	3,8	3,8	Média geral atingida	$ID = \frac{\sum \text{conceitos}}{\sum \text{cursos}}$
	Elevar a oferta de vagas nos cursos de pós-graduação		40	205 40	90	50 110	45 130	Oferta de vagas elevada	$ID = \sum \text{oferta a.c} - \sum \text{oferta a.c}$
	Atingir o contingente de bolsas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.		604	634	669	694	724	Contingente atingido	$ID = \sum \text{bolsas}$
	Realizar a avaliação de desempenho dos programas de pós-graduação.		1	1	1	1	1	Avaliação realizada	*
	Estabelecer critérios de viabilidade para a oferta e a manutenção dos programas de pós-graduação.		-	1	-	-	-	Estabelecimento concretizado	*
	Atingir o contingente de bolsas do programa de Residência Médica.		130	137 133	144	151	159	Contingente atingido	$ID = \sum \text{bolsas}$
	Atingir o contingente de bolsas do programa de Residência Multiprofissional		95	100 56	105	110	116	Contingente atingido	$ID = \sum \text{bolsas}$

Continua

Continuação

Diretriz 1	Expansão Quantitativa da Graduação e da Pós-Graduação								
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)	
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo
Prover a Expansão Quantitativa em PD&I	Promover eventos para discussão, aprimoramento e consolidação dos programas de pós-graduação.	PROPP	1	1	1	1	1	Eventos realizados	ID= ∑ eventos realizados
	Atingir o contingente de bolsistas de Iniciação Científica no âmbito do PIBIC.		336	341	346	351	356	Contingente atingido	ID= ∑ bolsas
	Atingir o contingente de bolsistas de Iniciação Científica no âmbito do PIBIT.		14	19	24	29	34	Contingente atingido	ID= ∑ bolsas
	Atingir o contingente de participações voluntárias ² na Iniciação Científica.		60	65	70	75	80	Contingente atingido	ID= ∑ participações
	Elevar as publicações de artigos científicos em periódicos com Qualis A1, A2, B1 e B2, em bases nacionais e internacionais.		5%	7%	7%	8%	10%	Publicações elevadas	ID= [(∑ publicações no a.c / ∑ publicações no a.a) - 1] x 100
	Realizar eventos científico-tecnológicos na UFMS.		2	3	3	4	4	Eventos realizados	ID= ∑ eventos
	Celebrar novos contratos de parceria, cooperação, transferência ou licenciamento de tecnologia com empresas ou organizações públicas.		18	20	22	24	26	Novos contratos celebrados	ID= ∑ contratos celebrados
	Elevar a quantidade de empresas graduadas no âmbito da PIME.		2	1	2	1	2	Quantidade de empresas elevada	ID= ∑ empresas graduadas a.c - ∑ empresas graduadas a.a
	Elevar a quantidade de empresas juniores.		1	1	1	1	1	Quantidade de empresas elevada	ID= ∑ empresas juniores a.c - ∑ empresas juniores a.a
	Atingir o contingente de pedidos para registro de patentes e registros de <i>softwares</i> .		5	7 10	10	15	20	Contingente de pedidos atingido	ID= ∑ pedidos
Atingir o contingente de docentes, com propostas de trabalho, participantes em eventos acadêmicos e científico-tecnológicos.	61	61 30	66	66	71	Contingente atingido	ID= ∑ docentes participantes		

Continua

²As apropriações da participação voluntária dos acadêmicos na iniciação científica foram colocadas em breve perspectiva no Relatório de Avaliação do PDI 2010-2014, ano base 2013, página 52.

Continuação

Diretriz 1 Expansão Quantitativa da Graduação e da Pós-Graduação									
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)	
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo
Prover a Expansão Quantitativa em PD&I	Attingir o contingente de projetos de pesquisa apoiados com fomento interno.	PROPP	257	312 310	346	390	431	Contingente atingido	ID= ∑ projetos
	Elevar os projetos de pesquisa apoiados com fomento externo.		41%	30% 15%	25% 15%	20%	17% 20%	Projetos elevados	ID= [(∑ projetos a.c / ∑ projetos a.a) -1] x 100
	Conceber o programa institucional de PD&I.		-	1 0	- 1	-	-	Programa concebido	*
	Conceber prêmios de mérito em empreendedorismo inovador no âmbito da UFMS.		15	15 20	15	20	20	Total de prêmios concedidos	ID= ∑ prêmios concedidos
	Attingir o contingente de grupos de pesquisa.		353	360 390	375	382	390	Contingente atingido	ID= ∑ grupos homologados
	Elevar a quantidade de projetos no âmbito da Base de Estudos do Pantanal.		3%	10%	9%	7%	6%	Quantidade de projetos elevados	ID= [(∑ projetos a.c / ∑ projetos a.a) -1] x 100
	Elevar a visitação ao Museu de Arqueologia da UFMS, realizando exposições itinerantes e dinâmicas de educação patrimonial nos municípios e para alunos da educação básica.		364	200 1000	200	200	200	Visitações elevadas	ID= ∑ visitas a.c - ∑ visitas a.a
	Incentivar a inserção institucional em âmbito internacional, por meio de títulos publicados pela editora da UFMS em regime de co-autoria com pesquisadores vinculados a instituições estrangeiras.		1	1	2	2	2	Inserções concebidas	ID= ∑ inserções
	Elevar a publicação de livros, revistas científicas e de material didático oriundos de trabalhos de pesquisa, de programas de pós-graduação e projetos de extensão cultural no âmbito da UFMS.		5%	5% 3%	5%	5%	5%	Publicação elevada	ID= [(∑ publicações a.c / ∑ publicações a.a) -1] x 100

Fonte: PREG; PROPP

Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Legenda: (a.a) ano anterior; (a.c) ano corrente; (-) não há dados referenciais; (*) não satisfaz à condição necessária para uma operação matemática.

Nota: Conforme a devolutiva das unidades gestoras, as metas com o verbo elevar estão quantificadas ora com valor absoluto, ora com valor relativo.

Diretriz 2 Consolidação da Assistência Estudantil e Extensão Universitária									
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)	
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo
Fortalecer a Assistência Estudantil	Elevar o alcance do acompanhamento de acadêmicos atendidos pela Assistência Acadêmica.	PREAE	4%	4% 2%	4% 3%	4%	4%	Alcance elevado	$ID = [(\sum \text{alcance dos acompanhamentos a.c.} / \sum \text{alcance dos acompanhamentos a.a}) - 1] \times 100$
	Aprimorar as plataformas de dados discentes (Perfil Acadêmico)	PREAE; NTI	±	±	±	±	±	Aprimoramento concebido	*
	Elevar o número de acadêmicos beneficiados com ações de moradia.	PREAE	50	500 -	50 100	60 200	72 300	Número de beneficiados elevado	$D = \sum \text{beneficiados a.c.} - \sum \text{beneficiados a.a}$
	Elevar o número de acadêmicos beneficiados com ações de transporte.		200	200 -	200	200	200	Número de beneficiados elevado	$ID = \sum \text{beneficiados a.c.} - \sum \text{beneficiados a.a}$
	Elevar o número de acadêmicos beneficiados com ações de atendimentos a mães e pais com crianças menores de 6 anos.		-	-	40	8	10	Número de beneficiados elevado	$ID = \sum \text{beneficiados a.c.} - \sum \text{beneficiados a.a}$
	Elevar o alcance da Ação Apoio à Permanência.		2%	2% -	2%	2%	2%	Alcance elevado	$ID = [(\sum \text{alcance a.c.} / \sum \text{alcance a.a}) - 1] \times 100$
	Elevar o alcance da Ação Apoio à Alimentação.		2%	2% -	2%	2%	2%	Alcance elevado	$ID = [(\sum \text{alcance a.c.} / \sum \text{alcance a.a}) - 1] \times 100$
	Elevar o número de acadêmicos atendidos nas ações de auxílio emergencial		43	10 500	10 -	10 -	10 -	Alcance elevado	$ID = \sum \text{alcance a.c.} - \text{alcance a.a}$
	Elevar o número de acadêmicos atendidos nas ações de apoio pedagógico.		40	340 240	390	440	540	Número de beneficiados elevado	$ID = \sum \text{beneficiados a.c.} - \sum \text{beneficiados a.a}$
	Elevar o número de acadêmicos atendidos nas ações de saúde.		39	30	30	30	30	Número de beneficiados elevado	$ID = \text{beneficiados a.c.} - \sum \text{beneficiados a.a}$

Continua

Diretriz 2 Consolidação da Assistência Estudantil e Extensão Universitária									
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)	
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo
Fortalecer a Assistência Estudantil	Elevar o número de acadêmicos com necessidades educacionais especiais beneficiados pelas ações de Acessibilidade.	PREAE	13	13 135	13	13	13	Número de beneficiados elevado	$ID = \frac{\sum \text{beneficiados a.c.} - \sum \text{beneficiados a.a.}}{\sum \text{beneficiados a.a.}}$
	Elevar o número de acadêmicos ingressantes por reserva de vaga beneficiados pelas ações de Acompanhamento Acadêmico.		24	27 -	29	33	36	Número de beneficiados elevado	$ID = \frac{\sum \text{beneficiados a.c.} - \sum \text{beneficiados a.a.}}{\sum \text{beneficiados a.a.}}$
	Elevar o número de acadêmicos beneficiados pelas ações de cultura e desporto.		255	257	260	263	266	Número de beneficiados elevado	$ID = \frac{\sum \text{beneficiados a.c.} - \sum \text{beneficiados a.a.}}{\sum \text{beneficiados a.a.}}$
Fortalecer a Extensão Universitária	Elevar a participação de docentes nas ações extensionistas.	PREAE	5%	5%	7%	7%	10%	Participação elevada	$ID = \left[\frac{\sum \text{participações a.c.}}{\sum \text{participações a.a.}} - 1 \right] \times 100$
	Elevar a participação de discentes nas ações extensionistas.*		5%	6%	8%	10%	12%		
	Constituir Programas de Extensão Universitária.		10	15	15	20	20	Programas constituídos	$ID = \sum \text{programas}$
	Promover ações de extensão na forma de redes e parcerias para intercâmbio de conhecimento, mobilização de recursos e desenvolvimento sustentável.		55	60	70	75	85	Ações desenvolvidas	$ID = \sum \text{ações}$
	Elevar Atingir o quantitativo de bolsas de extensão com fomento externo.		5% -	5% 131	5% 136	5% 141	5% 146	Quantidade de ações elevadas Quantitativo atingido	$ID = \frac{\sum \text{oferta a.c.} - \sum \text{oferta a.a.}}{\sum \text{oferta a.a.}}$ $ID = \sum \text{bolsistas}$
	Elevar Atingir o quantitativo de bolsas de extensão com fomento interno.		10 -	20 40	30 45	40 50	50 60	Quantidade de ações elevadas Quantitativo atingido	$ID = \frac{\sum \text{oferta a.c.} - \sum \text{oferta a.a.}}{\sum \text{oferta a.a.}}$ $ID = \sum \text{bolsistas}$
	Elevar a quantidade de ações extensionistas com fomento externo.		5%	5% 6%	5% 8%	5% 9%	5% 10%	Quantidade de ações elevada	$ID = \left[\frac{\sum \text{ações a.c.}}{\sum \text{ações a.a.}} - 1 \right] \times 100$

Fonte: PREAE.

Legenda: (a.a) ano anterior; (a.c) ano corrente; (-) não há dados referenciais; (*) não satisfaz à condição necessária para uma operação matemática.

Nota: Conforme a devolutiva das unidades gestoras, as metas com o verbo elevar estão quantificadas ora com valor absoluto, ora com valor relativo.

Diretriz 2									
Consolidação da Assistência Estudantil e Extensão Universitária									
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)	
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo
Fortalecer a Extensão Universitária	Atingir o contingente de ações extensionistas com fomento interno.	PREAE	120	125 68	130 80	135 90	140 100	Contingente atingido	ID= \sum ações
	Ofertar cursos de extensão na modalidade EaD.		10	10 12	10 15	15 17	15 19	Total de cursos oferecidos	ID= \sum cursos

Diretriz 3									
Inserção Interinstitucional									
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)	
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo
Fortalecer a Inserção Interinstitucional	Estabelecer o Plano de Gestão dos programas de mobilidade estudantil e docente em âmbito nacional e internacional.	RTR; PREG; PROPP	-	1	-	-	1	Plano estabelecido	*
	Atingir o contingente de vagas ³ proposto para a mobilidade estudantil e docente em âmbito nacional.		111	120	129	138	145	Contingente atingido	ID= \sum vagas oferecidas
	Elevar a oferta de bolsas ⁴ dos programas de mobilidade estudantil e docente em âmbito nacional.		2	2	2	2	2	Oferta de bolsas elevada	ID= \sum bolsas a.c - \sum bolsas a.a
	Estabelecer novos acordos de cooperação, convênios e/ou parcerias com universidades ou centros de pesquisa em âmbito nacional, para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.		-	1	1	1	1	Total de novos acordos estabelecidos	ID= \sum acordos estabelecidos
	Atingir o contingente de vagas ⁴ para mobilidade estudantil internacional.		60	60	70 15	70 15	70 15	Contingente atingido	ID= \sum vagas oferecidas
	Elevar a oferta de bolsas ⁵ dos programas de mobilidade estudantil e docente em âmbito internacional.		100	100 50	100 10	100 10	100 10	Oferta de bolsas elevada	ID= \sum bolsas a.c - \sum bolsas a.a

Fonte: PREG; RTR.

Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Legenda: (a.a) ano anterior; (a.c) ano corrente; (-) não há dados referenciais; (*) não satisfaz à condição necessária para uma operação matemática.

³O termo Vaga corresponde à disponibilidade de vagas ofertadas a alunos e professores de outras instituições de ensino, nacionais ou internacionais, para a mobilidade na UFMS.

⁴O termo Bolsista corresponde a alunos e professores da UFMS beneficiados com bolsas para a mobilidade em instituições de ensino nacionais ou internacionais.

Diretriz 3 Inserção Interinstitucional									
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)	
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo
Fortalecer a Inserção Interinstitucional	Estabelecer novos acordos de cooperação, convênios e/ou parcerias com universidades ou centros de pesquisa em âmbito internacional, para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.	RTR; PREG; PROPP	15	20 5	20 5	25 5	25 5	Total de novos acordos estabelecidos	ID= ∑ acordos estabelecidos
	Oferecer curso de língua portuguesa aos alunos estrangeiros em mobilidade estudantil na UFMS.		1	1	1	1	1	Curso implantado	*
	Oferecer curso de língua estrangeira aos alunos do interior interessados em mobilidade estudantil em âmbito internacional	PREG; PREAE	-	1	1	1	1	Curso implantado	*
	Realizar ações que visem divulgar as opções para a mobilidade estudantil disponíveis na instituição.	RTR; PREG; PROPP	5	7	7	8	8	Total de ações realizadas	ID= ∑ ações realizadas
	Estabelecer a política de inserção da UFMS em diversos eixos geográficos nacionais e internacionais.		4	4	4	5	5	Políticas estabelecidas	ID= ∑ políticas realizadas

Diretriz 4 Apropriação Estratégica da Comunicação Social									
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)	
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo
Alinhar a Comunicação Social ao Planejamento Estratégico institucional	Estabelecer a Política de Comunicação Social.	RTR	-	1	-	-	-	Política estabelecida	*
	Instituir Equipes de Comunicação Social nos Câmpus.		1	1	1	1	1	Equipes instituídas	*
	Prover a adaptação dos vídeos institucionais ao público PNE.		1	2	1	2	1	Adaptações providas	ID= ∑ vídeos adaptados
	Iniciar a radiodifusão da Rádio Universitária.		-	1	-	-	-	Radiodifusão iniciada	*
	Reformular o layout do site institucional.	RTR; NTI	1	-	-	-	-	Layout reformulado	*

Fonte: RTR.

Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Legenda: (a.a) ano anterior; (a.c) ano corrente; (-) não há dados referenciais; (*) não satisfaz à condição necessária para uma operação matemática.

Diretriz 5		Potencialização do Capital Humano							
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)	
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo
Proporcionar à instituição uma força de trabalho capacitada e motivada	Realizar, em três etapas, o dimensionamento da força de trabalho do quadro docente e técnico-administrativo.	PROGEP	1	-	1	-	1	Força de trabalho dimensionada	*
	Implementar programa de capacitação de sucessores.		1	-	-	-	-	Programa desenvolvido	*
	Desenvolver uma política para a qualificação docente, junto à CPPD, alinhada ao planejamento estratégico institucional.	PROGEP; RTR; PREG	-	1	-	-	-	Política desenvolvida	*
	Desenvolver uma política para a qualificação dos técnicos administrativos, junto à CPPTA, alinhada ao planejamento estratégico institucional.	PROGEP	1	-	-	-	-	Política desenvolvida	*
	Atingir o quantitativo de docentes e técnicos administrativos beneficiados pelas ações de capacitação.		450	450	450	450	450	Quantitativo atingido	ID= \sum servidores capacitados
	Desenvolver ações que promovam a qualidade de vida no trabalho.		5	5	7	7	7	Total de ações empreendidas	ID= \sum ações empreendidas
	Atingir o contingente de vistorias nos ambientes sob condições de periculosidade e insalubridade.		180	180	200	230	230	Contingente atingido	ID= \sum vistorias
	Dimensionar a amplitude das vistorias nos ambientes sob condições de periculosidade e insalubridade.		1	1	1	1	1	Amplitude dimensionada	ID= $(\sum \text{vistorias} / \sum \text{de ambientes insalubres e perigosos}) \times 100$
	Reduzir o número de acidentes laborais.		8	7	5	4	3	Número reduzido	ID= $(\sum \text{acidentes a.c} - \sum \text{acidentes a.a})$

Fonte: PROGEP

Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Legenda: (a.a) ano anterior; (a.c) ano corrente; (-) não há dados referenciais; (*) não satisfaz à condição necessária para uma operação matemática.

Diretriz 6 Aprimoramento da Gestão Administrativa e Infraestrutural										
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)		
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo	
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Instalações Físicas e Patrimônio	Prover a construção de obras de acordo com a viabilidade orçamentária.	PROINFRA	15	3	3	4	4	Total de obras empenhadas	ID= \sum obras empenhadas	
	Prover as revitalizações dos espaços internos demandadas pelas unidades acadêmicas e administrativas, de acordo com a viabilidade orçamentária.		10%	10%	20%	20%	30%	Índice de atendimento da demanda por revitalizações	ID= $(\sum \text{revitalizações atendidas} / \sum \text{revitalizações demandadas}) \times 100$	
	Prover as revitalizações dos espaços externos demandadas pelas unidades acadêmicas e administrativas, de acordo com a viabilidade orçamentária.		10%	10%	20%	30%	30%	Índice de atendimento da demanda por revitalizações	ID= $(\sum \text{revitalizações atendidas} / \sum \text{revitalizações demandadas}) \times 100$	
	Conceber o Plano de Gestão de Bens Imóveis e sua respectiva avaliação periódica.	PRAD	-	1	-	-	-	Plano instituído	*	
	Instituir o Plano de Gestão de Obras e sua respectiva avaliação periódica.	PROINFRA	-	-	1	-	-	Plano instituído	*	
	Instituir o Plano de Redução de Emissão de Gases Poluentes pela Logística de Pessoal e de Material, bem como a sua respectiva avaliação periódica.		-	1	-	-	-	Plano instituído	*	
	Instituir Políticas de Biossegurança.		RTR;	-	1	-	-	-	Políticas instituídas	*
	Instituir o Plano Diretor.	PRAD;	-	1	-	-	-	Plano instituído	*	
	Instituir o Plano de Gestão Ambiental e sua respectiva avaliação periódica.	PROINFRA;	1	1	±	-	-	Plano instituído	*	
		PROGEP;			-					
		PROPLAN								
Desencadear as ações previstas no Plano de Gestão e Logística Sustentável.	PROINFRA	10	10	10	10	10	Ações realizadas	ID= \sum ações		
Prover a acessibilidade na sede e nos Câmpus conforme a viabilidade orçamentária e prioridades definidas		5	6	6	5	5	Unidades Atendidas	ID= \sum Unidades atendidas		
Conceber o sistema de banco de projetos e informações de obras, revitalizações internas e externas e acessibilidade conforme demanda das Unidades.		1	1	-	-	-	Banco concebido	*		

Continua

Continuação

Diretriz 6 Aprimoramento da Gestão Administrativa e Infraestrutural									
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)	
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Instalações Físicas e Patrimônio	Instituir o Plano de Manutenção Preventiva para as instalações prediais e sua respectiva avaliação periódica.	PROINFRA	1	1	1	-	-	Plano instituído	*
	Instituir o Plano de Manutenção Preventiva para a frota veicular e sua respectiva avaliação periódica.		1	1	-	-	-	Plano instituído	*
	Renovar a frota veicular para atender a demanda das unidades acadêmicas e administrativas.		5%	5%	10%	10%	10%	Índice de renovação da frota	$ID = (\sum \text{veículos adquiridos} / \sum \text{veículos ou frota veicular}) \times 100$
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Procedimentos	Revisar periodicamente os critérios de distribuição orçamentária.	PROPLAN	1	1	1	1	1	Revisão concebida	*
	Operacionalizar o sistema de custos.		-	1	-	-	-	Sistema operacionalizado	*
	Estabelecer o Plano Institucional de Financiamento Próprio.	RTR	1	1	-	-	-	Plano estabelecido	*
	Fortalecer o processo de autoavaliação institucional mediante aportes orçamentários.	RTR	1	1	1	1	1	Aportes orçamentários realizados	*
	Normatizar a operacionalização dos contratos.	PRAD	1	1	-	-	-	Norma instituída	*
	Normatizar a operacionalização dos convênios.	PROPLAN	1	1	-	-	-	Norma instituída	*
	Normatizar e estabelecer procedimentos para a viabilizar a redução dos prazos envolvidos no processo de aquisição de bens e serviços, em todas as suas etapas constitutivas.	PRAD	1	1	-	-	-	Norma instituída	*
	Elaborar manual contendo normas e procedimentos para a aquisição de bens e serviços.		1	1	-	-	-	Manual elaborado	*
	Conceber a avaliação de resultados do PDI.	PROPLAN	1	1	1	1	1	Avaliação realizada	*
Conceber a avaliação de resultados do PDTI.	NTI	1	2 1	2 1	2 1	2 1	Avaliação realizada	*	

Continua

Continuação

Diretriz 6 Aprimoramento da Gestão Administrativa e Infraestrutural									
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)	
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Procedimentos	Implementar o realinhamento estratégico do PDTI.	NTI	2	2 1	2 1	2 1	2 1	Realinhamento concebido	*
	Conceber a avaliação de resultados do Sistema de Governança da Sustentabilidade da UFMS.	PROINFRA	-	1	1	1	1	Avaliação realizada	*
	Disponibilizar à comunidade universitária o cronograma de obras.		-	1	1	1	1	Cronograma disponibilizado	*
	Elevar o atendimento da demanda por sistemas de informação gerencial.	NTI	-	1	1	1	1	Atendimento elevado	ID= [(Atendimento da demanda a.c / Atendimento da demanda a.c) - 1] x 100
	Atingar a execução orçamentária ⁵ das ações orçamentárias previstas na LOA dos limites orçamentários efetivamente liberados para a UFMS (Custeios-CT).	PRAD; PROPLAN; PROINFRA	97%	98%	99%	100%	100%	Percentual atingido	ID= (recursos CT empenhados / recursos CT previstos na LOA) x 100
	Atingar a execução orçamentária ⁵ das ações orçamentárias previstas na LOA dos limites orçamentários efetivamente liberados para a UFMS (Materiais Permanentes-MP).	PROPLAN	97%	98%	99%	100%	100%	Percentual atingido	ID= (recursos MP empenhados / recursos MP previstos na LOA) x 100
	Atingar a execução orçamentária ⁵ das ações orçamentárias previstas na LOA dos limites orçamentários efetivamente liberados para a UFMS (Obras-OBr).		95%	97%	98%	99%	100%	Percentual atingido	ID= (recursos OBr empenhados/ recursos OBr previstos na LOA) x 100
	Atingar a execução financeira ⁶ das ações orçamentárias previstas na LOA (Custeios-CT).	PRAD; PROINFRA	60%	98% 90%	99% 92%	99% 95%	100%	Percentual atingido	ID= (recursos CT liquidados / recursos CT empenhados) x 100
	Atingar a execução financeira ⁶ das ações orçamentárias previstas na LOA (Materiais Permanentes-MP).	PRAD	60%	98% 80%	99% 85%	99% 90%	100% 95%	Percentual atingido	ID= (recursos MP liquidados / recursos MP empenhados) x 100

Continua

⁵O termo “execução orçamentária” está, no presente documento, empregado para designar o empenho dos créditos orçamentários em favor da UFMS. De acordo com artigo 58 da Lei nº 4.320/1964, empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, consistindo assim uma reserva de dotação orçamentária para um fim específico, registrado no momento da contratação do serviço, aquisição do material ou bem, obra e amortização da dívida.

Continuação

Diretriz 6 Aprimoramento da Gestão Administrativa e Infraestrutural									
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)	
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Procedimentos	Atingir a execução financeira ⁶ das ações orçamentárias previstas na LOA (Obras-OBr).	PRAD; PROINFRA	10%	15%	20%	30%	40%	Percentual atingido	ID= (recursos OBr liquidados / recursos OBr empenhados) x 100
Aperfeiçoar a Gestão Hospitalar	Atingir o contingente de internações eletivas/urgências	NHU	11.800	12.300	12.790	13.300	13.700	Contingente atingido	
	Atingir o contingente de consultas realizadas no Pronto Atendimento Médico e Maternidade		20.800	21.800	22.672	23.570	24.270	Contingente atingido	ID= ∑ consultas
	Elaborar e aperfeiçoar o plano operativo anual e a contratualização dos serviços (SUS) em conformidade com o planejamento interno do NHU		1	1	1	1	1	Plano elaborado	*
	Viabilizar plano voltado para a prevenção e o controle de doenças e agravos em conformidade com o perfil epidemiológico local e regional		1	1	1	1	1	Plano elaborado	*
	Revitalizar gradativamente as unidades de atendimento médico-ambulatorial do NHU		1	1	1	1	0	Unidades revitalizadas	ID= ∑ unidades revitalizadas
	Revitalizar as unidades de apoio administrativo		1	1	1	1	1	Unidades revitalizadas	ID= ∑ unidades revitalizadas
	Buscar a ampliação do quadro de recursos humanos para o NHU, conforme proposta do REHUF		1.152	1.573	1.573	1.573	1.573	Variação do número de admissões	ID= ∑ admissões a.c - ∑ admissões a.a
	Reformar o espaço físico do Serviço de Nutrição e Dietética do NHU		1	1	1	1	0	Reforma concretizada	*
	Renovar gradativamente o parque de equipamentos médicos hospitalares do NHU		1	1	1	1	1	Renovação concretizada	*
	Rever e propor a reestruturação organizacional do HU, conforme proposta apresentada no REUHF		1	1	1	1	1	Reestruturação concebida	*
Melhorar o sistema de comunicação visual do hospital	1	1	1	1	1	Sistema aperfeiçoado	*		

Continua

⁶O termo “execução financeira” corresponde, no presente documento, à liquidação das despesas empenhadas no exercício; normalmente a liquidação é processada pelas Unidades Executoras ao receberem o objeto do empenho (um material, serviço, bem ou obra). Segundo o artigo 63 da Lei 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem como objetivos: apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

Continuação

Diretriz 6 Aprimoramento da Gestão Administrativa e Infraestrutural									
Objetivo	Metas	Unidades Gestoras	Período/Quantificação					Indicador de Desempenho (ID)	
			2015	2016	2017	2018	2019	Descrição	Cálculo
Aperfeiçoar a Gestão Hospitalar	Atingir o contingente de cirurgias geral/ginecológica (urgência e eletiva)	NHU	3.850	4.000	4.160	4.320	4.450	Contingente atingido	ID= \sum cirurgias
	Atingir o contingente de consultas ambulatoriais		94.800	99.500	103.480	107.600	110.800	Varição do número de consultas	ID= \sum consultas a.c - \sum consultas a.a
	Realizar exames clínicos-laboratoriais		896.000	940.500	968.700	997.600	1.018.000	Exames realizados	ID= \sum exames
	Integrar o Hospital Universitário ao Sistema de Regulação (SISREG) da Secretaria de Saúde - MS		1	1	1	1	0	Integração realizada	*
	Desenvolver e/ou implementar, gradativamente, rotinas e sistemas de gerenciamento médico-hospitalares e laboratoriais, além de procedimentos de média e alta complexidade, urgência e emergência do NHU		1	1	1	1	1	Rotinas desenvolvidas	*
	Atingir o contingente de leitos de UTI		28	28	28	28	28	Contingente atingidos	ID= \sum leitos
	Proceder à revitalização gradativa das áreas/espacos destinadas às internações coletivas do NHU		1	1	1	1	1	Revitalização concretizada	*
	Elaborar estudos e analisar a viabilidade de introdução de novas tecnologias em saúde		1	1	1	1	1	Estudos elaborados	*
	Ampliar gradativamente a estrutura física do Hospital Dia do NHU		1	1	1	1	1	Ampliação realizada	*
	Renovar gradativamente o parque de equipamentos médicos hospitalares do NHU		1	1	1	1	1	Renovação concretizada	*
Rever e propor a reestruturação organizacional do NHU, conforme proposta apresentada no REUHF	1	1	1	1	1	Reestruturação concebida	*		

1.5 Áreas de atuação acadêmica

Para concretizar sua missão e seus objetivos, a UFMS atua nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços, firmando-se como instituição capaz de integrar na busca de soluções para o desenvolvimento da região e da sociedade brasileira. Assim, sua atuação abrange as seguintes áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes.

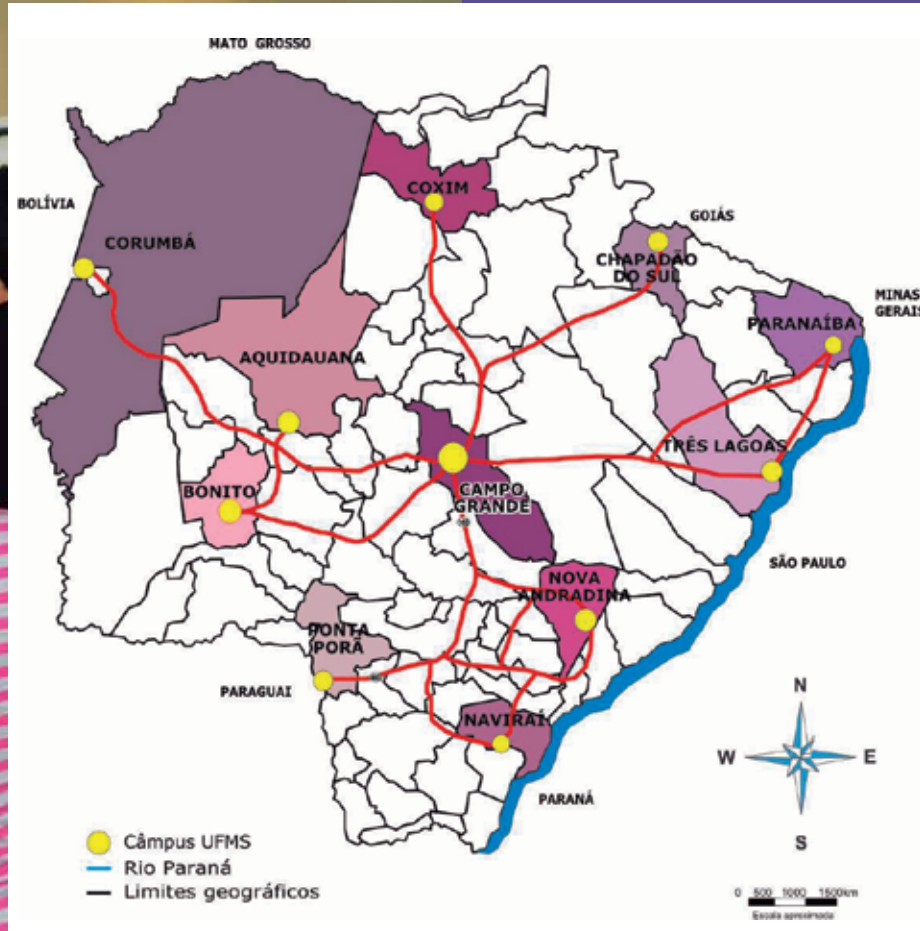
Fortalecendo as funções acadêmicas, científicas e sociais, a UFMS propicia e disponibiliza ao ser humano, por meio de seus cursos de graduação e seus programas de pós-graduação, presenciais e a distância, condições de atuar como força transformadora da realidade local, regional e nacional, assumindo o compromisso de construir uma sociedade justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação.



2. Projeto Pedagógico Institucional



2.1 Inserção regional, nacional e internacional



A inserção regional da UFMS vai muito além dos valores legitimados pelos processos históricos, critérios quantitativos ou espaciais. Sua inserção está materializada pela política de ampliação do acesso, permanência e interiorização da educação superior, adotada nos últimos anos pela instituição, com o objetivo de combater o êxodo de estudantes para outras regiões.

É certo que a abrangência geográfica da UFMS tem atendido a uma demanda existente em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, parte do oeste do Estado de São Paulo e uma boa parcela dos Estados de Mato Grosso, de Goiás, de Minas Gerais e do Paraná, além de países com que nosso Estado faz fronteira (Paraguai e Bolívia), porém ao fator “região” vem agregar-se uma gama variada de aspectos de ordem cultural, científica, econômica, educacional e social, concretizados nos cursos que oferece.

Mato Grosso do Sul constitui-se num espaço que vem sendo mapeado em sua diversidade linguístico-cultural e étnica, decorrente de um processo dinâmico de povoamento determinante do desenvolvimento de variantes linguísticas e de práticas artístico-culturais heterogêneas, cujo estudo é propiciado pelos cursos da UFMS.

As particularidades que caracterizam o Estado de Mato Grosso do Sul e sua estratégica localização no

Cone Sul têm despertado interesse de pesquisadores oriundos de instituições nacionais e internacionais, interessados em ingressar nos cursos pós-graduação oferecidos pela UFMS.

Também se evidencia sua preocupação com a diversidade na educação, com a preservação ambiental, com a educação para a paz, a educação antidiscriminatória e inclusi-

va, ensino de qualidade, entre outras, que caracterizam todos os cursos oferecidos na instituição, cujas especificidades legitimam sua inserção regional e local.

Vista essa inserção de outras perspectivas, além do critério geográfico, podemos mencionar o fato de ser uma universidade pública, que oferece também ensino, pesquisa e extensão na área da saúde, ações que demonstram o relevante papel da UFMS no cenário da região Centro-Oeste e do Estado de Mato Grosso do Sul, que, por sua extensão e localização geográfica, é um polo de desenvolvimento e promissor mercado de trabalho.

O Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo e o estado de Mato Grosso do Sul é um dos que mais produzem no país. A vocação pecuária e a extensão territorial do MS (uma área de 357.138,9 km², correspondendo a 18% da região Centro-Oeste) exigem considerável quantitativo de profissionais envolvidos nas cadeias de produção, demanda atendida pela atuação de profissionais formados em cursos da UFMS.

Condicionantes de ordem geográfica, econômica, política e cultural do estado de Mato Grosso do Sul demonstram a abertura de um leque de possibilidades de atuação profissional aos graduados (licenciados, bacharéis ou tecnólogos) nos diversos campos. Citam-se, nesse sentido, o intercâmbio direto do estado com países vizinhos componentes do Mercosul, o intercâmbio com estados vizinhos e os esforços para inserir o Estado no circuito turístico nacional e internacional.

Na área ambiental, a UFMS estabelece seu compromisso com a sociedade sul-mato-grossense por meio dos diversos cursos que oferecem ferramentas e tecnologias de preservação e manutenção das características ecológicas típicas da região, promovendo o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas e econômicas.

No campo das Ciências Exatas, deve-se levar em consideração o fato de que a formação adequada de mão-de-obra qualificada na área das engenharias, da computação e informática para o domínio das novas tecnologias é, atualmente, fundamental e estratégica para o desenvolvimento de qualquer região do país e do mundo.

Podemos destacar, ainda, as ações da Coordenadoria de Educação a Distância, cujos indicadores dão visibilidade à UFMS nos vários municípios atendidos, e consolidam a atuação da UFMS nas regiões de fronteira com países e estados vizinhos. A UFMS, por meio da CED/PREG desenvolve programas de formação continuada nas áreas de Educação e Saúde, e pós-graduação.

Em suma, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul concentra a expansão da universidade pública em regiões do Centro-Oeste, suprindo a demanda regional de ensino superior

público, na formação de profissionais qualificados e na promoção da inclusão social.

2.2 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição

As práticas acadêmicas da UFMS estão alicerçadas nos seguintes princípios fundamentais:

- a) a ética;
- b) a participação democrática;
- c) o diálogo, em termos de igualdade;
- d) a tolerância e a compreensão;
- e) o respeito à natureza e a preservação do ambiente;
- f) a dignidade, a igualdade e a liberdade de todas as pessoas;
- g) a natureza pública e gratuita do ensino;
- h) a excelência;
- i) a formação humanística e visão global que habilite seus alunos a compreender o meio-social, político, econômico e cultural onde estão inseridos, e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente e dinâmico;
- j) a diversificação teórico-metodológica;
- k) a universalidade, multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade do conhecimento; e
- l) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que estabeleça a relação dos processos de ensino com a pesquisa científica e com as atividades de extensão, e fortaleça a articulação entre o conhecimento acadêmico e a prática profissional.

2.3 Políticas de ensino de graduação

A questão da oferta dos cursos superiores de graduação coloca-se em duas dimensões indissociáveis: na qualidade da formação acadêmica a ser oferecida e na quantidade de profissionais necessários para atender às demandas de crescimento sustentável para o país. É imprescindível situar a educação superior como modalidade de formação que possibilita ao indivíduo o desen-

volvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma postura dialógica com a realidade.

Traduzidas no seu Projeto Pedagógico, as políticas de ensino da UFMS se constituem em um desafio, tanto teórico-conceitual, quanto metodológico. As políticas e diretrizes do ensino de graduação da UFMS, amparadas na Legislação Nacional, fundamentam-se, principalmente, na interdisciplinaridade e formação da cidadania, tendo como principais indicadores a articulação entre as áreas do conhecimento e a qualidade das relações interpessoais, resultando na socialização do conhecimento.

Com ênfase em tais pressupostos, essas políticas baseiam-se em princípios de cientificidade, criatividade, criticidade, iniciativa, dinamicidade, inspirando e agilizando ações que possibilitem a oferta de uma educação que proporcione ao homem melhores condições de agir diante dos desafios que se lhe apresentam a cada circunstância de vida.

A UFMS, atenta ao paradigma emergente e, em consequência, às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento, o processo de formação integral e profissional, articulado com a pesquisa, com estímulo ao estudo e intervenção nas questões regionais, busca orientar suas ações por critérios de qualificação do trinômio ensino, pesquisa e extensão, interdisciplinar, observando a flexibilidade orgânico-operativa, tomando como referência essencial a avaliação permanente.

Nesse sentido, para que se cumpra efetivamente o papel da Universidade almejada, é preciso adotar uma metodologia que possibilite uma redefinição constante de conceitos e linhas de ação e criação de novas práticas pedagógicas. O fazer pedagógico da UFMS revela sua decisão de romper com a abordagem fragmentada do conhecimento, ao trabalhar na superação das dicotomias entre ciência-tecnologia e teoria-prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade.

O compromisso com o ensino público, gratuito e de qualidade se traduz, prioritariamente, na consolidação dos cursos de graduação já existentes, para que possam atingir a qualidade e excelência na formação dos acadêmicos. Busca-se uma atualização contínua das matrizes curriculares em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais que estabelecem parâmetros para o Ensino Superior, as quais possibilitaram a flexibilização dos currículos para atender às necessidades contextuais dos locais onde se inserem tais instituições, sem, no entanto, perder de vista a sua articulação com a realidade global da qual faz parte.

O uso das tecnologias de informação e de comunicações favorece a geração e socialização de novos conhecimentos. Novos modelos educacionais devem ser criados ou incorporados, visando não apenas realizar pesquisas na aplicação de novas tecnologias no ensino presencial, mas também desenvolver programas interativos à distância na graduação, pós-graduação e extensão, bem como projetos e programas que envolvam a utilização de ambientes virtuais que facilitem o processo de ensino-aprendizagem, fortalecendo as ações educativas da UFMS.

O relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (Unesco, 2010), preconiza que “a educação precisa ser concebida a partir de quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, indicando que a função de uma instituição de ensino, em qualquer uma das suas modalidades, deve estar voltada à realização plena do ser humano.”

A Comissão reforça o conceito de educação ao longo da vida como uma das chaves de acesso ao século XXI e ressalta a necessidade de um retorno à escola para enfrentar as novas situações que ocorrem tanto na vida privada como na vida profissional. Além de permanecer atual, essa exigência tornou-se ainda mais premente; e para superá-la, impõe-se que cada um “aprenda a aprender”.

De acordo com o referido Relatório, a universidade deve ocupar o centro do sistema educacional e desenvolver as seguintes funções essenciais:

- a) preparação para a pesquisa e para o ensino;
- b) oferta de uma formação, em diferentes áreas, bastante especializada e adaptada às necessidades da vida econômica e social;
- c) abertura a todos para responder aos múltiplos aspectos do que se designa por educação permanente, em sentido lato; e
- d) cooperação internacional.

A universidade deve se exprimir com toda a independência e responsabilidade acerca de problemas éticos e sociais – como uma espécie de poder intelectual, indispensável para ajudar a sociedade a refletir, compreender e agir.

A diversidade da educação secundária e as possibilidades oferecidas pela universidade deveriam fornecer respostas válidas para os desafios da massificação, ao suprimir a obsessão pela via principal e única. Combinadas com a generalização da alternância estudo/trabalho, elas deveriam permitir, também, a luta eficaz contra o fracasso escolar.

O desenvolvimento da educação ao longo da vida implica o estudo de novas formas de obtenção de certificações que levem em consideração o conjunto das competências adquiridas.

Sobre essa perspectiva, a educação proporciona ao indivíduo um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmo, capacitando-o para o exercício profissional em tempos de mudanças (civilização cognitiva).

Como políticas de ensino de graduação da UFMS, destacam-se:

- a) ampliação do universo de atividades da UFMS nas suas várias frentes de atuação, mediante métodos inovadores de participação no processo de ensino-aprendizagem;
- b) desenvolvimento do ensino de graduação público, gratuito e de qualidade;
- c) busca da excelência acadêmica e expansão da oferta de cursos superiores de graduação presencial e a distância, ao maior número de cidadãos, tendo por base a análise de demandas e de tendências da sociedade;
- d) capacitação inicial e continuada dos docentes para a docência no ensino superior e em novas tecnologias para educação, e do corpo técnico-administrativo em educação, com o intuito de propiciar melhoria das condições atuais, e possibilitar o pleno êxito no desenvolvimento das atividades pedagógicas de ensino presencial e da oferta da educação a distância;
- e) modernização da oferta dos cursos de graduação com a utilização das mais variadas formas de tecnologias e metodologias (20% ensino a distância, interdisciplinaridade, mobilidade);
- f) universalização do ensino, com inclusão social, assegurando a permanência com oportunidades educacionais, aliadas à diversidade e heterogeneidade de sua clientela;
- g) a consolidação do processo de gestão democrática;
- h) a implantação de programas de avaliação institucional em todas as instâncias, com vistas a possibilitar a viabilização de correções, mudanças, de forma sistemática e sistêmica;
- i) a autoconstrução de sujeitos éticos e autônomos;
- j) implantação e fortalecimento do intercâmbio sócio-cultural-educativo com organizações locais, regionais, nacionais e estrangeiras; e
- k) atendimento às demandas locais e regionais.

Nesse sentido, as políticas de ensino, em sintonia com as políticas de pesquisa e extensão institucionais, atuam permanentemente em prol da expansão de vagas (modalidades presenciais e a distância), da oferta de novos cursos (licenciaturas, bacharelados e tecnológicos) e da proficiente utilização e melhorias da infraestrutura (oferta de cursos em turnos diversos, aprimoramento do sistema de ingresso e controle acadêmico).

Com base no desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias de ensino, pretende-se estimular o aprimoramento da ação ensino-aprendizado com vistas a promover a solidificação do conhecimento em todas as suas manifestações, ao mesmo tempo em que o fortalecimento das políticas de ensino possibilita o estabelecimento de parcerias para a realização dos estágios obrigatórios e não obrigatórios, o oferecimento de melhor ambiência estudantil (com a projeção de melhoria dos espaços de convivência, como bibliotecas, laboratórios, salas de aulas, espaços compartilhados multimídia, etc.) e no implemento, dentro do possível, de uma infraestrutura favorável à otimização do desempenho acadêmico.

2.4 Políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação

A pesquisa na UFMS tem como princípio fundamental estimular o desenvolvimento do espírito científico, do pensamento reflexivo, incentivando o trabalho de investigação científica, com a inserção de eixos de pesquisa nas matrizes curriculares e nas temáticas de extensão, com vistas ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, do conhecimento, da cultura.

A Pós-graduação foi contemplada com o IV Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011/2020, elaborado pelo MEC/CAPES e adotado pela UFMS, cujo princípio de sistema educacional é tido como um fator estratégico no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade brasileira. Ele representa uma referência institucional indispensável à formação de recursos humanos altamente qualificados e ao fortalecimento do potencial científico-tecnológico nacional. Cabe à pós-graduação a tarefa de formar os profissionais aptos a atuar, nos diferentes setores da sociedade e capazes de contribuir, a partir da formação recebida, para o processo de modernização do País. É no interior do Sistema Nacional de Pós-Graduação que, basicamente, ocorre a atividade da pesquisa científica e tecnológica brasileira.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 está organizado em cinco eixos: 1) a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a primazia da qualidade, a quebra

da endogenia e a atenção à redução de simetrias; 2) a criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; 3) o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos da C,T&I; 4) a multi e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas de pesquisa; 5) apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o ensino médio.

Aos moldes dos planos anteriores, este PNPG é um instrumento de políticas públicas e sua finalidade é a dinamização e o adensamento do SNPG. Em sua abrangência e diversidade, o SNPG deve considerar novas modalidades de interação entre a universidade e a sociedade, seja pela atenuação da distância temporal entre a produção do conhecimento e sua apropriação pública, seja pela criação de agendas compartilhadas entre órgãos diversos ou pela participação das instituições de ensino superior na formulação e implementação das metas nacionais de desenvolvimento. Um grande desafio do plano atual será aliar a necessidade de contemplar o espalhamento não-linear das áreas de conhecimento, ou seja, estabelecer prioridades para o direcionamento futuro do crescimento do SNPG, combatendo as assimetrias entre as áreas de conhecimento, à exigência de criação de centros de excelência em ensino e pesquisa de padrão internacional.

O Brasil entrou no século XXI como uma nova potência emergente, com a perspectiva de tornar-se a quinta economia do planeta no decênio 2011-2020. Trata-se de um fato extraordinário, revelando que o país vem passando e deverá passar mais ainda por mudanças profundas em segmentos importantes da economia, com reflexos na geopolítica mundial e impactos em diferentes setores da sociedade, inclusive no sistema educacional, aí incluído o ensino superior. Do ponto de vista da base científica e tecnológica, o país detém uma massa crítica capaz de dar conta do desafio. Destacam-se no SNPG o papel fundamental da CAPES, CNPq e as instituições federais de ensino superior espalhadas pelo país, que são responsáveis pela oferta da maioria dos cursos e a maior parte da produção acadêmica brasileira, tendo como parceiras as instituições estaduais de ensino, instituições comunitárias e privadas. O PNPG 2011-2020 se inscreve nesse quadro e deverá levar em consideração a necessidade de promover a sinergia desses três segmentos, visando favorecer a integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e a sociedade. Nesse sentido, está sendo proposta a criação de uma Agenda Nacional de Pesquisa no centro do SNPG, com a participação de todas as agências de fomento federais e estaduais e como matéria de políticas públicas, conduzindo as ações induzidas e as parcerias entre as universidades e os seguimentos público e privado.

A Agenda Nacional de Pesquisa incluirá a agricultura, associando a antiga revolução verde às tecnologias limpas e o Brasil, em especial a Região Centro-Oeste, poderá ser o ator principal na produção de alimentos para uma população mundial que deverá chegar a 8 bilhões de pessoas em 2020.

Outras áreas estratégicas que deverão integrar a Agenda Nacional de Pesquisa são: os grandes biomas brasileiros, o programa espacial, a política nuclear, a saúde pública, o desafio urbano, o ensino médio e a educação básica e os problemas ligados ao clima, à energia, ao pré-sal e às questões sociais pertinentes. Além de levar ao adensamento de pesquisa multi e interdisciplinares, esses temas conduzirão à formação de novas engenharias institucionais, favorecendo a formação de redes de pós-graduação e pesquisa.

A Agenda Nacional de Pesquisa deve buscar a sinergia entre as propostas contidas no SNPG e a 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia (CNCTI), que escolheu como áreas prioritárias a biotecnologia, fármacos, medicamentos e vacinas, materiais avançados, nanotecnologia, tecnologia da informação e da comunicação, microeletrônica, espaço, defesa e energia nuclear. Tal Agenda deverá constituir-se no elemento novo capaz de introduzir uma nova dinâmica no sistema de pesquisa e pós-graduação, colocando-o em um patamar similar ao das nações avançadas.

Um tema que deve ser objeto de estudo por parte do SNPG é a melhoria da qualidade da Educação Básica, notadamente o Ensino Médio. Propõe-se que o SNPG desenvolva estudos relativos à formação de professores, ao estabelecimento de padrões mínimos de qualidade, à gestão das escolas e à adequação dos currículos tendo em vista a necessidade e os interesses dos adolescentes e jovens sujeitos da Educação Básica.

Outro desafio que se apresenta é a busca da internacionalização dos programas de pós-graduação brasileiros. Na próxima década o SNPG deverá priorizar, com a participação mais efetiva de todas as agências, as seguintes estratégias:

- a) atrair um número maior de estudantes e docentes estrangeiros nos programas de pós-graduação brasileiros;
- b) incentivar mais estudantes para realização do curso completo no exterior, principalmente em áreas estratégicas; e
- c) incentivar os pós-doutores para formação no exterior, em vista da dinamização do sistema e da captação do conhecimento novo.

Um item importante a exigir a atenção é o financiamento da pós-graduação, incluindo as bolsas de estudos e outras atividades. Haverá a necessidade de cooperação dos ministérios e das agências federais, assim como das estaduais. As políticas públicas de combate às assimetrias deverão ter nas Fundações de Amparo à Pesquisas (FAPs) ou Secretaria Estaduais parcerias privilegiadas, em razão de suas características regionais. Outro desafio será criar mecanismos que permitam às universidades receber doações e investimentos especiais, a exemplo do que ocorre na área da cultura.

Junto ao financiamento, o marco regulatório do sistema deverá ser continuamente aprimorado e novos procedimentos incorporados, envolvendo a sinergia de vários ministérios e órgãos federais. Duas são as direções: 1) a busca de maior flexibilização e simplificação de procedimentos como na importação de insumos e instrumentos; e 2) a busca do melhor equacionamento e regulamentação da relação entre o público e o privado, permitindo o estabelecimento de parcerias e a agilização de ações, como o pagamento de consultorias, nacionais e internacionais, sem prejuízo da exigência de acompanhamento das atividades pelos órgãos de controle.

Segundo o PNPG 2011-2020-CAPES, multidisciplinaridade “é o estudo que agrega áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência.” A interdisciplinaridade por sua vez, “é a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras entre ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora.”

Tal convergência se aplica notadamente no caso da abordagem de temas e problemas complexos que desafiam a ciência contemporânea, envolvendo, além da referida transferência de métodos, trocas recíprocas e mesmo criação de novos conceitos e metodologias interdisciplinares. Por sua vez, as áreas multidisciplinares visam ao conhecimento novo e à geração de novos produtos, criando uma nova cultura e moldando um novo profissional, adequado às exigências do conhecimento e da pesquisa, como mostram as pesquisas em biotecnologia e materiais. Exemplos internacionais são programas em meio ambiente, agricultura e manufatura da base rural, tecnologia da informação e da comunicação, entre outros. Adaptado ao Brasil e aos nossos problemas, um programa desse tipo poderia ser dirigido a projetos multi e interdisciplinares, focalizando a questão ambiental, o desafio das metrópoles, a conservação de patrimônio e os problemas crôni-

cos na área da saúde. Essas agendas de pesquisa poderiam ter as universidades como parceiras e, de um modo especial, os projetos de pesquisa e de ações estratégicas associadas a programas de pós-graduação multi ou interdisciplinares.

A UFMS tem expandido sua missão por meio do aprimoramento das ações de gestão, ensino, pesquisa e extensão. Essa expansão está traduzida pela qualificação do corpo docente em aprimoramento constante, participação em programas de pós-graduação *stricto sensu*, aumento da produção científica e abrangência regional dos serviços por meio de projetos de extensão.

Em face dessa missão, os cursos de pós-graduação da UFMS têm papel importante na formação de recursos humanos especializados para as atividades de ensino e de pesquisa, bem como para atuar no mercado de trabalho de modo geral. Em 2010, existiam na UFMS 19 cursos de mestrado (17 acadêmicos e 2 profissionais) e 8 cursos de doutorado em funcionamento. Atualmente, existem 34 cursos de mestrado (25 acadêmicos e 9 profissionais) e 14 cursos de doutorado em andamento, o que corresponde a um aumento de 47,3% dos cursos de mestrado e de 43% dos cursos de doutorado em um período de cinco anos. Esta expansão está diretamente vinculada à política de verticalização do ensino e de qualificação profissional da comunidade da região e do país praticada na atual administração. O desafio atual que se apresenta é a consolidação destes programas, buscando seu aprimoramento, a elevação de seus conceitos junto à CAPES e sua inclusão nos centros de excelência do país.

Além da preocupação em criar condições para oferecer um ensino de graduação de qualidade, há o fomento para ações que visem articular a graduação com a pesquisa e a pós-graduação. Nesse processo, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), centrado na iniciação científica de alunos de graduação em todas as áreas do conhecimento, tem papel preponderante no incentivo e na formação de novos pesquisadores e na proposição de novos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Atividade ou conjunto de atividades desenvolvidas pelo acadêmico de graduação, orientadas por um professor, visando iniciar o acadêmico no campo da pesquisa científica e da produção científica, propiciando-lhe condições para o efetivo aproveitamento do potencial acadêmico em produção científica, o PIBIC oferece, a médio e ao longo prazo, o estímulo ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, incentivando o trabalho de investigação científica.

Isso posto, pretende-se garantir a inserção de eixos de pesquisa nas matrizes curriculares e nas temáticas. Ao mesmo tempo, há o incentivo à titulação dentro de seus quadros, com o ob-

jetivo de avançar na qualificação acadêmica e científica, contribuindo para o aprimoramento de profissionais que prestarão serviços à comunidade.

No que se refere à regionalização da pesquisa e da pós-graduação é necessária a percepção de que, embora exista carência de pesquisadores em muitas áreas relevantes, é imprescindível priorizar aquelas que dizem respeito às características e aos problemas específicos da região, sem perder a perspectiva que a ciência é universal.

Os temas prioritários de estudo a serem considerados nas pesquisas devem contemplar os biomas do Cerrado e Pantanal, incluindo as regiões do Chaco e de florestas semidescíduas presentes em Mato Grosso do Sul. Assim, a criação da Rede Pró Centro-Oeste de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação através da Portaria MCI-MEC nº. 1.038, de 10 de dezembro de 2009, foi fruto do trabalho de pesquisadores das IES da Região Centro-Oeste. Essa rede inclui projetos de pesquisa acerca da biodiversidade e o estado da arte da biotecnologia na Região Centro-Oeste, sendo primordial para alavancar as pesquisas acerca dos biomas da região, bem como a busca de agregação de valor aos produtos originários da biodiversidade.

A UNESCO reconheceu o Pantanal como uma das mais exuberantes e diversificadas reservas naturais do planeta integrando-o ao acervo dos patrimônios da humanidade. Localizado no interior da América do Sul, é a maior extensão úmida contínua do planeta, possuindo cerca de 250 mil km². Destaca-se pelas inúmeras espécies de animais e vegetações decorrentes do ambiente contraditório que alterna entre períodos úmidos e de estiagem. Para muitos estudiosos, o Pantanal é de suma importância, por se tratar de uma região de transição entre outros biomas, tais como o Cerrado e a Amazônia.

Por isso, são fundamentais os investimentos na formação e na constante capacitação de doutores/pesquisadores nas áreas de Ecologia e Conservação, Biologia Vegetal, Biologia Animal, Engenharia e Tecnologias Ambientais, visando ao manejo adequado e à preservação de áreas ecologicamente importantes. Além disso, torna-se urgente a criação de novos grupos de pesquisa e o fortalecimento dos já existentes que estejam voltados para a preservação da cultura indígena e pantaneira, tão importantes para registro da riqueza cultural do Estado.

Por outro lado, a região dos Cerrados é uma das maiores reservas de terra do mundo capaz de suportar imediatamente a produção de cereais e a formação de pastagens. Atualmente, indústrias têm-se instalado no Estado, especialmente no município de Três Lagoas, na divisa com o Estado de São Paulo, como a *International Paper*, a Fibria e a Petrobras Fertilizantes. Existe, por-

tanto, um interesse crescente na qualificação na área de administração em duas vertentes: uma voltada para as demandas dos parques industriais em ascensão e outra voltada para a economia regional tradicional, na área de agronegócios, agronomia e ciência animal.

Também não se pode deixar de lado a extensa faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul com os países vizinhos, Paraguai e Bolívia. O intercâmbio não somente econômico com esses países, mas também as trocas linguísticas, literárias e culturais devem estar na pauta das pesquisas da UFMS e na estruturação de programas de pós-graduação *stricto sensu* que envolvam planos de cooperação internacional.

A transferência de tecnologia tem um papel fundamental como ponte entre o conhecimento gerado na instituição e o setor produtivo, contribuindo para uma produção regional mais elevada e mais eficiente. Esse processo proporcionará um aumento na capacidade das empresas do Estado em absorver mão-de-obra qualificada, criando novas oportunidades de empregos e estímulo à canalização de recursos para as atividades desenvolvidas na instituição.

A UFMS, visando proteger seus conhecimentos, criou a Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (APITT). No próximo quinquênio, as metas são de expansão e consolidação dessa agência, estimulando nossos pesquisadores a desenvolver projetos que envolvam inovações tecnológicas. Uma ferramenta importante para a expansão destas atividades é a incubadora de empresas da UFMS, que terá papel de destaque na evolução e disponibilização para o mercado, de processos e produtos tecnológicos desenvolvidos por nossos pesquisadores, empresários ou pela comunidade em geral.

Considerando que a pós-graduação é o resultado do princípio integrador dos diversos níveis educacionais e representa o vértice dos estudos, constituindo-se num sistema especial de cursos que se propõe atender às exigências da investigação científica e da capacitação docente e mercadológica, foram definidos os princípios que nortearão a política institucional de pesquisa e pós-graduação:

- a) estímulo à capacitação de docentes e de técnicos administrativos da UFMS, visando a melhoria na qualidade do ensino de graduação e de pós-graduação, bem como a consolidação da pesquisa científica;
- b) estabelecimento de políticas de ampliação de vagas, buscando profissionais doutores/pesquisadores, com formação voltada para às necessidades dos programas de pós-graduação;

- c) contribuição para a formação de pesquisadores, atendendo especialmente às necessidades setoriais e regionais da sociedade, particularmente comprometidos com o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul;
- d) expansão da pós-graduação, com a implantação de novos programas stricto sensu (mestrado e doutorado) e a consolidação dos já existentes, de acordo com as metas definidas no PAPG (REUNI da pós-graduação), promovendo a melhoria dos indicadores da pesquisa e da pós-graduação;
- e) apoio às atividades de pesquisa, com recursos para manutenção de programas, projetos e grupos de pesquisa;
- f) incentivo à elaboração de projetos inter e multidisciplinares, com o objetivo de captar recursos junto às agências de fomento externas e de estimular parcerias entre docentes e outras instituições para além da UFMS;
- g) viabilização de programas e de projetos de cooperação técnico-científica e o intercâmbio de docentes no País e no exterior;
- h) fixação de pesquisadores seniores e consolidação de grupos de pesquisa em Mato Grosso do Sul;
- i) ampliação do acervo bibliográfico técnico-científico na UFMS;
- j) modernização dos mecanismos de articulação entre pesquisa, ensino de graduação e extensão, por meio de programas e de projetos conjuntos de qualidade e de visibilidade no País e no exterior;
- k) expansão do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, visando à expansão da interface entre ensino de graduação, pesquisa e pós-graduação;
- l) incentivo a cursos lato sensu de atualização e de capacitação;
- m) incentivo ao desenvolvimento de processos tecnológicos e de inovação;
- n) incentivo a projetos e a programas voltados para o eixo universidade-empresa;
- o) incentivo a projetos de inovação tecnológica e à criação de cursos lato sensu e stricto sensu voltados para o tema do item anterior;
- p) apoio ao desenvolvimento e expansão da incubadora de empresas da UFMS; e
- q) consolidação de programas voltados para o desenvolvimento regional e a contextualização social da pesquisa.

2.5 Políticas de extensão e assuntos estudantis

O maior compromisso social da UFMS é a construção de uma sociedade mais justa, cujos pressupostos básicos estabelecem um novo e diverso mercado de relações, novas formas de organização e de critérios e qualidades fortalecidas no ser humano. Nesse sentido, a extensão universitária é o principal eixo institucional capaz de articular e imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade. É importante salientar que sua função política é fundamentada no diálogo horizontal universidade-sociedade para construção de uma universidade humanística.

A conceituação sobre extensão universitária assumida expressa uma postura da universidade diante da sociedade em que se insere, estimulando sua função básica de produtora e de socialização do conhecimento, visando à intervenção na realidade, possibilitando acordos e ação coletiva entre universidade e população. Hoje, nacionalmente, a extensão universitária é dimensionada como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básica e aplicada, visando à realimentação do processo ensino-aprendizagem como um todo, intervindo na realidade concreta.

Ao se afirmar que a extensão é parte indispensável do pensar e fazer universitários assume-se uma luta pela institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico o que implica a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política das universidades. E ao reafirmar o compromisso social da Universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a Universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade.

A UFMS estimula e adota os seguintes princípios básicos da extensão universitária:

- a) a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região e do país;
- b) a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;

- c) a universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;
- d) a ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
- e) a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social; e
- f) a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

O Plano Nacional de Extensão Universitária define quatro diretrizes, que são o alicerce da Política de Extensão Universitária da UFMS:

Impacto e transformação: por meio da extensão, propõe-se uma relação, entre universidade e outros setores da sociedade, que seja transformadora, instrumento de mudança em busca de melhoria da qualidade de vida, aliada aos movimentos sociais de superação de desigualdades, de exclusão e fomentadora do desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da Extensão Universitária: frente à complexidade e a diversidade da realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social.

Interação dialógica: por meio da extensão propõe-se o desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão.

Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: a relação entre ensino e extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, pois o aluno e professores constituem-se em sujeitos do ato de aprender. Ao mesmo tempo em que a extensão possibilita a democratização

do saber acadêmico, por meio dela, esse saber retorna à universidade, testado e reelaborado. A extensão, como via de interação entre a universidade e sociedade, constitui-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática.

Interdisciplinaridade: a extensão propicia a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, possibilitando trocas entre áreas distintas do conhecimento, interação de conceitos e modelos complementares, além de integração e convergência de instrumentos e técnicas para uma consistência teórica e operacional que estrutura o trabalho coletivo e contribui para uma nova forma de fazer ciência, revertendo à histórica tendência de compartilhar o conhecimento.

No âmbito da Universidade, a política institucional de extensão deve ser capaz de oportunizar condições e contribuir especificamente para o desenvolvimento das atividades do ensino e de pesquisa; propiciar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar; auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável; promover a articulação da universidade com a comunidade e seus segmentos significativos.

As ações de extensão universitária constituem-se como um processo educativo, cultural e científico e devem ser desenvolvidos por meio de programas, projetos, cursos, eventos, prestações de serviços e publicações, além de outras ações decorrentes da extensão, voltados a um objetivo comum e direcionados às questões relevantes da sociedade.

A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse processo não se pode efetivar apenas no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais menos favorecidos e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Nesse contexto, embasada na Política Nacional de Assistência Estudantil, a UFMS objetiva propiciar o acesso, a permanência e a conclusão de curso de seus estudantes visando à inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

Para a execução dos objetivos estabelecidos, a Universidade atua em quatro áreas estratégicas:

gicas que são desenvolvidas por meio de programas e projetos fundamentados em metas quantificáveis, são elas: permanência; desempenho acadêmico; cultura, lazer e esporte e assuntos da juventude.

As ações realizadas em cada área estratégica da assistência estudantil são baseadas nos seguintes princípios norteadores, em conformidade com o Plano Nacional de Assistência Estudantil:

- a) afirmação da educação superior como uma política de Estado;
- b) gratuidade do ensino;
- c) igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES;
- d) formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
- e) garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- f) liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- g) orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania;
- h) defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos; e
- i) pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central.

Desse modo, a política de assistência estudantil da UFMS, como processo educativo, dever articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão, auxiliando na formação de cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade e com a sua transformação. Permear essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação universidade e sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões.

2.6 Políticas de Gestão

A Universidade é uma das organizações mais complexas da sociedade, e como tal, se depara com a necessidade de um efetivo e eficiente sistema de gestão, capaz de contribuir para o atendimento das necessidades e demandas internas e externas. A gestão é um dos núcleos vitais. É ela que busca captar e empregar recursos financeiros, disponibilizar infraestrutura física e de materiais e viabilizar recursos humanos que propiciem os meios e os estímulos necessários ao desenvolvimento e ampliação das oportunidades educacionais, fomentando e fortalecendo o

ensino, a pesquisa, a extensão e a prestação de serviços.

Diante de demandas crescentes da sociedade, a UFMS vem realizando investimentos em projetos para sua expansão qualitativa e quantitativa da instituição, com vistas a manter e a aperfeiçoar seu perfil de desempenho. Para conseguir um bom patamar de qualidade acadêmica e administrativa, bem como o constante investimento nas condições das estruturas físicas e instalações, faz-se necessário manter ampla estrutura de serviços de apoio e logística o que, por sua vez, demanda constantes atualizações, normatizações e investimentos.

O Modelo de Excelência em Gestão Pública tem como pilares de sustentação os seguintes fundamentos gerenciais:

- a) pensamento sistêmico;
- b) liderança e constância de propósitos;
- c) visão de futuro;
- d) comprometimento e capacitação de recursos humanos;
- e) responsabilidade social;
- f) orientação por processos e informações;
- g) gestão participativa;
- h) controle social;
- i) desenvolvimento de parcerias;
- j) viabilização de recursos;
- k) cultura organizacional; e
- l) aprendizagem organizacional.

Para atingir em níveis satisfatórios os pilares de excelência em gestão, a UFMS procura nortear seus programas, metas e ações no alcance das seguintes linhas:

- a) promover o seu avanço estratégico, oferecendo condições crescentes de pessoal e de infraestrutura física, tecnológica e operacional, que gerem impactos positivos na qualidade dos programas acadêmicos oferecidos em todos os níveis e modalidades;
- b) desenvolver uma política de recursos humanos associada às metas institucionais, promovendo e apoiando programas de permanente valorização, qualificação e capacitação do seu quadro de servidores docentes e técnico-administrativos em educação, focados na motivação e nas boas condições de trabalho, de modo a oferecer às comunidades in-

- terna e externa atendimento acadêmico, técnico e administrativo pautado por padrões de ética e qualidade;
- c) consolidar as Unidades de Administração Setorial dotando-as de infraestrutura moderna e adequada, incentivando a cultura de preservação e valorização ambiental, bem como a manutenção e expansão qualificada e permanente do seu acervo e do seu patrimônio imóvel;
 - d) fomentar e aperfeiçoar permanentemente os processos e procedimentos de avaliação, tanto internos quanto externos, das atividades docentes, técnicas e administrativas, para assegurar o cumprimento satisfatório da missão acadêmica universitária;
 - e) assegurar meios e instrumentos que permitam desenvolver uma gestão democrática nas áreas acadêmica e administrativa, no patrimônio, nos espaços físicos e no orçamento, na gestão de recursos humanos, bem como na política de assistência ao estudante e ao papel e formas de atuação das suas Fundações de Apoio;
 - f) realizar reformas, construções e ampliações que possibilitarão a correta aplicação dos princípios de segurança, o atendimento às exigências sanitárias, às políticas de inclusão social e proteção à saúde e ao ambiente, eficiência energética, conforto térmico nos edifícios, bem como à qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão oferecidos;
 - g) reordenamento da estrutura organizacional e didático-pedagógica com a definição de competências e níveis de atuação de modo a atender às exigências do mundo atual;
 - h) captação de recursos junto a agências de fomento para incrementar as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
 - i) distribuição de recursos seguindo critérios e indicadores de desempenho;
 - j) qualificação e capacitação dos recursos humanos;
 - k) reconceber a estrutura física de modo a eliminar duplicações de equipamentos, que encarecem o custo do ensino e pesquisa;
 - l) promover a estreita relação da Administração Central com as estruturas didático-pedagógica e de gestão acadêmica;
 - m) promover a integração da universidade e às demais instituições representantes da sociedade civil;
 - n) ampliar a infraestrutura física de modo a responder adequadamente às prioridades definidas para os projetos acadêmicos existentes, bem como para os novos programas;

- o) melhorar as condições de infraestrutura e apoio para o cumprimento das funções acadêmicas;
- p) garantir a evolução do acervo bibliográfico, de redes de computadores, da tecnologia da informação e de recursos tecnológicos em geral; e
- q) criar mecanismos de comunicação e de conexão interna e externa.

Recursos humanos

O modelo de Gestão por Competências tem direcionado as políticas e as práticas de Recursos Humanos em grande parte das organizações contemporâneas e se inclui nas diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006 por outras normas e instrumentos que orientam a gestão de recursos humanos.

A política de recursos humanos é inovadora na medida em que pretende tornar os servidores aptos a formular, implementar e avaliar as políticas públicas. Concebida a partir da tríade estratégica da moderna gestão de pessoas – gestão por competências, democratização das relações de trabalho e qualificação intensiva das equipes de trabalho, essa política propõe a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

O desenvolvimento permanente das pessoas, incluindo a aprendizagem por meio de novos métodos que levem a práticas inéditas na administração pública, é outro objetivo da nova política. Embasado nos conceitos, estabelecidos pelo Decreto nº 5.825/06, de desenvolvimento, capacitação, educação formal, aperfeiçoamento, qualificação, desempenho, avaliação, dimensionamento da força de trabalho, alocação de cargos, força de trabalho e processo de trabalho entre outros foi definido o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE e que tem como diretrizes básicas:

- a) consolidar a política de recursos humanos;
- b) implementar programa de qualificação e de capacitação de recursos humanos;
- c) desenvolver e implementar sistema de alocação de recursos humanos e redimensionamento da força de trabalho;
- d) aprimorar programas de assistência ao servidor; e
- e) aperfeiçoar o processo de avaliação dos servidores.

No âmbito da UFMS, as políticas de recursos humanos estão focadas nos seguintes pontos: capacitação e aperfeiçoamento, avaliação de desempenho, dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e desenvolvimento de sistemas de gestão de recursos humanos e na assistência.

Em suma, a política de recursos humanos tem como objetivos modernizar e melhorar a base organizacional do sistema de recursos humanos; adotar os princípios da educação continuada nos programas de capacitação e qualificação dos servidores; recompor e manter o quadro de pessoal docente e técnico-administrativo em adequadas condições de formação e atualização profissional, melhorar e modernizar as condições de trabalho, visando garantir o desenvolvimento e a capacitação do servidor, o aprimoramento e inovação dos processos de trabalho e assimilação de novas linguagens e tecnologia e a melhoria dos serviços prestados. A dimensão humana é uma busca incessante no processo formativo da UFMS, de modo que, inevitavelmente, passa a integrar as relações de trabalho no contexto institucional. Assim, percebe-se esta política relacionada à demanda de qualificação continuada do corpo funcional, vinculada à valorização do clima interno enquanto elemento agregador de um trabalho educativo de qualidade, a que se deve aliar a valorização de pessoal, visando à permanência na Universidade.

2.7 Responsabilidade social da instituição

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o SINAES, considera responsabilidade social da instituição, especialmente o que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, itens que são amplamente contemplados nas políticas institucionais. Por ser uma Universidade pública e gratuita, está sempre aberta aos mais amplos setores sociais e suas ações são sempre pautadas pelos valores democráticos e acadêmicos, alicerçadas na produção crítica do conhecimento.

Assim, sua responsabilidade social manifesta-se na oferta de um ambiente propício à formação integral do ser humano, de uma educação comprometida com a ética, a cidadania, o conhecimento e o atendimento às necessidades contemporâneas, por meio de uma estrutura educacional inovadora e diferenciada, contribuindo para uma melhor qualidade de vida do indivíduo e da sociedade.

Além do ensino propriamente dito, a UFMS tem a preocupação de atender às políticas públicas de saúde, bem como as ambientais e de inclusão social. Considerando as características culturais do Estado, tem desenvolvido pesquisas e ações de extensão junto à população indígena e quilombolas com o objetivo de melhorar-lhes a qualidade de vida. Nas questões ambientais, tem desempenhado importante papel por meio de seus pesquisadores, considerando as pressões desenvolvimentistas que o Cerrado e o Pantanal sul-mato-grossense vêm sofrendo (usinas de álcool e turismo).

A grande meta que se inscreve no projeto pedagógico institucional é, portanto, promover organicidade às políticas educacionais e ao atendimento da educação superior, de modo que se evidencie sua preocupação com a ética e a diversidade na educação, bem como com a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a diversidade cultural e social da região.

Outro ponto de visibilidade da responsabilidade social da UFMS compreende os estágios curriculares da graduação, os não curriculares e a prestação de serviços em diversas áreas, como consultoria, diagnóstico organizacional, recrutamento, seleção, treinamento, atendimento na área da saúde física e mental, capacitação educacional, entre outros, que contribuem diretamente para o desenvolvimento local e regional.



3. Organização Pedagógica

PDI 2015-2019

3.1 Cronograma de implantação dos cursos de graduação no período de vigência do PDI

Tabela 1: Programação de abertura de cursos de graduação presencial oferecidos pela UFMS

Curso	Alunos por turma	Turno	Local de funcionamento	Previsão de implantação
Engenharia de Software (B)	70	V/N	FACOM	2015
Engenharia de Biosistemas – (B)	50	MV	CPCS	2017
Engenharia de Produção – (B)	50	MV	CPNA	2017
Engenharia Civil – (B) Ciências Contábeis	50 40	MV	CPNA	2017 Repactuação
Engenharia Civil – (B)	50	MV	CPNV	2017
Engenharia Elétrica – (B) Administração (B)	50 40	MV	CPNV	2017 Repactuação
Arquitetura e Urbanismo – (B)	50	MV	CPNV	2017
Ciências Contábeis – (B)	50	N	CPAR	2017
Medicina	60 30	I	CPAN	2017
Medicina Veterinária – (B)	60	MV	CPAR	2017
Serviço Social – (B)	40	N	CPTL	2017
Engenharia de Controle e Automação	50	MV	FAENG	2017
Administração – (B) Novo	50	N	CPCS	2017
Administração Pública – (B)	50	N	GGHS ESAN	2018
Música – (B)	30	MV	CCHS	2018
Serviço Social – (B)	40	N	CPAQ	2018
Direito – (B)	50	N	CPCS	2018
Ciências Contábeis – (B)	50	N	CPNA	2018
Enfermagem – (B)	40	MV	CPAN	2018
Arquitetura e Urbanismo (B)	40	MV	CPAN	2018
Educação Física (B)	30	N	CPAQ	2019

Continua

Continuação

Curso	Alunos por turma	Turno	Local de funcionamento	Previsão de implantação
Engenharia Química – (B)	50	MV	CPTL	2019
Engenharia Ambiental – (B)	50	MV	CPTL	2019
Educação Física	50	N	CPTL	2019
Agronomia – (B)	50	MV	CPAN	2019
Engenharia Civil – (B)	50	MV	CPAN	2019
Engenharia Mecânica	50	MV	FAENG	2019
Matemática Aplicada– (B)	30	MV	INMA	2019
Licenciatura interdisciplinar em Ciências Naturais (L)	30	N	INFI	2019
Engenharia Mecatrônica	40	MV	CPPP	2019
Geologia – (B)	40	N	CPAQ	2019
Arquitetura e Urbanismo – (B)	50	MV	CPCS	2019
Psicologia – (B)	40	MV	CPNV	2019
Psicologia – (B)	40	MV	CPTL	2019
Medicina Veterinária – (B)	60	MV	CPAN	2019
Engenharia Hídrica	50	MV	FAENG	2019

Fonte: PREG.

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Legenda: (B) Bacharelado; (L) Licenciatura; (M) Matutino; (V) Vespertino; (N) Noturno; (I) Integral; (S) Sábado.

Nota: Os cursos somente serão implantados após apresentarem estudo de viabilidade socioeconômica e de infraestrutura.

Tabela 2: Programação de abertura de cursos tecnológicos

Curso	Vagas	Nº turmas	Turno	Local de funcionamento	Previsão de implantação
Gastronomia	30	1	NSMV	CCBS	2017
Gestão de Cooperativas	40	1	N	CPAR	2018

Fonte: PREG.

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Legenda: (M) Matutino; (V) Vespertino; (N) Noturno; (S) Sábado.

Nota: Os cursos somente serão implantados após apresentarem estudo de viabilidade socioeconômica e de infraestrutura.

Tabela 3: Programação de abertura de cursos a distância

Curso	Local de funcionamento	Vagas	Previsão de implantação
Música (licenciatura)	CPAN	50	2015

Fonte: PREG.

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Nota: Os cursos somente serão implantados após apresentarem estudo de viabilidade socioeconômica e de infraestrutura.

Tabela 4: Programação de aumento de vagas para cursos Reconhecidos

Curso	Modalidade	Local de funcionamento	Nº de vagas	Vagas ampliadas	Previsão de implantação
Medicina	Presencial	FAMED	60	20	2015

Fonte: PREG.

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Tabela 5: Programação de aumento de turma

Curso	Modalidade	Local de funcionamento	Vagas ampliadas	Previsão de implantação
Direito	Presencial	FADIR	40	2018

Fonte: PREG.

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Tabela 6: Cursos suspensos

Curso	Local	Modalidade	Vagas	Turno	Situação	Observação
Administração	CPBO	Presencial	50	NSMV	Res. COUN nº 46, de 21-05-2013, BS 5545, pg. 8	A partir de 2013
Turismo e Meio Ambiente	CPBO	Presencial	60	NSMV	Res. COUN nº 13, de 25-03-2014, BS 5758	Retroativo a 2011

Continua

Continuação

Curso	Local	Modalidade	Vagas	Turno	Situação	Observação
Letras Português/ Espanhol	CPCX	Presencial	50	N	Res. nº 21, 25-03-2014	A partir de 2014
Geografia	CPTL	Presencial	30	I	Res. COUN nº 12, de 25-03-2014, BS 5758	A partir de 2014
Tecnologia em Redes de Computadores	FACOM	Presencial	70	N	Res. Coun nº 79/2014, BS 5902	A partir de 2015
Comunicação Social Habilitação em Jornalismo	CCHS	Presencial	50	VN	Res. Coun 78/2014, BS 5902	A partir de 2015

Fonte: PREG.

Legenda: (M) Matutino; (V) Vespertino; (N) Noturno; (S) Sábado; (I) Integral.

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Tabela 7: Cursos alterados

Curso	Local	Modalidade	Vagas	Turno	Situação: Suspensão	Observação
Ciências Sociais	CCHS	Presencial	50	M	Acerto de turno e código do Siscad	Turno: M/V para M
Siscad: 0344 para 363						
Ciência da Compu- tação	CPPP	Presencial	50	VN	Acerto de turno	Turno: M/T para T/N
Turismo	CPAQ	Presencial	30	V	Acerto de turno	Turno: M para V
Psicologia	CPAR	Presencial	40	NV	Acerto de ingresso	Ingresso: inverno para verão
Sistemas de Informa- ção	CPCX	Presencial	50	N	Acerto de ingresso	Ingresso: inverno para verão
Odontologia	FAODO	Presencial	50	MV	Acerto de duração	Duração: de 9 para 10 semestres
Medicina	FAMED	Presencial	80	MVN	Ampliação de vagas	Vagas: de 60 para 80 vagas

Fonte: PREG.

Legenda: (M) Matutino; (V) Vespertino; (N) Noturno; (S) Sábado.

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Tabela 8: Programação de redução de vagas para cursos reconhecidos

Curso	Modalidade	Unidade	Nº de vagas	Nº de vagas reduzidas	Previsão de implantação
Matemática (Licenciatura)	Presencial	CPPP	50	40	2016
Sistemas de Informação	Presencial	CPPP	50	40	2016
Ciência da Computação	Presencial	CPPP	50	40	2016
Pedagogia	Presencial	CPPP	50	40	2016
Pedagogia	Presencial	CPNV	60	40	2016
Ciências Sociais	Presencial	CPNV	60	40	2016
Sistemas de Informação	Presencial	CPCX	50	40	2016
Letras – Português (Licenciatura)	Presencial	CPCX	50	40	2016
Enfermagem	Presencial	CPCX	50	40	2016
História (Licenciatura)	Presencial	CPCX	50	40	2016
Enfermagem	Presencial	EGBS	50	40	2016

Fonte: PREG.
Elaboração: CPI/PROPLAN.

Tabela 9: Programação de abertura de cursos de pós-graduação – *stricto sensu*

Curso	Modalidade	Alunos por turma	Local de funcionamento	Ano previsto para criação
Ciências Veterinárias	Mestrado	10	FAMEZ	2015
Geografia		10	CPAQ	2015
Ciências, Tecnologia e Desenvolvimento		10	INFI	2016
Direito (Acadêmico)		10	FADIR	2016
Geociências e Meio Ambiente		10	FAENG	2016
Filosofia		10	CCHS	2016
Ciências Sociais		10	CCHS	2017

Continua

Continuação

Curso	Modalidade	Alunos por turma	Local de funcionamento	Ano previsto para criação
Engenharia Elétrica	Mestrado	10	FAENG	2017
Geografia		10	FAENG	2017
Bioengenharia e Biotecnologia		10	CPTL	2017
Ciências Contábeis		10	ESAN	2017
Educação		10	CPTL	2017
Educação		10	CPNV	2017
Educação Física		10	CCHS	2017
Desenvolvimento Territorial e Dinâmicas Socioeconômicas		10	CCHS	2018
Ensino de História: Diferentes, Fontes e Linguagens		10	CPAQ	2018
Ensino de Sociologia		10	CPNV	2018
Meio Ambiente, Planejamento Urbano e Saúde		10	CCBS	2018
Programa Nacional de Mestrado Profissional em Saúde da Família		10	CCBS	2018
Direito (Profissional)		10	FADIR	2018
Engenharia de Produção		10	FAENG	2018
Engenharia Florestal		10	CPCS	2018
Sociologia		10	CPNV	2018
Vigilância em Saúde da Região Leste de Mato Grosso do Sul		10	CPTL	2019
Artes		10	CCHS	2019
Formação de Professores na Interdisciplinariedade e na Interculturalidade		10	CPAQ	2019
Biodiversidade e Recursos Naturais		10	CPAN	2019
Ciências do Ambiente		10	CPAQ	2019
Educação e Fronteira		10	CPPP	2019
Engenharia de Computação		10	CPPP	2019
Matemática	10	INMA	2019	

Continua

Continuação

Curso	Modalidade	Alunos por turma	Local de funcionamento	Ano previsto para criação
Ciências Veterinárias	Doutorado	10	FAMEZ	2015
Educação Matemática		10	INMA	2015
Administração		10	CCHS	2015
Ensino de Ciências		10	INFI	2017
Agronomia		5	CPCS	2018
Biologia Animal		5	CCBS	2018
Biologia Vegetal		5	CCBS	2018
Saúde Coletiva		5	CCBS	2018
Geografia		10	CPTL	2019
Psicologia		10	CCHS	2019
Saúde da Família		10	CCBS	2019
Enfermagem		5	CCBS	2019
Educação		5	CPAN	2019
Estudos Fronteiriços		5	CPAN	2019
Geografia		5	CPAQ	2019
DINTER em Computação (Receptora)	Dinter em rede	10	A definir	2015
DINTER em Ecologia e Conservação (Proponente)		5	A definir	2015
DINTER em Educação (Receptora)		10	CPAN	2015
DINTER em Direito (Receptora)		10	FAENG	2015
Comunicação e Inovação (em Rede)		10	FADIR	2017
DINTER em Engenharia de Produção (Receptora)		10	CCHS	2019
DINTER em Reabilitação em Saúde (Receptora)		5	A DEFINIR	2019

Fonte: PROPP

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Legenda: (DINTER) Doutorado Interinstitucional.

Nota: Os cursos somente serão implantados após apresentarem estudo de viabilidade socioeconômica e de infraestrutura.

Tabela 10: Programação de abertura de cursos de pós-graduação – *lato sensu*

Curso	Modalidade	Alunos por turma	Local de funcionamento	Ano previsto para criação
Letras	Especialização	30	CPAQ	2015
Política Linguística		30	CPAQ	2015
Gestão de Escola Indígena		30	CPAQ	2015
Direito		30	FADIR	2016
Filosofia		30	CCHS	2016
Agroecologia		30	CPAQ	2016
Administração e Processos		30	CPAQ	2016
A definir – EAD		30	CPAR	2017
Farmácia		30	CCBS	2017
História		30	CCHS	2017
Enfermagem		30	CCBS	2018

Fonte: PROPP

Elaboração: CPI/PROPLAN.

Legenda: (DINTER) Doutorado Interinstitucional.

Nota: Os cursos somente serão implantados após apresentarem estudo de viabilidade socioeconômica e de infraestrutura.

3.2 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas

Perfil de egresso

O egresso deve ser um profissional eclético, consciente dos princípios éticos, científicos e de cidadania que necessitam ser constantemente aprimorados e praticados no exercício profissional. No sentido amplo, deve possuir visão globalizada dos aspectos sociais, culturais e administrativos relacionados às diferentes áreas de formação. Deve ser capaz de exercer sua profissão, inserido no contexto social, acompanhar a evolução do conhecimento em sua área, ser comprometido com o desenvolvimento regional e com as questões ligadas à sustentabilidade ambiental e responsabilidade social. Deve também ser capaz de identificar e exercer sua profissão de acordo com as demandas locais, regionais e nacionais, bem como trabalhar em equipe interdisciplinar e multiprofissional.

Concepção de Currículo

A concepção de currículo se traduz em políticas norteadas pelas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação que possibilitam a formação profissional competente e do cidadão para atuar em sua área e nos processos de transformação social e criar alternativas com potencial para enfrentar as problemáticas que emergem no mundo contemporâneo. Desta forma, estão sendo superadas as práticas derivadas da rigidez dos currículos mínimos, de cursos estruturados mais na visão corporativa das profissões do que nas perspectivas da obtenção para o contexto científico-histórico das áreas de conhecimento, do atendimento às demandas existentes e da indicação de novas demandas mais adequadas à sociedade.

A reformulação dos projetos pedagógicos, atendendo às novas resoluções e adaptando-as aos cursos já em funcionamento, está baseada nos seguintes tópicos:

- a) projeto pedagógico construído coletivamente;
- b) flexibilidade, de modo a observar transformações ocorridas nas diferentes fronteiras das ciências;
- c) formação integral que possibilite a compreensão das relações de trabalho, de alternativas sócio-políticas de transformação da sociedade, de questões relacionadas ao meio ambiente e à saúde, na perspectiva de construção de uma sociedade sustentável;

- d) graduação como etapa inicial que constrói a base para o permanente e necessário processo de educação continuada;
- e) incorporação de atividades complementares em relação ao eixo fundamental do currículo;
- f) interdisciplinaridade;
- g) predominância de formação sobre a informação;
- h) articulação entre teoria e prática;
- i) produção de atividades educativas de natureza científica e de extensão; e
- j) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Princípios metodológicos

As práticas acadêmicas da UFMS estão alicerçadas nos seguintes princípios filosóficos fundamentais:

- a) a ética;
- b) a participação democrática;
- c) o diálogo, em termos de igualdade;
- d) a tolerância e a compreensão;
- e) o respeito à natureza e a preservação do ambiente;
- f) a dignidade, a igualdade e a liberdade de todas as pessoas;
- g) a natureza pública e gratuita do ensino;
- h) a excelência;
- i) a formação humanística e visão global que habilite seus alunos a compreender o meio-social, político, econômico e cultural onde estão inseridos e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente e dinâmico;
- j) a diversificação teórico-metodológica;
- k) a universalidade, multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade do conhecimento; e
- l) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que estabeleça a relação dos processos de ensino com a pesquisa científica e com as atividades de extensão, e fortaleça a articulação entre o conhecimento acadêmico e a prática profissional.

Processos de avaliação

O atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) procede à avaliação das universidades brasileiras nas dimensões interna (autoavaliação institucional) e externa (realizada por comissão externa).

A autoavaliação, na UFMS, representa um processo permanente de reflexão sobre as ações globais da instituição que inclui o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades de ensino, pesquisa e extensão, alinhada à missão institucional.

Na UFMS, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela “condução dos processos de avaliação internos da instituição” de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

A CPA é composta por todos os segmentos da comunidade acadêmica, e também conta com a participação de representantes da sociedade civil organizada. Sua função é coordenar o processo interno de avaliação da IES e disponibilizar informações para que sejam estabelecidas estratégias de ação para a melhoria das condições de ensino oferecidas pela instituição.

O resultado da autoavaliação implica em mudanças no processo de planejamento; de decisões, na organização curricular, na infraestrutura, no quadro de pessoal, no sistema normativo e no processo de reestruturação organizacional e pedagógica. A avaliação contribui para a reflexão acerca do processo ensino-aprendizagem e com a produção do trabalho acadêmico em geral.

O Enade, que integra o Sinaes, tem como objetivo aferir o rendimento dos alunos de graduação em termos de competência e habilidades. O exame é realizado por amostragem e a participação dos acadêmicos constará no histórico escolar.

A UFMS busca construir uma cultura efetiva de avaliação no âmbito da instituição, pois reconhece na avaliação um instrumento para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.

Estágios

Um dos processos essenciais na formação de futuros profissionais é o estágio – atividade essencialmente pedagógica, capaz de estimular o conhecimento crítico da realidade social e sensibilizar o aluno para o atendimento de necessidades sociais balizadas por valores éticos.

Além de favorecer a formação de um profissional com competência para observar e analisar criticamente o seu próprio fazer, o estágio pressupõe liberdade e autonomia para o aprendiz em

seus processos de apropriação de conhecimentos e de construção de significados.

O estágio, portanto, incentiva o desenvolvimento da criticidade necessária para analisar e decidir quais informações do seu repertório de conhecimentos e daqueles disponíveis em seu ambiente utilizará para solucionar os problemas do cotidiano profissional.

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, regulamenta o estágio de estudantes e o define como “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular...” (Art. 1º).

De acordo com a Lei, o Estágio faz parte do projeto pedagógico do curso e pode ser obrigatório ou não-obrigatório. Na perspectiva da relação teoria-prática, ambos têm objetivos similares e devem ser vistos como espaço de estudo e de prática social no âmbito profissional, em consonância com as diretrizes do projeto pedagógico do curso, de modo a assegurar a interdisciplinaridade e a articulação do mundo acadêmico com o mundo do trabalho.

A Resolução COEG nº 107, de 16 de junho 2010, aprova o Regulamento do Estágio para os Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS e foi alterada pelas Resoluções COEG nº 152/2010, nº 286/2012 e nº 266/2013.

O Regulamento de Estágio da UFMS estabelece que deve haver para cada curso uma Comissão de Estágio (COE), cujas principais atribuições são elaborar o regulamento específico, coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes aos estágios e propiciar apoio aos professores orientadores no acompanhamento da relação pedagógica entre um profissional, com formação e/ou experiência na área, e o estagiário.

Os estágios podem ser realizados em instituições públicas ou em empresas privadas que possuem Acordo de Cooperação vigente com a UFMS, ou nas unidades da própria UFMS, bem como por meio de agências de integração.

Em maio de 2013 foi criada a Divisão de Estágio, subordinada à CDA/PREG, responsável por apoiar, administrativa e tecnicamente, os cursos de graduação nas atividades relativas aos estágios e cujas competências são definidas na Resolução CD nº 43, de 18 de abril de 2013:

- a) divulgar às COE sobre os Acordos de Cooperação celebrados com a UFMS;
- b) orientar as COE sobre os procedimentos administrativos e didático pedagógicos;
- c) participar, quando solicitado, de reunião de avaliação dos estágios;
- d) promover o intercâmbio entre as COE, visando solucionar problemas e uniformizar pro-

- cedimentos;
- e) acompanhar e orientar os trâmites referentes ao preenchimento dos Termos de Compromisso e Planos de Atividade do Estágio, verificando, entre outros aspectos, a vigência dos Acordos de Cooperação;
- f) manter cadastro atualizado de todos os estagiários e das concedentes;
- g) tomar as providências cabíveis quanto às possíveis irregularidades no estágio;
- h) elaborar relatórios gerenciais; e
- i) desenvolver outras atividades dentro de sua área de atuação.

Buscando sempre a excelência do estágio na UFMS, a Divisão realiza estudos e propõe inovações que contribuam para o aperfeiçoamento dos processos de realização dos estágios, além de acompanhar a formulação e a execução dos regulamentos de estágio de cada curso, zelando pelo seu fiel cumprimento.

Com o objetivo de proporcionar capacitação e de integrar os cursos com as políticas nacionais e institucionais de estágio, são promovidos ciclos de palestras, ministradas por empresas parceiras, nas quais são abordados, de forma bastante esclarecedora, temas de interesse comum entre acadêmicos, docentes e servidores técnicos.

Para facilitar a interação entre as partes envolvidas no estágio, foram disponibilizados, via internet, Termos de Compromisso para preenchimento eletrônico, formulário para solicitação do seguro contra acidentes pessoais, além de informações sobre oportunidades de estágio, legislação, acordos de cooperação, notícias, artigos e outros *links* relacionados ao tema.

Algumas das metas permanentes da Divisão de Estágio são:

- a) fomentar a celebração de acordos de cooperação com instituições públicas e privadas para desenvolvimento dos estágios obrigatório e não obrigatório;
- b) aprimorar e propor novos modelos de formulários para planos de Atividade, Termo Aditivo e relatórios;
- c) realizar seminários para divulgação e troca de experiências das atividades de estágio.
- d) analisar todos os regulamentos de estágio dos cursos e das Comissões de Estágio; e
- e) realizar reuniões periódicas com as Comissões, com objetivo de orientar, propor adequações e facilitar a interação da instituição com as concedentes de estágio e com os discentes;

Em médio prazo, pretende-se ainda implantar um módulo, já proposto, integrado ao Sistema Acadêmico e ao Sistema de Convênio, para gerenciamento das informações de estágios.

Assim, as políticas de estágio da UFMS visam à valorização e à primazia das ações relacionadas e preconizam fortalecer a orientação acadêmica voltada para a prática profissional, contribuindo para a formação de acadêmicos críticos, reflexivos, mas, sobretudo de futuros profissionais comprometidos com o desenvolvimento social global.

Política de avaliação

O atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) procede à avaliação das universidades brasileiras nas dimensões interna (autoavaliação institucional) e externa (realizada por comissão externa).

A autoavaliação, na UFMS, representa um processo permanente de reflexão sobre as ações globais da instituição que inclui o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades de ensino, pesquisa e extensão, alinhado à missão institucional.

Na UFMS, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela “condução dos processos de avaliação internos da instituição”, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

A CPA é composta por todos os segmentos da comunidade acadêmica e também conta com a participação de representantes da sociedade civil organizada. Sua função é coordenar o processo interno de avaliação da IES e disponibilizar informações para que sejam estabelecidas estratégias de ação para a melhoria das condições de ensino oferecidas pela instituição.

O resultado da auto-avaliação implica em mudanças no processo de planejamento; de decisões, na organização curricular, na infraestrutura, no quadro de pessoal, no sistema normativo e no processo de reestruturação organizacional e pedagógica. A avaliação contribui para a reflexão acerca do processo ensino-aprendizagem e da produção do trabalho acadêmico em geral.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que integra o Sinaes, tem como

objetivo aferir o rendimento dos alunos de graduação em termos de competência e habilidades. O exame é realizado por amostragem e a participação dos acadêmicos constará no histórico escolar.

A UFMS busca construir uma cultura efetiva de avaliação no âmbito da instituição, pois reconhece na avaliação um instrumento para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.

Atividades complementares

As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão voltadas para a comunidade.

Tais atividades se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular obrigatório.

Ainda são integrantes da formação acadêmica, que possibilitam o desenvolvimento das competências e das habilidades individuais do aluno.

Na UFMS, elas são previstas no Projeto Pedagógico de cada curso e regulamentadas de acordo com as suas especificidades.

São consideradas atividades complementares: estágios curriculares não obrigatórios, projetos de extensão, projetos de ensino, projetos de pesquisa, iniciação científica, cursos, publicações, monitorias, trabalhos de conclusão de curso (quando não forem obrigatórios), eventos, disciplinas complementares cursadas como enriquecimento curricular, dentre outras.

Projetos e Programas

Os cursos de graduação da UFMS têm como objetivo formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção no mercado de trabalho, ao exercício da cidadania, ao prosseguimento do próprio desenvolvimento e à participação no desenvolvimento da sociedade.

Para atender esse objetivo, a Pró-reitoria de Ensino de Graduação institui, regulamenta, monitora, avalia e fomenta programas, projetos de ensino, monitorias, estágios e mobilidades

como forma de assegurar ao acadêmico a participação em diferentes processos de aprendizagem que contribuam para o aumento do rendimento acadêmico e para a melhoria da qualidade dos cursos, assegurando também a interface com a pesquisa e a extensão.

Essas atividades são oferecidas com o intuito de diversificar, flexibilizar e modernizar as formas de ensino, oferecendo a possibilidade de o acadêmico enriquecer a sua formação.

Além disso, as atividades vinculadas ao ensino desenvolvidas por meio de projetos, programas e estágios despertam no acadêmico maior interesse pelo curso, principalmente quando é observada a relação entre a teoria e a prática. Essas atividades facilitam a inserção do indivíduo no mundo do trabalho, incentivam a prática do pensamento científico e favorecem o desenvolvimento de habilidades comportamentais, políticas e sociais necessárias aos futuros profissionais, de modo que possam efetivamente se integrar à sociedade, atuando de maneira ativa e interativa.

3.3 Inovações significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/96 – prevê uma flexibilidade curricular em relação:

- a) à organização curricular como reflexo da cultura local, sem perder de vista os objetivos e as finalidades da educação nacional;
- b) às peculiaridades de cada modalidade de ensino.

A flexibilização do currículo tem por objetivo possibilitar a afirmação da cultura local como elemento central da aprendizagem, cujo objetivo da ação educativa é a aprendizagem sobre a vida, tendo como valor principal a participação do sujeito no planejamento, execução e avaliação das ações desenvolvidas.

O princípio da flexibilização, o qual contempla maior e melhor movimentação interna do acadêmico por meio da organização e ampliação de atividades, é adotado pela UFMS a partir das seguintes ações:

- a) disciplinas optativas;
- b) atividades complementares, de caráter técnico, científico-culturais, envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- c) maior fluidez e dinamização no percurso acadêmico, pela minimização dos pré-requisitos; e

- d) atividades de intercâmbio e mobilidade acadêmica (permite ao acadêmico cursar disciplinas em outros cursos e instituições conveniadas).

3.4 Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos

Adotando o princípio da flexibilidade curricular, a UFMS busca agregar e somar diferentes modalidades de formação acadêmica, procurando construir um currículo que atenda não só o crescimento profissional, mas também ao desenvolvimento pessoal do estudante.

3.5 Avanços tecnológicos

A UFMS, por meio da reorganização administrativa em torno de uma gestão socialmente responsável, busca em um movimento de aproximação da academia com a sociedade, romper tradição assistencialista. Destarte, a responsabilidade social da UFMS ultrapassa os princípios da governança corporativa e traz para a sala de aula e para os laboratórios a sociedade e suas demandas e, por outro lado, levando a academia à interação próxima com a comunidade, cria situações de aprendizado e de concepção de ideias, em um contexto democrático no qual a educação ocorre contribuindo para a produção de capital humano, intelectual e tecnológico do país, direcionados para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

As alterações no conteúdo dos cursos no ambiente de ensino-aprendizagem são fundamentais e urgentes para as instituições que almejam dar um salto de qualidade nestes novos tempos. Investir na atualização tecnológica e na inserção de novas práticas e processos, demandados em razão da constante transformação dos paradigmas tecnológicos, pode contribuir efetivamente na formação e preparação dos profissionais para que atuem nas diferentes áreas de conhecimento.

À luz deste entendimento, a UFMS sempre apoiou o desenvolvimento de novas experiências de aprendizagem capazes de conectar a instituição com a nova realidade local, regional, nacional e internacional. Nesse contexto de mudanças de difícil dimensionamento, estão sendo adotadas políticas inovadoras para a transmissão e produção do conhecimento, entre as quais, destacam-se:

- a) a possibilidade de oferecer nos cursos 20% de sua carga didática na modalidade a distância, conforme prevê a Portaria nº 2.253 de 18/10/01 – MEC, possibilitando, deste modo, que as atuais e novas tecnologias de informação e de comunicação possam produzir melhorias significativas no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem;

- b) a criação e adequação dos espaços pedagógicos;
- c) a inserção da plataforma MOODLE nas práticas de ensino presencial;
- d) a implementação de projetos de ensino de graduação concernentes ao desenvolvimento de ações inovadoras de ensino-aprendizado; e
- e) a realização de eventos relacionados à Inovação Tecnológica.

A UFMS entende que os avanços tecnológicos contribuem essencialmente para aprimorar as políticas e diretrizes pedagógicas e corroborar para o incentivo e o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse sentido, os esforços estão direcionados para criação de novos cursos, disponibilização de laboratórios e infraestruturas de apoio, além da proposição de ações que possibilitem a solidificação da cultura em pesquisa científica e tecnológica, propiciando à comunidade acadêmica, meios para adquirir competências necessárias para melhorar a qualidade do ensino.

Destacando-se a implantação e implementação:

- a) do Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento, que integra a infraestrutura de pesquisa do programa de Mestrado em Engenharia Elétrica e tem por objetivos a formação de pessoal, o desenvolvimento de pesquisa orientada a produtos e a publicação de artigos científicos em conferências e periódicos, visando à disseminação de conhecimento;
- b) da Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, que teve origem no projeto “Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da UFMS”, financiado pela Finep. Seu objetivo é gerir a política de propriedade intelectual na UFMS, bem como promover ações para a disseminação da cultura de propriedade intelectual e inovação tecnológica no Estado de Mato Grosso do Sul;
- c) da Base de Estudos do Pantanal (BEP), posto avançado de apoio aos pesquisadores que desenvolvem atividades científicas e tecnológicas na região do Pantanal sul-mato-grossense. Localizada na margem direita do Rio Miranda, na região do Passo do Lontra, município de Corumbá, a BEP possui uma área edificada de 1.208 m² dispondo de cômodos equipados para fins de alojamento. Um dos objetivos principais da BEP é apoiar projetos que proporcionem a expansão do conhecimento das diversas áreas da ciência: agronomia, biologia, farmácia, bioquímica, geografia, geologia, jornalismo, medicina, meteorologia, climatologia, odontologia, tecnologias ambientais, tecnologias de alimentos e medicina veterinária;
- d) da oferta dos Cursos Superiores em Tecnologia nas áreas: Redes de Computadores, Ele-

- trotécnica Industrial, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Saneamento Ambiental, Construção de Edifícios, Alimentos e Processos Gerenciais. O objetivo é formar profissionais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades em uma determinada área profissional e com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias para o processo produtivo;
- e) de novos doutorados que serão fundamentais para a disseminação e fortalecimento das políticas de inovações tecnológicas da Universidade e irão propiciar o estudo e o desenvolvimento de pesquisa nas áreas de: (1) Recursos Hídricos, Tecnologias de Controle da Poluição, e Diagnóstico e Avaliação de Impactos Ambientais, (2) Sistemas de Computação, Sistemas de Informação e Teoria da Computação, e (3) Produção Animal e em Saúde Animal, respectivamente;
 - f) do Centro Tecnológico de Eletrônica e Informática de Mato Grosso do Sul (CTEI-MS), desenvolvido em parceria com duas universidades particulares do Estado e está instalado na Faculdade de Computação da UFMS. No local serão desenvolvidos trabalhos de computação de alto desempenho em processamento de dados, análise de base de dados e desenvolvimento de *chips*, novidade no Estado. Esses polos tecnológicos têm como objetivo o desenvolvimento de tecnologia de televisão tridimensional, computação robótica, análises precisas de dados meteorológicos e cadeias produtivas, como a do peixe, da soja e do gado. A expectativa é poder fornecer serviços e soluções tecnológicas para a comunidade; e
 - g) da Pantanal - Incubadora Mista de Empresas da UFMS, escritório modelo que se destina a manter e apoiar empreendedores nas fases de implantação, desenvolvimento, consolidação e desincubação de empresas, fornecendo-lhe ambiente e condições de funcionamento apropriado, tendo por objetivos apoiar a formação e consolidação de empresas mistas caracterizadas pelo conteúdo inovador, contribuindo para o desenvolvimento do mercado brasileiro e internacional, de modo a assegurar seu fortalecimento e melhoria do seu desempenho.



4. Corpo Docente

PDI 2015-2019



4.1 Requisitos para o Cargo

Considerando a qualificação do quadro docente e a eliminação da necessidade de capacitação e aperfeiçoamento futuro, a UFMS tem como praxis o estímulo à exigência de titulação mínima de mestre e doutor e o regime de trabalho de tempo integral, com dedicação exclusiva para os concursos realizados, excetuando-se casos devidamente justificados, que obedecem ao que preconiza a legislação e normatização vigente:

- a. para a classe de Professor Auxiliar serão exigidos o diploma de curso de graduação ou certificado de pós-graduação lato sensu, ou certificado de Residência Médica (expedido por instituição reconhecida e credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica/MEC) ou título de Especialista registrado na Associação Médica Brasileira, ou comprovante de obtenção de créditos em cursos de pós-graduação stricto sensu;
- b. para a classe de Professor Assistente “A”: diploma de graduação, título de mestre, de acordo com a classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES), além de comprovação de formações adicionais, quando houver;
- c. para a classe de Professor Adjunto “A”: diploma de graduação, título de doutor, de acordo com a classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES), além de comprovação de formações adicionais, quando houver; e
- d. para a classe de Professor Titular: diploma de curso de graduação e título de doutor.

4.2 Experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica

A Prova de Títulos, exigida para os candidatos de todas as classes, terá como objetivo avaliar o aperfeiçoamento profissional, crescimento de sua produção intelectual e a atualização científica dentro do seu projeto pessoal de vida, evidenciando os trabalhos acadêmicos do candidato em relação às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração acadêmica. A pontuação do candidato será nos seguintes grupos:

- a) GRUPO I: julgamento do título que corresponde à titulação máxima, não sendo cumulativa;
- b) GRUPO II: produção de natureza intelectual; científica; artística e cultural; técnica ou tecnológica;

- c) GRUPO III: desempenho nas atividades do magistério em nível superior considerando-se como fatores para a pontuação o tempo de exercício e as contribuições ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão; bancas examinadoras de dissertação ou teses de pós-graduação e de concurso para professor do magistério superior; e
- d) GRUPO IV: atividades de administração acadêmica e/ou outras atividades, o exercício de funções na administração universitária compreendendo: direção, chefia, coordenação, participação em conselhos, colegiados, comissões permanentes.

O julgamento da Prova de Títulos será baseado na apresentação do Curriculum Vitae e nos comprovantes apresentados em relação às atividades desenvolvidas pelo candidato. Os parâmetros para pontuação da Prova de Títulos e a forma de comprovação constam na Tabela de Pontuação aprovados pela Resolução do Conselho Diretor nº 7, de 20 de Fevereiro de 2009 que aprovou o Regulamento do Concurso Público para Ingresso na Carreira do Magistério Superior da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

4.3 Os critérios de seleção e contratação

A seleção e contratação dos ingressantes da carreira do Magistério Superior são realizadas por meio de concurso público de provas e títulos (prova escrita, prova didática e prova de títulos), somente podendo ocorrer no nível 1 da classe A. Os editais são regidos pela Lei 6.944/2011 e internamente pela Resolução nº 25/2014 do Conselho Diretor, que aprovou o Regulamento do Concurso Público para Ingresso na carreira do Magistério Superior da UFMS, no qual está definida a área, o requisito básico, levando-se em consideração o que rege a Lei 12.772/2012, complementada pela Lei 12.863/2013 e Portaria nº 554/2013-MEC. Os editais são publicados, na íntegra, no Diário Oficial da União, no *site* da Universidade e divulgados em jornais e outros meios de comunicação.

4.4 Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

O regime jurídico do quadro docente foi instituído pela Lei nº 8.112, de 11/12/1990, sendo o Plano de Carreira regulamentado pelo Decreto nº 94.664/1987 e pelas Leis nº 7.596, de 10/04/1987, nº 11.784, de 22/09/2008, e posteriores alterações. O regime de trabalho conforme legislação vigente pode ser de 20h, 40h ou 40h com dedicação exclusiva (DE). Na UFMS, os Editais de concursos definem o regime de trabalho.

A política de capacitação segue as normas gerais para a capacitação do docente integrante da Carreira do Magistério Superior, aprovadas na UFMS, que propicia a sua participação em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, compreendendo programas em níveis de mestrado e doutorado e, ainda, estágio pós-doutoral. Os critérios de seleção, priorização e qualificação para os afastamentos dos docentes, seguem os seguintes princípios: a) desempenho acadêmico do docente; b) o plano de estudos do docente; c) a expectativa de sua contribuição futura para a UFMS; e d) o credenciamento do curso de mestrado e doutorado, no País, pela CAPES.

Também, como política de capacitação está sendo instituído e normatizado o Programa de Formação Continuada de Professores com o objetivo de oportunizar a participação dos docentes em atividades que visem a sua capacitação profissional permanente e a formação e aperfeiçoamento pedagógico de forma continuada.

4.5 Procedimentos para substituição dos professores do quadro

Os procedimentos para substituição do Quadro Docente estão definidos na legislação vigente, sendo que:

A Lei nº 8.112, de 11/12/1990, e suas alterações estabelecem as seguintes situações para o processo de substituição (vacância dos cargos):

- a) exoneração;
- b) demissão;
- c) promoção;
- d) readaptação;
- e) aposentadoria;
- f) posse em outro cargo inacumulável; e
- g) falecimento.

A Lei nº 8.745, de 09/12/1993, e suas alterações estabelecem que, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Federal direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado.

Como necessidade temporária de excepcional interesse público, considera-se:

- a) admissão de professor substituto e professor visitante;

- b) admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro;
- c) admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de professor, pesquisador ou tecnólogo ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação;
- d) admissão de pesquisador, nacional ou estrangeiro, para projeto de pesquisa com prazo determinado, em instituição destinada à pesquisa; e
- e) admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação.

A contratação de professor substituto/temporário poderá ocorrer para suprir a falta de professor efetivo em razão de:

- a) vacância do cargo;
- b) afastamento ou licença, na forma do regulamento; e
- c) nomeação para ocupar cargo de direção de Reitor, Vice-reitor, Pró-reitor e Diretor de Câmpus.

O número total de professores substitutos/temporários de que trata a legislação atual não poderá exceder em 20% do total de docentes efetivos em exercício na instituição federal de ensino.

O recrutamento de pessoal a ser contratado será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito à ampla divulgação, inclusive no Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público. Além disso, a contratação nos casos do professor visitante poderá ser efetivada em vista de notória capacidade técnica ou científica do profissional, mediante análise do *Curriculum Vitae*.

Ainda com relação à contratação de professor substituto/temporário, a lei proíbe a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

Já de acordo com a Lei nº 12.425, de 17/06/2011, a admissão de docentes poderá ser feita para suprir as necessidades decorrentes da expansão das instituições federais de ensino observados os limites e condições fixados pelos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação. Bem como, para suprir a falta de professor efetivo nos casos de:

- a) vacância do cargo;
- b) afastamento ou licença, na forma do regulamento; e
- c) nomeação para ocupar cargo de direção de Reitor, Vice-reitor, Pró-reitor e Diretor de Câmpus.

4.6 Cronograma de expansão do corpo docente, considerando o período de vigência do PDI

Em 2013, o contingente de docentes do quadro regular da UFMS, considerando os docentes em exercício e os afastados, correspondeu a 1.140 profissionais. Deste total, 8 (0,70%) são graduados, 41(3,59%) especialistas, 399 (35%) mestres e 692 doutores (60,70%). O nível de qualificação do corpo docente, como apresentado, reflete as políticas direcionadas ao aprimoramento profissional levadas a termo pela administração, em estrita consonância com a missão institucional.

Com o propósito de assegurar as condições necessárias quando da ampliação da oferta de vagas nos cursos de graduação e de pós-graduação, a UFMS elaborou um relatório com o quantitativo de docentes que obterão condições de se aposentarem até 31/12/2019, considerando somente as regras de proventos integrais e com paridade, ou seja, Art. 6º EC 41/03 e 3º EC 47/05, juntamente a relação dos servidores que completarão 70 anos (aposentadoria compulsória) e que podem ou não constar nas relações de aposentadoria integral, para subsidiar a programação de novas admissões.

Tais previsões, relacionadas às aposentadorias iminentes, podem sofrer alterações, considerando que até a data de aposentadoria o servidor que tiver licença prêmio contada em dobro pode usufruí-la, bem como algum tipo de afastamento, licença ou averbação/revisão que ainda não foi lançado no Sistema de Gestão de Pessoal - SGP antecipando ou postergando a provável data.

Registramos que esse tipo de relatório só foi possível em razão de existir o Sistema de Gestão de Pessoal - SGP. Porém não foi possível com as especificações solicitadas, como separação por classe, pois o Sistema Oficial do Governo (SIAPE) não oferece nenhum tipo de relatório com previsão de aposentadoria, mesmo se solicitado individualmente. A expectativa do número de docentes aptos à aposentadoria é a seguinte:

Tabela 11: Contingente de docentes aptos à aposentadoria

Ano	Docentes
2015	121
2016	23
2017	16
2018	17
2019	19
TOTAL	196

Fonte: PROGEP
Elaboração: CPI/PROPLAN

Segundo a legislação vigente é garantida a reposição dos servidores que se aposentam bem como os que pedem demissão ou são desligados por qualquer outro motivo. Entretanto é salutar ter o conhecimento das possíveis aposentadorias, para melhor conhecimento da força de trabalho e planejamento das ações a serem implantadas no PDI 2015 – 2019.

A expectativa de ampliação do quadro de docentes sem a reposição de vagas provenientes de vacância (aposentadoria, falecimentos e desligamentos) para os anos de 2015 a 2019 é a seguinte:

Tabela 12: Contingente de docentes segundo a titulação

Titulação	Regime de trabalho	2015	2016	2017	2018	2019
Mestre	DE	57	30	30	30	30
Doutor	DE	71	52	52	52	52
Total	DE	128	82	82	82	82

Fonte: PROGEP
Elaboração: CPI/PROPLAN.



5. Corpo Técnico-Administrativo



PDI 2015-2019



5.1 Critérios de seleção e contratação

O ingresso nos cargos do Plano de Carreira far-se-á no padrão inicial do primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas a escolaridade e experiência estabelecidas na legislação em vigor. Esse concurso poderá ser realizado por áreas de especialização, organizado em uma ou mais fases, bem como incluir curso de formação, conforme dispuser o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação (PDI - PCCTAE)

O edital definirá as características de cada fase do concurso público, os requisitos de escolaridade, a formação especializada e a experiência profissional, os critérios eliminatórios e classificatórios, bem como eventuais restrições e condicionantes decorrentes do ambiente organizacional ao qual serão destinadas as vagas.

5.2 Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

O PDI-PCCTAE foi elaborado de acordo com o disposto no artigo 24 da Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005, bem como nas diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.825 de 29 de junho de 2006.

O Plano está fundamentado em três grandes programas: Programa de Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, Programa de Avaliação de Desempenho e Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento.

O Programa de Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal é um processo de planejamento contínuo de avaliação das necessidades de pessoal e competências para atender aos objetivos institucionais e visa estabelecer a matriz de alocação de cargos e definir os critérios de distribuição de vagas.

O modelo de alocação de vagas deve considerar o quadro de pessoal e a efetiva força de trabalho existente, além de outros fatores como as necessidades da unidade, os processos de trabalho, as condições tecnológicas, a legislação e, ainda, identificar:

- a) a necessidade de pessoal, inclusive remanejamento, readaptação e redistribuição da força de trabalho de cada unidade organizacional;
- b) a força de trabalho e sua composição, considerando seus vínculos empregatícios: servidores do quadro, terceirizados em suas mais diversas formas de contrato,

- estagiários e bolsistas;
- c) a necessidade de abertura de vagas para concursos públicos a fim de atender às necessidades institucionais e a substituição da mão de obra terceirizada;
- d) a necessidade de novas vagas para atender à expansão das unidades; e
- e) os servidores em condições de aposentadoria.

A elaboração e implantação do Programa de Avaliação de Desempenho visam garantir um modelo gerencial que permita mensurar os resultados obtidos pelo servidor ou pela equipe de trabalho, mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, previamente pactuadas com a equipe de trabalho, considerando o padrão de qualidade de atendimento ao usuário definido pela Universidade, com a finalidade de subsidiar a política de desenvolvimento institucional e do servidor.

O Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento é um conjunto de ações vinculadas ao planejamento institucional que visa ao desenvolvimento do servidor para o melhor desempenho de suas atividades.

O Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento está implementado nas seguintes linhas de desenvolvimento:

- a) iniciação ao serviço público: visa ao conhecimento da função do Estado, das especificidades do serviço público, da missão da UFMS e da conduta do servidor público e sua integração no ambiente institucional;
- b) formação geral: visa à oferta de conjunto de informações ao servidor sobre a importância dos aspectos profissionais vinculados à formulação, ao planejamento, à execução e ao controle das metas institucionais;
- c) educação formal: visa à implementação de ações que contemplem os diversos níveis de educação formal;
- d) gestão: visa à preparação do servidor para o desenvolvimento da atividade de gestão, que deverá se constituir em pré-requisito para o exercício de funções de chefia, coordenação, assessoramento e direção;
- e) interrelação entre ambientes: visa à capacitação do servidor para o desenvolvimento de atividades relacionadas e desenvolvidas em mais de um ambiente organizacional; e
- f) específica: visa à capacitação do servidor para o desempenho de atividades vinculadas ao ambiente organizacional em que atua e ao cargo que ocupa.

A carreira está estruturada em 5 Níveis de Classificação – A, B, C, D e E; 4 Níveis de Capacitação – I, II, III e IV; e 39 padrões de vencimento básico, justapostos com intervalo de 1 padrão entre os níveis de capacitação e 2 entre os níveis de classificação.

A UFMS prevê a implementação de Projetos que envolvem a Instituição como um todo, no que tange à gestão de carreiras, decorrentes da Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do PCCTAE, no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação, trouxe inovações na gestão da carreira dos cargos técnico-administrativos, no que diz respeito ao desenvolvimento durante a vida funcional do servidor.

São as seguintes atividades a serem elaboradas no próximo quinquênio: 1) Dimensionamento da Força de Trabalho; 2) Etapa III da Avaliação de Desempenho da Carreira Técnico-Administrativa; e 3) Integração das Bases do PCCTAE: Dimensionamento da Força de Trabalho, Avaliação de Desempenho e Programa de Capacitação.

Dimensionamento da força de trabalho

O artigo 5º do Decreto nº 5.825/2006 estabelece que “O Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação” será vinculado ao Plano de Desenvolvimento Institucional de cada IFE, conforme definido no art. 24 da Lei no 11.091, de 2005, e deverá contemplar:

- a) o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas que contemple a realidade da instituição;
- b) o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e
- c) o Programa de Avaliação de Desempenho.

Desses programas, o Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal será desenvolvido na UFMS, em parceria com as universidades federais do Paraná e do Rio de Janeiro, pois é o de maior complexidade e importância para o mapeamento e distribuição da força de trabalho na instituição. Nesse programa está contido o “Banco de Talentos”, que irá cadastrar a Qualificação e Capacitação, como também outros dados relativos à capacidade profissional dos servidores, tanto na carreira dos Técnicos-Administrativos como na carreira Docente.

O Programa de “Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal” foi instituí-

do e detalhado no artigo 6º do Decreto nº 5.825/2006, que compreende:

- a) a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional;
- b) a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências;
- c) a análise dos processos e condições de trabalho; e
- d) as condições tecnológicas da IFE.

O Programa tem com objetivo primordiais:

- a) identificar a força de trabalho da IFE e sua composição, conforme estabelecido neste Decreto;
- b) descrever as atividades dos setores em relação aos ambientes organizacionais e à força de trabalho;
- c) descrever as condições tecnológicas e de trabalho;
- d) identificar a forma de planejamento, avaliação e do nível de capacitação da força de trabalho da IFE;
- e) analisar os processos de trabalho com indicação das necessidades de racionalização, democratização e adaptação às inovações tecnológicas;
- f) identificar a necessidade de redefinição da estrutura organizacional e das competências das unidades da IFE;
- g) aplicar a matriz de alocação de cargos e demais critérios para o estabelecimento da real necessidade de força de trabalho;
- h) realizar a comparação entre a força de trabalho existente e a necessidade identificada, de forma a propor ajustes;
- i) promover o remanejamento interno de pessoal com vistas ao ajuste da força de trabalho à matriz de alocação de cargos; e
- j) identificar a necessidade de realização de concurso público, a fim de atender às demandas institucionais.

Cronograma de Desenvolvimento do Projeto

ATIVIDADE	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Formação do GT para divulgação do projeto						
Elaboração e distribuição de Manual do Dimensionamento da Força de Trabalho						
Elaboração de Sistema Eletrônico de dados para centralização e tabulação de dados						
Divulgação ampla através de workshop, palestras, reuniões setoriais e outros						
Elaboração do Banco de Talentos						
Levantamento de dados de pessoal em todas as unidades administrativas da instituição						
Levantamento das rotinas e processos em todas as unidades administrativas através do formulário do POP (Procedimento Operacional Padrão)						
Estabelecimento de Padrões de Mensuração da Força de Trabalho nas Unidades						
Simulação e aplicação prática para alocação e realocação de servidores						
Relatórios: Anual e Final						

Fonte: PROGEP
Elaboração: CPI/PROPLAN.

As etapas do Programa de Avaliação de Desempenho

Trata-se da ferramenta estratégica para melhoria do desempenho da força de trabalho oferecida pelos servidores do quadro. O artigo 8º do Decreto nº 5.825/2006 define a finalidade desse Programa e, também, considerando a Lei nº 11.091/2005, o Conselho Diretor da UFMS estabeleceu as normas internas da Avaliação de Desempenho Funcional do Pessoal Técnico-Administrativo e regulamentou o Programa, pela Resolução Nº 32/2007, cujo artigo 4º diz que:

“A avaliação do desempenho funcional será composta por 3 (três) etapas:

- a) Etapa I - Autoavaliação;
- b) Etapa II - Avaliação pelo chefe imediato; e
- c) Etapa III - Avaliação: Equipes, Usuários e Chefias.”

A Etapa III, definida no parágrafo 3º tem a seguinte finalidade: “§3º - Avaliação: Equipes – consiste na avaliação do trabalho em equipe em função do cumprimento das metas setoriais anualmente definidas; Usuários - avaliação pelos usuários dos serviços que lhes foram prestados;

e Chefias - é a avaliação do gerenciamento da chefia pelos subordinados”.

Cabe ressaltar que a Etapa III da avaliação ainda não foi implementada na UFMS, em razão de sua complexidade comparada a estrutura de pessoal disponível para essa tarefa. Essa Etapa é a que forneceria os dados gerenciais de maior importância, considerando que dela resultam indicadores das reais necessidades de capacitação e qualificação para o estrito interesse institucional. Nela também são revelados o desempenho da Unidade Administrativa em relação ao planejamento e cumprimento de metas no exercício e também o desempenho da chefia no seu papel de gestor.

Com os resultados das Etapas I, II e, principalmente III, é que deve ser construída, no Programa de Capacitação, a oferta de cursos para o exercício seguinte, trazendo resultados para as reais necessidades da instituição.

Cronograma de Desenvolvimento do Projeto

Atividade	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Formação do GT para divulgação da Avaliação						
Elaboração e distribuição de Manual da Avaliação de Desempenho						
Elaboração de Sistema Eletrônico de dados para complementação do sistema de avaliação técnico-administrativa – SIATEC						
Divulgação ampla através de workshop, palestras, reuniões setoriais e outros						
Reuniões setoriais para Planejamento Estratégico da Unidade						
Estabelecimento de Padrões de Qualidade das Unidades da UFMS						
Simulação e aplicação prática para alocação e realocação de servidores						
Aplicação e validação para fins de integrar o SIATEC						
Relatórios: Anual de Final						

Fonte: PROGEP
Elaboração: CPI/PROPLAN.

Integração das bases do PCCTAE

Na integração entre sistemas de Avaliação de Desempenho e Plano de Capacitação, pretende-se a criação do Curso de Formação para novos servidores, previsto na Resolução nº 5/2009-CD que diz: “A Iniciação ao Serviço Público é atividade obrigatória para todos os servidores que ingressam na Carreira Técnico-Administrativa e visa ao conhecimento da função do Estado, das especificidades do serviço público, da missão da Universidade e da conduta do servidor público e sua integração no ambiente institucional.”

E, ainda, a criação da Capacitação para Formação de Gestores previsto no artigo 16 da Resolução nº 5/2009-CD que diz: “A Capacitação para Formação de Gestores compreende o conjunto de atividades e ações que proporcionem a preparação e atualização do servidor para o desempenho de funções de gestão e coordenação.”

Prazo para o planejamento e implantação com acompanhamento permanente, conforme cronograma abaixo:

Cronograma de Desenvolvimento do Projeto

Atividade	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Elaboração de Políticas para integralização dos 3 sistemas do PCCTAE: Programa de Capacitação, Programa de Avaliação e Programa de Dimensionamento da Força de Trabalho						
Simulação e aplicação prática para alocação e realocação de servidores						
Elaboração de modelos de relatórios que apontam deficiências de capacitação e necessidades de implementação de mão-de-obra						
Integração do Resultado da Avaliação de Desempenho com o Programa de Capacitação						
Relatórios: Parcial e Final						

Fonte: PROGEP
Elaboração: CPI/PROPLAN.

Além de oferecer regularmente cursos de capacitação, a UFMS tem fomentado junto a criação de cursos de pós-graduação *strictu sensu* com perfil profissional, para que os técnicos-administrativos possam se qualificar.

5.3 Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo, considerando o período de vigência do PDI

Para subsidiar o dimensionamento da demanda para novas admissões de técnicos-administrativos, foi apresentado o quantitativo de servidores que obterão condições de se aposentarem até 31/12/2019, considerando somente as regras de proventos integrais e com paridade, ou seja, Art. 6º EC 41/03 e 3º EC 47/05, juntamente a relação dos servidores que completarão 70 anos (aposentadoria compulsória) e que podem ou não constar nas relações de aposentadoria integral.

Tais previsões podem sofrer alterações, considerando que até a data de aposentadoria o servidor que tiver licença prêmio contada em dobro pode usufruí-la, bem como algum tipo de afastamento, licença ou averbação/revisão ainda não lançados no Sistema de Gestão de Pessoal - SGP antecipando ou postergando a provável data.

Registramos que esses dados foram extraídos do Sistema de Gestão de Pessoal - SGP, contudo, não foi possível apresentá-los separados por classe, pois o Sistema Oficial do Governo (SIAPE) não oferece nenhum tipo de relatório com previsão de aposentadoria, mesmo se solicitado individualmente. O demonstrativo de técnicos-administrativos que obterão condições de aposentadoria até 31/12/2019 está disposto na tabela seguinte:

Tabela 13: Contingente de técnicos-administrativos aptos à à aposentadoria

ANO	Técnicos-Administrativos
2015	376
2016	90
2017	91
2018	58
2019	68
TOTAL	683

Fonte: PROGEP
Elaboração: CPI/PROPLAN.

Segundo a legislação vigente é garantida a reposição dos servidores que se aposentam bem como os que pedem demissão ou são desligados por qualquer outro motivo. Entretanto é salutar ter o conhecimento das possíveis aposentadorias, para melhor conhecimento da força de trabalho e planejamento das ações a serem implantadas no PDI 2015 – 2019.

A expectativa de ampliação do quadro de técnicos-administrativos sem a reposição de vagas provenientes de vacância (aposentadoria, falecimentos e desligamentos) para os anos de 2015 a 2019 é a seguinte:

Tabela 14: Expectativa de ampliação do quadro técnico-administrativo

CLASSE	Regime de trabalho	2015	2016	2017	2018	2019
C	40 h	-	-	-	-	-
	20 h	-	-	-	-	-
D	24 h	-	-	-	-	-
	40 h	99	64	64	64	64
E	20 h	-	-	-	-	-
	24 h	-	-	-	-	-
	30 h	-	-	-	-	-
	40 h	38	22	22	22	22
Total		137	86	86	86	86

Fonte: PROGER
Elaboração: CPI/PROPLAN.

6. Corpo Docente



PDI 2015-2019



6.1 Formas de acesso

O acesso aos cursos de graduação está regulamentado no Art. 35 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, aprovado pela Resolução COUN nº 78/2011. Poderão ingressar nos cursos de graduação da Universidade:

- a) portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente que tenham sido classificados em processo seletivo específico;
- b) acadêmicos regulares, por transferência para cursos afins, mediante existência de vagas e por meio de processo seletivo;
- c) acadêmicos regulares, por transferência compulsória para cursos afins, mediante comprovação de atendimento à legislação específica;
- d) portadores de diploma de curso de graduação, mediante existência de vagas e por meio de processo seletivo;
- e) portadores de diploma de curso de graduação reconhecido, na condição de aluno especial, desde que satisfaça os requisitos definidos em norma específica;
- f) acadêmicos regulares de outras instituições, mediante convênios ou outros instrumentos jurídicos de mesma natureza, com instituições nacionais ou internacionais;
- g) portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente, mediante convênios ou outros instrumentos jurídicos de mesma natureza firmados com outros países;
- h) acadêmicos da UFMS, por movimentação interna entre cursos afins, mediante existência de vagas e por meio de processo seletivo;
- i) acadêmicos da UFMS, por permuta interna entre cursos afins, desde que satisfaçam os requisitos definidos em norma específica; e
- j) portadores de diploma de curso de graduação, para complementação de estudos para fins de revalidação de diploma, desde que satisfaçam os requisitos definidos em norma específica.

As normas para o ingresso são fixadas pelo Conselho de Ensino de Graduação e a organização dos processos seletivos para os cursos de graduação é de responsabilidade da Pró-reitoria de Ensino de Graduação. A fixação do número de vagas para ingresso nos cursos de graduação e a verificação da existência de vagas, para efeito de transferência, são realizadas com base em normas aprovadas pelo Conselho de Ensino de Graduação.

6.2 Estímulos a permanência por meio de programas de apoio pedagógico e financeiro

Projetos, Programas e Estágio

Os cursos de graduação têm como objetivo formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção no mercado de trabalho, ao exercício da cidadania, ao prosseguimento do próprio desenvolvimento e à participação no desenvolvimento da sociedade.

Para atender esse objetivo, a Pró-reitoria de Ensino de Graduação institui, regulamenta, monitora, avalia e fomenta programas, projetos de ensino, monitorias, estágios e mobilidades como forma de assegurar ao acadêmico a participação em diferentes processos de aprendizagem que contribuam para o aumento do rendimento acadêmico e para a melhoria da qualidade dos cursos, assegurando também a interface com a pesquisa e a extensão.

Essas atividades são oferecidas com o intuito de diversificar, flexibilizar e modernizar as formas de ensino, oferecendo a possibilidade de o acadêmico enriquecer a sua formação.

Além disso, as atividades vinculadas ao ensino desenvolvidas por meio de projetos, programas e estágios despertam no acadêmico maior interesse pelo curso, principalmente quando passam a observar a relação entre a teoria e a prática. Essas atividades facilitam a inserção do indivíduo no mundo do trabalho, incentivam a prática do pensamento científico e favorecem o desenvolvimento de habilidades comportamentais, políticas e sociais necessárias aos futuros profissionais, de modo que possam efetivamente se integrar à sociedade, atuando de maneira ativa e interativa.

Projetos de extensão

A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade. O ensino

compreende todo o processo de formação acadêmica e cidadã do discente de graduação; e pesquisa compreende todo e qualquer conhecimento científico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela universidade. Somente poderão ser admitidas como extensão universitária propostas que efetivamente articulem ensino e pesquisa e tenham como público-alvo prioritário e majoritário membros da comunidade externa à UFMS, caracterizando o foco da ação na atenção às demandas sociais.

Bolsa de extensão

A Bolsa de Extensão visa à valorização do discente, o fortalecimento da vivência acadêmica e social e a integração curricular dessa atividade em um processo de flexibilização curricular, sendo um importante instrumento de fomento às ações de extensão, inclusive como mecanismo de articulação de projetos e atividades, bem como de valorização dessas. A Bolsa de Extensão tem como objetivo:

- a) viabilizar a participação de discentes de cursos de graduação da UFMS no processo de interação entre a Universidade e a sociedade;
- b) despertar no discente o interesse e a cooperação nas ações de extensão, cultura e desporto; e
- c) oferecer aos discentes melhores condições para participação em ações de extensão, cultura e desporto na UFMS que, voltadas ou não ao seu futuro campo de atuação profissional, contribuam para sua formação acadêmica, profissional e para o exercício da cidadania, de acordo com a política de extensão institucional.

A Bolsa de Extensão é um auxílio financeiro proporcionado pela UFMS a discentes regularmente matriculados em seus cursos de graduação, vinculados a uma ação de extensão institucionalmente aprovada pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PREAE).

A concessão de Bolsas de Extensão está condicionada à realização de processo seletivo meritório, promovido pela PREAE, publicado anualmente por meio de edital. Os editais dos processos de seleção são divulgados oficialmente, com antecedência mínima de oito dias de sua realização e incluirão informações sobre data, local, horário, critérios, procedimentos a serem utilizados, além de outros dados pertinentes ao certame. São analisados e avaliados na seleção meritória: Currículo Lattes, Histórico Acadêmico, Carta de Intenção e avaliação presencial.

Ações de Desporto

As ações de desporto da UFMS têm como objetivo incentivar a prática de atividade física, melhorando a qualidade de vida de toda a comunidade universitária. Dentre as ações, destacam-se: a oferta gratuita de diversas modalidades esportivas; a viabilização de espaços físicos para a realização de eventos desportivos e o incentivo e apoio as propostas de alunos e/ou professores que visem ao aprimoramento do desporto.

Bolsa de desporto

A Coordenadoria de Desporto oferece aos acadêmicos de graduação a Bolsa Atleta e a bolsa do Programa de Desenvolvimento do Desporto. As seleções para as respectivas ações são realizadas mediante a análise de currículo, sendo os alunos avaliados e posteriormente selecionados pela Coordenadoria de Desporto. O processo de seleção é realizado através da publicação de editais, com ampla divulgação na *site* da UFMS.

Ações de Cultura

As ações de cultura têm como objetivos promover intercâmbio nas áreas culturais com outras entidades; apoiar a difusão artística e cultural no âmbito da Universidade e contribuir para a preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico no Estado; desenvolver programas de integração universidade/comunidade e a participação do aluno em eventos educativos/culturais; manter intercâmbio com instituições públicas e/ou privadas para melhor execução das atividades comunitárias da Universidade estabelecidas em convênios ou outras formas de participação; promover o aperfeiçoamento e a capacitação do discente, mediante intercâmbio cultural, por meio de seminários, festivais, congressos e áreas afins; estimular a vocação artística, cultural e a produção de obras de artes, promovendo o aperfeiçoamento e a valorização do artista, mediante intercâmbio cultural e técnico, prêmios, bolsas de estudos, viagens, certames e conclaves.

Bolsa de Cultura

A Coordenadoria de Cultura oferece aos acadêmicos de graduação a bolsa do programa de desenvolvimento da cultura. A seleção é feita através da publicação de edital, com divulgação nas páginas da PREAE e da UFMS, onde os alunos serão selecionados por uma Comissão de Seleção

à Bolsa do Programa de Desenvolvimento da Cultura, composta através de Instrução de Serviços da CCT/PREAE, obedecendo ao cronograma e as normas exigidas no edital.

Assistência Estudantil

As ações de Assistência Estudantil da UFMS têm como objetivo garantir a permanência e a diminuir os índices de retenção e evasão decorrentes de fatores socioeconômicos. As ações são ofertadas de acordo com os objetivos e diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Destacam-se:

Bolsa Permanência/UFMS: consiste no repasse financeiro com a finalidade de favorecer a permanência e diplomação dos estudantes de graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de forma a contribuir com as suas despesas básicas durante o período de graduação na Universidade. Para além do repasse financeiro, a ação objetiva propiciar ao acadêmico beneficiado integração com a comunidade acadêmica, bem como, um meio de integração teórico-prático na sua área de formação, de modo a despertar hábitos e aptidões compatíveis com a sua futura atividade profissional.

Bolsa Permanência/MEC: é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício.

Auxílio Alimentação: visa oferecer condições para o atendimento das necessidades de alimentação básica dos estudantes, prioritariamente em condição de vulnerabilidade socioeconômica, viabilizado por meio de Restaurantes Universitários (RUs) ou repasse financeiro onde não houver Restaurante Universitário.

Auxílio Emergencial: consiste em repasse financeiro por até três meses, podendo ser prorrogado por igual período, correspondente ao valor vigente da Bolsa Permanência da UFMS. Destina-se, prioritariamente, aos acadêmicos do primeiro semestre dos cursos de graduação, presenciais,

moradores de cidade diferente da localização do câmpus correspondente ao seu curso, com incapacidade de suprir as necessidades básicas, prioritariamente nos aspectos de moradia e alimentação.

Suporte Instrumental/KIT: consiste no empréstimo por semestre letivo, com possibilidade de renovação por tempo necessário, aos acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de kit de materiais indispensáveis para a realização de disciplinas dos seguintes cursos de graduação da Cidade Universitária (Campo Grande): Artes Visuais, Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Medicina, Música e Odontologia. Demais cursos e câmpus poderão ser atendidos, na medida em que as demandas forem sendo apresentadas e houver disponibilidade de recurso orçamentário e financeiro.

Incentivo à Participação em Eventos: tem por objetivo contribuir com a formação dos acadêmicos dos cursos de graduação presencial, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, na participação em conferências, congressos, cursos e outros eventos, que versem sobre temas de cunho científico, cultural, técnico, artístico ou equivalente, mediante a concessão de um auxílio financeiro, correspondente ao valor de passagens terrestres (ida e volta) para o destino onde se realiza o evento, dentro do País.

Outras Ações de Estímulo à Permanência

Ação de Atenção à Saúde do acadêmico: promoção à saúde dos estudantes por meio da oferta de atendimento psicológico, social, odontológico, nutricional e fisioterápico a fim de oportunizar o bem estar físico, psicológico e social dos acadêmicos no ambiente universitário.

Ação de Inclusão Digital: permite o acesso aos estudantes à tecnologia digital pelo livre acesso aos laboratórios de informática existentes na Cidade Universitária e nos câmpus do interior do Estado.

Brinquedoteca: visa oferecer atenção aos filhos dos estudantes, prioritariamente em vulnerabilidade socioeconômica, por meio do acesso a espaços que possibilitem a guarda dos filhos dos acadêmicos, bem como funcionar como campo de estágios.

Acolhimento e Acompanhamento: consiste no desenvolvimento de ações de acolhimento e acompanhamento individual aos alunos ingressantes pelo Sistema de Reserva de Vagas e aos alunos vinculados às ações de Assistência Estudantil (bolsistas).

Recepção de Calouros: ação que visa acolher os acadêmicos ingressantes promovendo a criação de vínculos no contexto universitário, divulgando e esclarecendo sobre os diversos serviços e ações oferecidas pela instituição.

Acessibilidade: consiste no desenvolvimento de ações que possibilitem a melhoria das condições educacionais de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles que apresentam altas habilidades/superdotação e que necessitem de atendimento educacional especializado, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas, mobiliários e ambientes externos e internos adaptados, garantindo a mobilidade com o máximo de autonomia.

Promisaes: o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior-PROMISAES, tem por um dos seus objetivos, fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre os países com os quais o Brasil mantém acordos - em especial com a África - nas áreas de educação e cultura, consolidando uma política de intercâmbio que promova maior integração entre o Brasil e os países em desenvolvimento. Sobretudo, tem como objetivo, por meio de um repasse financeiro mensal, considerando que muitos vêm de países muito pobres, contribuir para a manutenção e permanência dos estudantes no Brasil, durante os anos da graduação, e assim, alcançar a conclusão do curso.

Acompanhamento dos alunos ingressantes pelo sistema de reserva de vagas: essa ação visa acompanhar o acesso do estudante que ingressou na UFMS pelo Sistema de Reserva de Vagas e também oferecer-lhes apoio educacional, social e econômico, necessários para promover a permanência e a conclusão do curso de ensino superior. Portanto, é necessário identificar aspectos que prejudiquem sua eficiência e sugerir ajustes e modificações.

Diante do exposto, é imprescindível criar junto aos órgãos competentes da UFMS políticas que visem ao apoio ao acesso e permanência de alunos que entram pela reserva de vagas e daqueles que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais.

6.3 Organização Estudantil

O Diretório Central de Estudantes (DCE) é o órgão máximo de representação discente na Universidade, filiado a União Nacional dos Estudantes (UNE) e composto de uma Diretoria Executiva, sediada na Cidade Universitária de Campo Grande. Os estudantes da UFMS estão organizados em núcleos estudantis representativos de cada curso, denominados Centros Acadêmicos, os quais estão ligados ao Diretório Setorial dos Estudantes, nos Câmpus, que por sua vez, estão ligados ao DCE, conforme o seu Estatuto.

Os acadêmicos estão representados em todos os órgãos deliberativos, consultivos e normativos da Universidade, conforme o estatuto da UFMS:

- a) Conselho Universitário – dois representantes discentes, preferencialmente um da graduação e um da pós-graduação *stricto sensu*, indicados pelo DCE para o mandato de um ano;
- b) Conselho Diretor - dois representantes discentes, preferencialmente um da graduação e um da pós-graduação *stricto sensu*, indicados pelo DCE para o mandato de um ano;
- c) Conselho de Ensino e Graduação – um representante discente indicado pelo DCE, escolhido entre os estudantes de graduação regulares, para o mandato de um ano;
- d) Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação - um representante discente indicado pelo DCE, escolhido entre os estudantes dos programas de pós-graduação, regulares, para o mandato de um ano;
- e) Conselho de Extensão – por lei um representante discente entre os alunos regulares indicado pelo DCE, porém esse número pode ser ampliado a dois discentes de acordo com o Art. 15 das Normas que Regulamentam a Extensão Universitária na UFMS; e
- f) Conselho de Unidade, das Unidades da Administração Setorial – dois representantes discentes, sendo um da graduação e outro da pós-graduação.

6.4 Acompanhamento dos Egressos

A preocupação com a formação de um profissional crítico, com visão humanista e comprometida com as transformações sociais tem acompanhado todo o contexto pedagógico dos cursos da UFMS. Com este objetivo, os acadêmicos são chamados a desenvolver e experimentar atividades de ensino, de pesquisa e de extensão durante o período de realização da graduação, possibilitando lograr conhecimentos sobre a realidade teórica e prática que encontrarão no mercado de trabalho.

Todavia, a formação profissional, como processo dinâmico que é, exige constante reflexão e revisão dos procedimentos adotados, o que se dará através das avaliações próprias e do acompanhamento do egresso.

A UFMS considera de grande relevância que sua relação com os acadêmicos não se encerre com o término do curso de graduação, mas que prossiga, embora de forma diferenciada, no decorrer da vida profissional.

O acompanhamento ao egresso desempenha um papel bastante significativo, pois possibilita que se avaliem os cursos, de forma direta e, ainda, se verifique o tipo de profissional formado e se o perfil apresentado vem ao encontro dos objetivos delineados no Projeto Pedagógico de cada curso.

Para atender a estes pressupostos, a UFMS viabilizará o desenvolvimento de programas e ações capazes de promover uma avaliação constante dos profissionais oriundos da Instituição, visando:

- a) oferecer oportunidades de aperfeiçoamento e formação permanente, além do acompanhamento de sua inserção no mercado de trabalho;
- b) avaliar o desempenho institucional, por meio do acompanhamento da situação profissional dos ex-alunos;
- c) manter registros atualizados de alunos egressos;
- d) promover intercâmbio entre ex-alunos;
- e) realizar atividades extracurriculares (estágios e /ou participação em projetos de pesquisa ou extensão), de cunho técnico-profissional, a fim de complementar a formação prática;
- f) condecorar egressos que se destacam profissionalmente; e
- g) identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação, a fim de buscar capacitações compatíveis com as exigências do mercado de trabalho.

An aerial photograph of a university campus. The central focus is a large, multi-story building complex with a grey roof and white facade. To the left of this complex is a large, white, angular structure. In the foreground, there is a large, well-maintained green lawn. To the right of the lawn, there is a prominent, tall, white, cylindrical tower structure with a spiral base. The campus is surrounded by dense green trees and a network of roads and parking lots. The overall scene is bright and clear, suggesting a sunny day.

7. Organização Administrativa

PDI 2015-2019

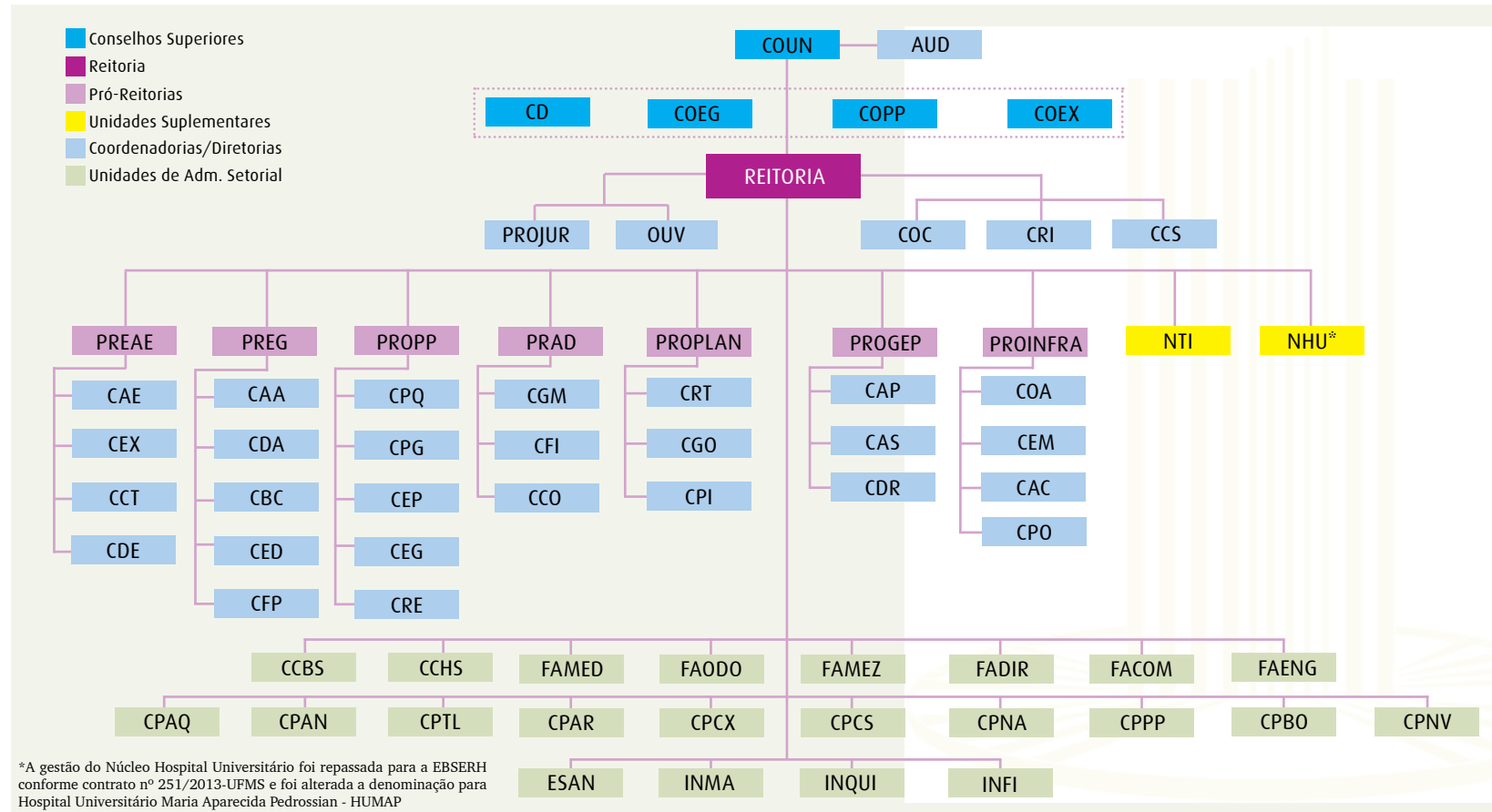


7.1 Estrutura organizacional com as instâncias de decisão

Sob a égide do Estatuto vigente, a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS se organiza observando os seguintes princípios: a) unidade patrimonial e administrativa; b) estrutura orgânica acadêmica com base nas Unidades da Administração Setorial; c) racionalidade de organização e de gestão de pessoas, com plena utilização de recursos materiais; d) interação entre órgãos e unidades que compõem a estrutura da UFMS; e) respeito às diversidades; e f) gestão democrática garantida a representação dos segmentos. A estrutura organizacional da UFMS é composta:

- a) pelos Conselhos Superiores;
- b) pelas Unidades da Administração Central;
- c) pelas Unidades da Administração Setorial;
- d) pela Unidades Suplementares; e
- e) pela Assembleia Universitária.

7.2 Organograma institucional e acadêmico



7.3 Órgãos colegiados: composição e competências

Conselho Universitário - COUN

O Conselho Universitário é o órgão de jurisdição superior da UFMS, de caráter deliberativo, normativo e consultivo em matéria acadêmica, de definição da política universitária e instância de recursos nos assuntos de natureza didático-científica, administrativa, econômico-financeira e patrimonial.

O Conselho Universitário, obedecida à proporcionalidade mínima docente estabelecida em lei, será integrado:

- a) pelo Reitor, como seu presidente, com voto de qualidade;
- b) pelo Vice-reitor;
- c) pelos Pró-reitores;
- d) pelos Diretores de centro, câmpus, faculdade e instituto;
- e) por um representante docente da Carreira do Magistério Superior de cada Unidade da Administração Setorial, eleito por seus pares, em eleição direta e universal, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- f) por dois representantes docentes da Carreira do Magistério Superior da UFMS, indicados, cada um, pelo sindicato da categoria, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- g) por dois representantes Técnico-Administrativos em Educação da UFMS, indicados pelo sindicato da categoria, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- h) por dois representantes discentes, preferencialmente um da graduação e outro da pós-graduação *stricto sensu*, indicados pelo Diretório Central de Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução;
- i) por um representante da Associação de Aposentados e Pensionistas da UFMS, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- j) por três representantes da comunidade não universitária, sendo um indicado pelas Federações Patronais, um indicado pela Federação dos Trabalhadores e um indicado pelos Conselhos Regionais de Fiscalização Profissional, em sistema de rodízio, e que tenham sido egressos de cursos ministrados pela UFMS, todos com mandato de dois anos; e
- k) por um representante do Governo Federal, indicado pelo Ministro da Educação, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Ao Conselho Universitário compete:

- a) aprovar a criação, implantação, alteração e extinção, de Unidades da Administração Central, de Unidades da Administração Setorial e de Unidades Suplementares indicadas pelo Conselho Diretor;
- b) aprovar proposta de criação, de expansão, de suspensão temporária e de extinção de cursos de graduação e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, ouvidos os Conselhos competentes;
- c) aprovar, por voto aberto de pelo menos dois terços da totalidade de seus membros, a outorga de distinções universitárias;
- d) aprovar o Plano de Avaliação Institucional;
- e) aprovar emendas ao Estatuto da UFMS;
- f) aprovar os Regimentos Internos das Unidades da Administração Setorial e das Unidades Suplementares;
- g) constituir comissões consultivas conforme a natureza dos assuntos;
- h) elaborar e aprovar o Regimento Geral da UFMS, alterando-o quando necessário;
- i) estabelecer as diretrizes acadêmicas e administrativas da UFMS;
- j) estabelecer as políticas institucionais de gestão de pessoas;
- k) atuar como instância máxima de recurso de decisões dos Conselhos Superiores, por estrita arguição de ilegalidade;
- l) aprovar o Código de Ética e o Regime Disciplinar da UFMS;
- m) aprovar os procedimentos relativos à revalidação de diplomas;
- n) supervisionar a execução das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão em consonância com o disposto no Estatuto, neste Regimento e nos demais instrumentos normativos;
- o) aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), encaminhado pelo Reitor;
- p) aprovar o Plano Pedagógico Institucional (PPI), encaminhado pelo Conselho de Ensino de Graduação;
- q) sugerir à autoridade competente a destituição do Reitor;
- r) elaborar e aprovar o seu Regimento Interno; e
- s) resolver os casos não previstos no Regimento e no Estatuto.

Conselho Diretor - CD

O Conselho Diretor é o órgão de jurisdição superior da UFMS de caráter deliberativo, normativo e consultivo em matéria administrativa, disciplinar, econômico-financeira e patrimonial.

O Conselho Diretor será constituído, observado a proporcionalidade mínima de participação de docentes estabelecida em lei, pelos seguintes membros:

- a) pelo Reitor, como presidente, com o voto de qualidade;
- b) pelo Vice-reitor;
- c) pelos Pró-reitores;
- d) pelos Diretores de cada Unidade da Administração Setorial;
- e) por dois representantes docentes da Carreira do Magistério Superior da UFMS, indicados pelo sindicato da categoria, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- f) por dois representantes Técnico-Administrativos em Educação da UFMS, indicados pelo sindicato da categoria, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- g) por dois representantes discentes, preferencialmente, um da graduação e outro da pós-graduação *stricto sensu*, indicados pelo Diretório Central de Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução; e
- h) por um representante da Associação de Aposentados e Pensionistas da UFMS, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

O Conselho Diretor tem por competência:

- a) deliberar sobre o processo de prestação de contas anual da UFMS;
- b) aprovar a proposta orçamentária da UFMS;
- c) aprovar critérios para distribuição dos recursos financeiros às Unidades da Administração Setorial;
- d) emitir pareceres e fixar normas em matérias de sua competência;
- e) aprovar a política de utilização de prédios e de instalações da UFMS;
- f) aprovar normas sobre a gestão orçamentária e a gestão financeira da UFMS;
- g) aprovar as normas que disciplinam as rotinas administrativas da UFMS;
- h) aprovar tabelas de preços, taxas e emolumentos;
- i) aprovar normas relativas à gestão de pessoas;
- j) atuar como instância de recurso dos assuntos pertinentes à área de sua competência;

- k) deliberar sobre propostas, indicações ou representações em assuntos de sua competência;
- l) opinar sobre a criação, implantação, alteração e extinção, de Unidades da Administração Central, de Unidades da Administração Setorial e de Unidades Suplementares;
- m) elaborar e aprovar a regulamentação de serviços e de programas comunitários;
- n) autorizar a alienação, a permuta e a aquisição de bens imóveis, assim como a aceitação de legados e doações feitas à UFMS;
- o) elaborar e aprovar o seu Regimento Interno; e
- p) resolver, na área de sua competência, os casos não previstos neste artigo.

Conselho de Ensino de Graduação - COEG

O Conselho de Ensino de Graduação é o órgão de jurisdição superior de caráter deliberativo, normativo e consultivo em matérias didático-pedagógicas relativas ao ensino de graduação.

O Conselho de Ensino de Graduação, obedecida à proporcionalidade mínima docente estabelecida em lei, será integrado:

- a) pelo Pró-reitor de Ensino de Graduação, como presidente, com voto de qualidade;
- b) pelos Chefes das Coordenadorias da Pró-reitoria de Ensino de Graduação;
- c) por um representante Docente de cada Unidade de Administração Setorial, indicado pelo respectivo Conselho, entre os presidentes dos Colegiados de Cursos de Graduação, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- d) por um representante Técnico-Administrativo em Educação da UFMS, indicado pelo sindicato da categoria, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; e
- e) por um representante discente, indicado pelo Diretório Central de Estudantes, escolhido dentre os alunos regulares dos cursos de Graduação, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

O Conselho de Ensino de Graduação tem por competência:

- a) propor ao Conselho Universitário políticas e diretrizes relativas ao ensino de graduação;
- b) opinar sobre o Programa de Avaliação Institucional da UFMS;
- c) elaborar e aprovar a regulamentação das atividades de ensino de graduação;
- d) propor a alteração de nomenclatura de cursos, de modalidades e de habilitações e, ain-

- da, aquelas relativas à oferta de cursos quanto ao turno de funcionamento, ao número de vagas e ao tempo de integralização;
- e) aprovar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação;
 - f) aprovar o Calendário Acadêmico das atividades dos cursos de graduação, encaminhado pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação;
 - g) manifestar-se sobre a criação, a desativação temporária e a extinção de cursos de graduação;
 - h) manifestar-se sobre a suspensão temporária, total ou parcial das atividades universitárias relativas à sua área de competência;
 - i) atuar como instância de recurso dos assuntos pertinentes à sua área de competência;
 - j) elaborar e aprovar o seu Regimento Interno; e
 - k) resolver, na sua área de competência, os casos não previstos neste artigo.

Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação - COPP

O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação é o órgão de jurisdição superior de caráter deliberativo, normativo e consultivo em matéria das áreas de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, e do ensino de pós-graduação.

O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação, obedecida à proporcionalidade mínima docente estabelecida em lei, será integrado:

- a) pelo Pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, como presidente, com voto de qualidade;
- b) pelos Chefes das Coordenadorias da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- c) por um representante docente de cada Unidade de Administração Setorial, indicado pelo respectivo Conselho, dentre os presidentes dos Colegiados de Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- d) por um representante docente de cada Unidade de Administração Setorial, indicado pelo respectivo Conselho, dentre os professores doutores da carreira do Magistério Superior, com projeto de pesquisa cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, com mandato de dois anos e permitida uma recondução;
- e) por um representante Técnico-Administrativo em Educação da UFMS, indicado pelo sindicato da categoria, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; e

- f) por um representante discente indicado pelo Diretório Central de Estudantes, escolhido dentre os alunos regulares dos cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação tem por competência:

- a) aprovar os currículos dos cursos de pós-graduação, bem como suas alterações;
- b) propor ao Conselho Universitário as políticas relativas à pesquisa, pós-graduação, inovação e desenvolvimento tecnológico;
- c) elaborar e aprovar a regulamentação das atividades de pós-graduação e de pesquisa;
- d) manifestar-se sobre a criação, a desativação temporária e a extinção de cursos de pós-graduação;
- e) atuar como instância de recurso nos assuntos pertinentes à sua área de competência;
- f) elaborar e aprovar o seu Regimento Interno; e
- g) resolver, na sua área de competência, os casos não previstos neste artigo.

Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis

O Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis é o órgão de jurisdição superior da UFMS de caráter deliberativo, normativo e consultivo em matéria de extensão, prestação de serviços e questões relativas ao corpo discente e às relações interinstitucionais e internacionais.

O Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, observada a proporcionalidade mínima docente estabelecida em lei, será integrado:

- a) pelo Pró-reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, como presidente, com o voto de qualidade;
- b) pelos Chefes das Coordenadorias da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis;
- c) por um representante de cada Unidade da Administração Setorial, indicado pelo respectivo Conselho, dentre os professores da Carreira do Magistério Superior da UFMS, com projeto cadastrado na Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- d) por um representante Técnico-Administrativo em Educação da UFMS, indicado pelo sindicato da categoria, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; e

- e) por um representante discente, indicado pelo Diretório Central de Estudantes, escolhido dentre os alunos regulares, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

O Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, tem por competência:

- a) propor ao Conselho Universitário as diretrizes relativas à extensão, à cultura e aos assuntos estudantis;
- b) elaborar e aprovar a regulamentação das atividades de extensão, de cultura e de assuntos estudantis;
- c) atuar como instância de recurso dos assuntos pertinentes à sua área de competência;
- d) elaborar e aprovar o seu Regimento Interno; e
- e) resolver, na sua área de competência, os casos não previstos neste artigo.

Conselhos das Unidades da Administração Setorial

O Conselho de Unidade das Unidades da Administração Setorial é o órgão deliberativo, normativo e consultivo em todas as matérias pertinentes às suas atribuições e competências.

O Conselho de Unidade das Unidades da Administração Setorial será constituído, observada a proporcionalidade mínima de participação de docentes estabelecida em lei, pelos seguintes membros:

- a) Diretor, como presidente, com o voto de qualidade;
- b) Coordenadores de Curso;
- c) um representante do Corpo Docente da Carreira do Magistério Superior, em efetivo exercício, escolhido dentre os docentes lotados na Unidade da Administração Setorial, e indicado pelo sindicato da categoria, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- d) um representante do Técnico-Administrativo em Educação da UFMS, escolhido dentre os servidores lotados na Unidade da Administração Setorial e indicado pelo sindicato da categoria, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- e) um representante discente da graduação, escolhido dentre os alunos regulares dos cursos da Unidade da Administração Setorial, e indicado pelo Diretório Central de Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução; e
- f) um representante discente da pós-graduação, escolhido dentre os alunos regulares dos

cursos da Unidade da Administração Setorial, e indicado pelo Diretório Central de Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

O Conselho de Unidade das Unidades da Administração Setorial tem por competência:

- a) deliberar sobre a utilização da dotação orçamentária da Unidade da Administração Setorial, com base em seus planos e programas, nas diretrizes políticas e nas prioridades estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional;
- b) deliberar sobre projetos pedagógicos de cursos de graduação; deliberar sobre normas e ações necessárias à integração dos colegiados de cursos; e opinar, para efeito de apreciação da Reitoria, sobre afastamento de Docente e Técnico-Administrativo em Educação, quando superior a 30 dias; remoção, redistribuição e intercâmbio de pessoal Docente e Técnico-Administrativo em Educação; e criação de cursos na Unidade da Administração Setorial;
- d) deliberar, em primeira instância, sobre as propostas de reformulação, de desativação, de extinção ou de suspensão temporária de oferecimento de curso ou de habilitação;
- e) deliberar, em primeira instância, sobre o plano de capacitação dos servidores lotados na Unidade da Administração Setorial, com base nas propostas apresentadas pela Direção da Unidade, obedecidas às diretrizes e às prioridades estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, encaminhando-o às Pró-reitorias competentes;
- f) aprovar a lista de oferta de disciplinas de graduação e de pós-graduação; deliberar, a cada período letivo, sobre acedência de docentes para atividades de ensino, pesquisa e extensão, em outras unidades da UFMS;
- g) IX - propor à Pró-Reitoria competente normas referentes à organização e funcionamento de cursos;
- h) deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do Colegiado de Curso;
- i) deliberar sobre a distribuição de encargos docentes da Unidade, correspondentes às cargas horárias contratuais nos cursos de graduação e de pós-graduação;
- j) pronunciar-se sobre a contratação de docentes não integrantes do quadro regular; para a Unidade;
- k) pronunciar-se sobre a participação de profissionais não integrantes do quadro regular, em atividades acadêmicas e administrativas, na Unidade;

- l) constituir comissões para estudar assuntos de interesse da Unidade Setorial;
- m) opinar sobre projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- n) opinar, quando solicitado pela Pró-reitoria competente, sobre questões referentes à matrícula, à transferência, à jubilação e à revalidação de diplomas;
- o) colaborar na elaboração dos Regimentos Unificados das Unidades da Administração Setorial e dos Colegiados de Curso;
- p) dar publicidade à pauta de suas reuniões e às suas decisões;
- q) sugerir à autoridade competente a destituição do Diretor da Unidade; e
- r) criar comissões para estudar assuntos pertinentes ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso, definido como unidade didático-científica, é responsável pela supervisão das atividades do curso e pela orientação aos acadêmicos.

Compõem o Colegiado de Curso de Graduação:

- a) no mínimo quatro e no máximo seis representantes docentes integrantes da Carreira do Magistério Superior, eleitos pelos professores do quadro que ministram ou ministraram disciplinas ao curso nos quatro últimos semestres letivos, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; e
- b) um representante discente, regularmente matriculado no respectivo curso, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

Obs: dois dos representantes docentes devem ter formação na área do curso.

Compete ao Colegiado de Curso de Graduação:

- a) garantir que haja coerência entre as atividades didático-pedagógicas e as acadêmicas do curso com os objetivos e o perfil do profissional definidos no projeto pedagógico;
- b) deliberar sobre normas, visando à compatibilização dos programas, das cargas horárias e dos planos de ensino das disciplinas componentes da estrutura curricular com o perfil do profissional objetivado pelo curso;
- c) deliberar sobre as solicitações de aproveitamento de estudos;

- d) deliberar sobre o plano de estudos elaborado pelo Coordenador de Curso;
- e) deliberar, em primeira instância, sobre o projeto pedagógico do curso;
- f) manifestar sobre as propostas de reformulação, de desativação, de extinção ou de suspensão temporária de oferecimento de curso ou de habilitação; e
- g) deliberar, em primeira instância, sobre projetos de ensino.

Colegiado de Curso de Pós-Graduação *stricto sensu*

O Colegiado de Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* é composto por:

- a) no mínimo quatro e no máximo seis representantes docentes do quadro permanente do curso, eleitos pelos seus pares, com mandato de três anos, permitida uma recondução; e
- b) um representante discente, regularmente matriculado no respectivo curso, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

Obs.: O número de docentes no colegiado de curso não poderá ultrapassar cinquenta por cento do número de docentes permanentes no curso.

Ao Colegiado de Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* compete:

- a) estabelecer as diretrizes didáticas e pedagógicas do curso;
- b) deliberar sobre a sua organização e funcionamento;
- c) opinar sobre propostas de convênios e de outros instrumentos jurídicos de mesma natureza;
- d) deliberar sobre a convalidação de créditos obtidos em outros cursos de pós-graduação *stricto sensu*, de acordo com a legislação vigente;
- e) designar o corpo de orientadores;
- f) designar os membros de bancas examinadoras;
- g) estabelecer os critérios para distribuição de bolsas de estudos, referentes a cotas do curso;
- h) aprovar os planos de ensino das disciplinas, avaliando e fiscalizando a sua aplicação; e
- i) promover sistemática e periodicamente avaliações do curso.

7.4 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

Unidade da Administração Setorial - UAS

A Unidade da Administração Setorial é a unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente.

Ao Diretor da Unidade da Administração Setorial compete:

- a) convocar e presidir o Conselho da Unidade;
- b) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Unidade;
- c) zelar pela fiel execução do Estatuto, deste Regimento e demais normas;
- d) coordenar as atividades acadêmicas e as administrativas da Unidade;
- e) zelar pelas informações da unidade mantidas no Sistema de Controle Acadêmico;
- f) exercer ação disciplinar no âmbito da unidade setorial, de acordo com o Regime Disciplinar da UFMS;
- g) coordenar a elaboração do plano de capacitação dos servidores lotados na Unidade da Administração Setorial, obedecidas às diretrizes e às prioridades estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, encaminhando-o ao Conselho da Unidade;
- h) coordenar e aprovar o plano de férias do pessoal lotado na Unidade, remetendo-os à unidade responsável pela gestão de pessoas;
- i) opinar sobre processos referentes à movimentação de servidores docentes e técnicos-administrativos em educação;
- j) determinar no âmbito da Unidade a abertura de sindicância e, quando necessário, propor à Reitoria a instauração de processo administrativo disciplinar;
- k) baixar atos normativos nos limites de suas competências;
- l) constituir comissão para normatização e acompanhamento dos processos de consulta e eleições no âmbito da sua competência;
- m) opinar sobre afastamento de servidores lotados na Unidade;
- n) opinar sobre a implementação da política de gestão de pessoas;
- o) submeter às Unidades competentes as propostas de convênios, de contratos e de outros instrumentos jurídicos de mesma natureza;

- p) encaminhar à Reitoria relatórios com os resultados dos programas e das ações de sua área de competência, sempre que solicitado;
- q) apresentar ao Conselho da Unidade as propostas de projetos de ensino, pesquisa e de ações de extensão que devem compor os planos de atividades de ensino, pesquisa e de extensão da Unidade;
- r) designar docentes para orientação e tutoria de alunos de graduação quando a forma de designação não estiver prevista nas normas específicas do programa;
- s) dirigir as atividades dos servidores lotados na Unidade, promovendo o cumprimento das obrigações concernentes a cada um;
- t) zelar pela guarda e pela preservação de equipamentos e de materiais permanentes sob sua responsabilidade;
- u) elaborar, para encaminhamento ao Conselho da Unidade, o plano de gestão da infraestrutura da Unidade, no qual constarão as propostas de uso, de expansão e de manutenção do espaço físico e as propostas de uso, de aquisição e de manutenção de materiais e de equipamentos; e
- v) zelar pelas informações no que tange às atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de prestação de serviços desenvolvidos pelos docentes lotados na Unidade.

Coordenação Administrativa - COAD

É a unidade responsável pela orientação, coordenação, acompanhamento e execução das atividades administrativas das Unidades da Administração Setorial.

Ao Coordenador Administrativo compete:

- a) assessorar e colaborar com a Direção da Unidade Setorial, no planejamento, na execução e na coordenação das atividades de gestão administrativa;
- b) propor normas e ações que visem à integração entre as atividades de gestão acadêmica e de gestão administrativa na Unidade;
- c) colaborar na elaboração do plano de gestão da infraestrutura da Unidade no qual constarão as propostas de uso, de expansão e de manutenção do espaço físico e as propostas de uso, de aquisição e de manutenção de materiais e de equipamentos;

- d) propor a criação de grupos de trabalho e de comissões para desenvolvimento de atividades no âmbito da Unidade da Administração Setorial; e
- e) realizar controle patrimonial da Unidade.

Coordenação de Gestão Acadêmica – COAC

É a unidade responsável pela coordenação, orientação, acompanhamento didático dos cursos e pela articulação entre docentes e as Unidades da Administração Setorial.

Ao Coordenador de Gestão Acadêmica compete:

- a) colaborar com a Direção da Unidade da Administração Setorial na elaboração do plano de capacitação de docentes, o qual deve obedecer às diretrizes e às prioridades da política de capacitação docente da UFMS;
- b) elaborar, ouvidos os Coordenadores de Curso, a proposta de lista de oferta das disciplinas lotadas na Unidade;
- c) elaborar a proposta de distribuição de encargos docentes da Unidade, correspondentes às cargas horárias contratuais;
- d) elaborar, com base na distribuição de encargos docentes, proposta de contratação de docentes para atender às necessidades dos cursos;
- e) elaborar o plano de uso do espaço físico para as aulas teóricas e práticas das disciplinas lotadas na Unidade;
- f) propor a criação de grupos de trabalho e de comissões para desenvolvimento de atividades no âmbito da Unidade da Administração Setorial;
- g) divulgar e orientar os docentes quanto às diretrizes e às normas relacionadas à área acadêmica;
- h) encaminhar ao Conselho de Unidade o plano de gestão de servidores para a execução das atividades acadêmicas desenvolvidas pela Unidade da Administração Setorial;
- i) divulgar as informações referentes à pesquisa, ao ensino e à extensão, desenvolvidas na Unidade da Administração Setorial; e
- j) colaborar com os Diretores das Unidades da Administração Setorial na organização, na harmonização e na integração dos programas das disciplinas e dos planos de ensino.

Secretaria Acadêmica da Unidade de Administração Setorial - SECAC

É a unidade responsável pela orientação, acompanhamento e execução das atividades de controle escolar nas Unidades de Administração Setorial, bem como de apoio à administração acadêmica.

Secretaria de Apoio Pedagógico – SAP

É a unidade responsável pela execução de apoio administrativo pertinentes às Coordenações de Cursos.

Secretaria de Apoio Administrativo – SAD

É a unidade responsável pela execução das atividades de suporte administrativo ao dirigente do Câmpus.

Unidades Suplementares

As Unidades Suplementares da UFMS são aquelas com finalidades culturais, técnicas, assistenciais, desportivas, recreativas, para prestação de serviços e apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

7.5 Relações e parcerias com a comunidade, instituição e empresas

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no cumprimento de sua missão de agente promotor de melhoria de qualidade de vida da população, vem firmando parcerias com instituições públicas e privadas, na formulação, concepção, implantação e operação de programas e ações em prol do desenvolvimento socioeconômico regional e nacional. Em todas as áreas, viabilizam-se parcerias que possibilitam a participação da UFMS em empreendimentos desenvolvidos no Estado e na região Centro-Oeste, seja de iniciativa do governo federal, estadual e municipal, sejam de setores empresariais ou de outras entidades da sociedade civil.

A UFMS deverá oferecer apoio irrestrito às ações coletivas e/ou individuais que elevem o nome da instituição junto aos órgãos oficiais e não oficiais, regionais e estrangeiros, incentivando a participação dos docentes, técnicos-administrativos e discentes em congressos, reuniões científicas e cursos de aperfeiçoamento.

As participações nas atividades serão previamente aprovadas, obedecendo à regulamentação interna já existente e observando o mérito da ação a ser desenvolvida e seu retorno à Universidade. Essa política também visa à permanência de pessoal na unidade, fazendo valer toda a experiência e dedicação dos servidores.

8. Autoavaliação Institucional



PDI 2015-2019



8.1 A autoavaliação institucional na UFMS

As finalidades de um processo autoavaliativo são, antes de tudo, desafiadoras. Conhecer e reconhecer as vulnerabilidades, valorizar e potencializar as competências não são práticas simples tampouco detêm unanimidade quanto a sua relevância numa organização, especialmente naquelas cujas perspectivas de futuro estão fortemente subjugadas ao contexto político e econômico.

Nas organizações públicas essa submissão provoca um estado coletivo de conformação em que as circunstâncias do passado são condicionantes para as ações futuras e é como se bastassem para conceber um contexto multifacetado.

A administração pública vive um novo momento; sua gestão é marcada pela adoção de práticas gerenciais capazes de responder em alto nível às demandas de uma sociedade cada vez mais participativa e consciente de seus direitos. São novas atribuições e competências que irão refletir a capacidade de uma organização pública em se articular e conviver num ambiente de transformações repentinas em que a sua razão de existir deve estar relacionada às exigências e aspirações de sua ambiência.

Nesse sentido, a autoavaliação institucional gera a visão de conjunto necessária para programar ações corretivas cujo objetivo principal é incentivar uma cultura de autoconhecimento, análise e ação em que os resultados da prática educativa e administrativa fundamentem as diretrizes com as quais a Instituição almeja consolidar a sua missão.

Assim, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) atua como um componente fundamental para articular as diferentes interfaces de um processo em constante mudança: a própria Universidade; e, sobretudo, levar adiante os pressupostos do conhecer para aperfeiçoar no qual a prestação de contas junto ao Governo atenda, primeiramente, à sociedade.

8.2 Metodologia do Processo Autoavaliativo

Processo de Avaliação Institucional é um dos instrumentos centrais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14.04.2004, e foi elaborado com base no Roteiro de Autoavaliação Institucional – Orientações Gerais – INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), 2004.

A autoavaliação institucional, processo desenvolvido pela comunidade acadêmica da UFMS, foi executada com o intuito de promover a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos, e de acordo com o Projeto de Autoavaliação elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA/UFMS). As orientações e os instrumentos propostos nesta avaliação institucional apoiaram-se na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 20.12.1996, nas Diretrizes Curriculares de cada curso oferecido pela UFMS, no Decreto nº 5.773, de 09.05.2006, e na Lei nº 10.861/2004, que instituiu o SINAES.

Essa avaliação retrata o compromisso institucional com o autoconhecimento e a sua relação com o todo, em prol da qualidade de todos os serviços que a UFMS oferece para a sociedade. Confirma também a sua responsabilidade em relação à oferta de educação superior. Considerando a flexibilidade e a liberdade preconizada pela Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e pela Lei nº 10.861/2004, que instituiu o SINAES, seria paradoxal estabelecer critérios e normas rígidas para a avaliação, cujo processo não se encerra em si mesmo.

O processo de autoavaliação da UFMS é desenvolvido por uma Comissão Central⁸, a qual compete o planejamento e a organização do processo autoavaliativo, bem como realizar ações que visem motivar a participação e o envolvimento da comunidade acadêmica neste processo. Como um processo democrático, que se constrói ao longo do seu desenvolvimento, e sujeito a tantas variáveis quanto ao número de agentes envolvidos, várias ações e métodos adotados são adaptados e modificados na medida em que deficiências nos procedimentos são detectadas.

Diversos métodos e instrumentos⁹ combinados são utilizados, conforme necessidades e situações específicas, tendo como principal produto a elaboração de um sistema que possibilite a integração dos dados necessários para a autoavaliação institucional. Na sua execução adota-se uma metodologia participativa, que busca envolver todos os atores na atribuição de avaliar as ações desenvolvidas no âmbito da UFMS.

Todos os instrumentos utilizados para a autoavaliação são concebidos para viabilizar o aproveitamento máximo das informações já disponíveis na instituição e que, posteriormente, possam se integrar à base de dados da autoavaliação.

8 A **Comissão Central** é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docentes, discentes, técnicos-administrativos) e da sociedade civil. Por ser uma instituição multicâmpus, faz-se necessário a criação de **Comissões Setoriais** para auxiliar a Comissão Central compostas por representantes docente, discente e técnico, que seja responsável pela coleta de informações locais (câmpus, centros, faculdades e institutos), verificando suas deficiências e encaminhando sugestões de ações de melhorias à CPA.

9 Os métodos e instrumentos mais utilizados para subsidiar a autoavaliação institucional na UFMS são as reuniões, as plenárias para discussão, os questionários on-line e as entrevistas. Destacando que os documentos oficiais Estatuto, Regimento Geral, PDI, PPI, PPC, PDTI, Relatório de Avaliação do PDI, Relatório de Gestão subsidiam o processo autoavaliativo.

Os instrumentos Seminários, Painéis de Discussão, Sessões Plenárias, Reuniões Técnicas e outros, constituem momentos para análise e incorporação das ações planejadas, de forma coletiva e democrática. A comunicação e a troca de informações nesta ocasião são fundamentais para a propositura e o entendimento das metodologias que serão utilizadas pelos responsáveis das ações pretendidas. Os grupos se reúnem para análises específicas e globais e encaminham os resultados à comissão de avaliação. A programação coletiva da aplicação das ações traz a oportunidade de melhoramentos constantes no processo avaliativo, visto que esse se realiza com o intercâmbio de informações e experiências.

A comunidade acadêmica participa de diversas formas na autoavaliação, quer seja como membro direto da Comissão Própria de Avaliação, ou por meio da participação em reuniões, palestras, painéis de discussão, entrevistas ou preenchimento de questionários avaliativos. Os instrumentos de avaliação, por oportuno, são preenchidos por docentes, coordenações de cursos, pró-reitorias, diretores de unidades setoriais e acadêmicos. Para esses últimos, o instrumento está integrado ao sistema acadêmico SISCAD.

Consolidada a autoavaliação institucional, procede-se à sua divulgação para a comunidade universitária e sociedade em geral. O Relatório da autoavaliação é disponibilizado no sítio eletrônico da UFMS, versões impressas são encaminhadas aos campi, centros, faculdades e institutos. Ademais, a divulgação dos resultados pode ocorrer por meio de seminário, reuniões, de documentos informativos impressos e eletrônicos e outros, servindo para tornar públicas as oportunidades para ações transformadoras vindas do processo avaliativo.

8.3 Objetivos da Autoavaliação Institucional

Os objetivos da autoavaliação na UFMS que constam do Projeto de Autoavaliação Institucional são:

- a) promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação na Universidade;
- b) implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- c) planejar e redirecionar as ações a partir da avaliação institucional;
- d) garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- e) construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e autonomia; e
- f) consolidar o compromisso social e científico-cultural da UFMS.

A proposta de autoavaliação da UFMS prevê a articulação entre a avaliação interna e externa, a avaliação dos cursos e a avaliação do desempenho dos estudantes, essa realizada pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). As políticas de acompanhamento e avaliação das atividades-fim, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, além das atividades meio, caracterizadas pelo planejamento e gestão da UFMS, abrangeram grande parte da comunidade acadêmica articulando diferentes perspectivas, o que garantiu um melhor entendimento da realidade institucional.

8.4 A Avaliação Institucional e o Planejamento Estratégico

Para consolidar os objetivos, a missão e os valores institucionais, a organização precisa definir um projeto de futuro que torne explícito aonde ela quer chegar, como ela quer ser reconhecida em sua ambiência e quais são os caminhos a ser percorridos para transformar intenções em resultados. Prospectar o futuro é um desafio cada vez mais premente para a gestão e a eficácia organizacional; consistindo uma atividade nuclear à programação estratégica institucional pelo caráter transformador que reside em todo processo de cenarização.

Os instrumentos autoavaliativos vigentes são concebidos para subsidiar uma análise diagnóstica da instituição e melhorar a efetividade do processo decisório. Com efeito, a autoavaliação institucional aporta uma descrição realista sobre vários aspectos da instituição, ajudando-a na identificação das potencialidades e fragilidades que se configuram no presente e no futuro, para estabelecer as estratégias de enfrentamento às vulnerabilidades e de fortalecimento à sua capacidade de realização.

Não obstante a autoavaliação contribuir para uma reflexão profunda e sistêmica sobre a eficácia da gestão universitária, é necessário que a organização esteja comprometida na apropriação das informações geradas pela comunidade que lhe é afeta, providenciando a adequada socialização dos resultados aportados pela autoavaliação para promover uma conscientização coletiva sobre o desempenho institucional em suas diversas áreas de atuação e empreender as ações corretivas necessárias.

Levantar dados e informações não é suficiente para promover a aprendizagem organizacional e incentivar as mudanças; para tanto, é necessário que a organização conceba a autoavaliação como um instrumento de apoio à gestão e ao planejamento estratégico. Outrossim, conduzir processo autoavaliativo apenas para tornar a instituição adimplente com as suas obrigações legais, é

um custo de efeito retardado à sua própria soberania como bem público indispensável à consolidação da democracia socioeducativa.

No âmbito da UFMS, o processo autoavaliativo fortalece a visão de conjunto da instituição, clareando os aspectos que impactam, positiva e negativamente, o desempenho da gestão universitária. Dado que é um processo participativo, a autoavaliação também serve de instrumento conciliatório, pelo que, nela constam as demandas e as opiniões da comunidade universitária sobre a qualidade das atividades desenvolvidas no âmbito dos Câmpus, Centros, Faculdades e Institutos.

Concernente ao planejamento estratégico, durante a condução da autoavaliação são envidados esforços para alinhá-la à programação estratégica da UFMS, a qual se conforma no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Esse plano, por seu turno, considera os diversos aspectos apontados na autoavaliação para implementar as metas e os indicadores de desempenho para as áreas estratégicas nele consolidadas, quais sejam, Ensino de Graduação, Pesquisa e Pós-graduação, Extensão e Apoio Estudantil e Fortalecimento Institucional.

Conhecendo a configuração dos trabalhos que se desenvolve e a dimensão do alcance dos resultados que se produz, é possível consolidar uma cultura organizacional que transforma erros em aprendizagem e obstáculos em desafios. Nesse sentido, as informações geradas pela autoavaliação institucional exercem fundamental suporte à UFMS.

**9.
Infraestrutura
Física e
Instalações
Acadêmicas**



PDI 2015-2019

9.1 Infraestrutura física geral na área acadêmica

UNIDADE	A.T (m ²) ¹⁰	A.C (m ²)	Instalações Gerais									Tecnologia da Informação				
			Aud./ Anf.	Banh. com.	Dep. div.	Ofic.	Ref., copa e cant.	Sala -Aula	Sala -Adm.	Gab. prof.	Ou-tros ¹¹	Cab. Es-trut.	Int. sem Fio	Salas Vid.	Outros ¹²	
SEDE	CCBS	1.667.532	21.305	4	176	50	5	20	28	25	87	21	41	30	1	1
	CCHS		12.589	6	112	4	3	16	36	17	104	22	20	3	1	0
	FACOM		3.382	2	6	3	0	2	2	4	34	0	1	1	1	0
	FADIR		1.059	1	3	1	0	0	12	2	3	0	3	1	1	0
	FAENG		3.762	1	23	14	6	12	33	30	76	0	11	10	2	0
	FAMED		2.224	2	4	1	0	1	10	15	1	0	1	1	0	0
	FAMEZ		6.608	2	17	3	1	4	8	10	23	6	10	13	0	0
	FAODO		5.002	1	12	5	0	4	4	8	8	1	3	0	0	0
	INFI		2.649	1	6	3	3	2	0	0	0	0	3	1	0	0
	INMA		2.245	0	4	0	0	1	5	2	11	0	1	0	0	0
	INQUI		2.476	1	10	0	1	2	9	7	12	0	0	0	0	0
	PREG		3.627	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PROGEP		833	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PROINFRA		3.048	1	71	19	2	11	19	42	0	0	17	3	0	0
	PROPP		488	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidades Comuns	132.061	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
FAMEZ (Terenos)	3.343.807	3.362	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
CPAQ	77.293	8.782	4	16	0	0	5	22	22	12	0	0	3	1	0	
CPCS	149.943	3.155	1	6	1	1	3	11	5	22	2	3	3	1	0	
CPAN	210.000	17.373	4	48	12	4	7	48	24	38	18	3	3	4	6	

Continua

10 Na sede não é possível calcular a área do terreno por unidade

11 Entre as outras instalações gerais foram citados: Sala de Técnicos de Laboratórios, Gabinetes de Aluno, Biotério, Biblioteca, Sala de Pós-Graduação, Sala de Reunião, Sala de Estudos, Sala da Residência, Sala de Projetos Externos, Sala de Atendimento e Consultório de Psicologia e Fonoaudiologia.

12 CCBS citou um sistema de projeção de lâminas com 2 TVs LCD acopladas e CPAN não discriminou as informações.

Continuação

UNI-DADE	A.T (m ²) ¹⁰	A.C (m ²)	Instalações Gerais									Tecnologia da Informação			
			Aud./Anf.	Banh.com.	Dep.div.	Ofic.	Ref., copa e cant.	Sala-Aula	Sala-Adm.	Gab.prof.	Ou-tros ¹¹	Cab.Estrut.	Int.sem Fio	Salas Vid.	Ou-tros ¹²
CPCX	50.338	3.003	1	5	1	0	2	12	1	12	0	1	1	0	0
CPNV	100.000	1.841	1	2	0	0	2	8	3	9	0	1	0	0	0
CPNA	100.700	1.740	1	2	1	0	2	9	5	1	0	1	0	1	0
CPAR	50.001	2.472	1	16	1	0	2	12	3	11	0	0	0	0	0
CPPP	100.000	2.979	1	1	1	0	1	10	1	9	0	1	0	1	0
CPTL	204.398	14.116	2	15	4	1	4	39	29	78	0	2	0	1	0
CPBO	67.480	1.769	1	4	1	0	1	8	1	1	0	1	0	0	0
TOTAL	6.121.492	263.948	39	559	125	27	104	345	256	552	70	124	73	15	7

Fonte: PROINFRA.

Elaboração: DINS/CPI/PROPLAN.

Legenda: (A.T) Área do terreno; (A.C) Área construída; (Aud./Anf.) Auditório e/ou anfiteatro; (Banh. Com.) Banheiro comum; (Dep. div.) Depósitos diversos; (Ofic.) Oficinas; (Ref.) Refeitórios; (Adm.) Administração; (Gab. Prof.) Gabinete de professor; (Cab. Estrut.) Cabeamento estruturado; (Int.) Internet; (Vid.) Videoconferência.

9.2 Infraestrutura acadêmica

Criação/implantação e otimização de laboratórios de ensino

Em função do crescimento quantitativo dos cursos e dos alunos de graduação, bem como da política de expansão proposta pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), existe a necessidade de criação de novos laboratórios e salas de aula, com capacidade operacional maior que a existente.

Além disso, com a verticalização do ensino na UFMS, principalmente a partir da década de 1990, foram implantados diversos cursos de mestrado e doutorado, porém a estrutura física utilizada, na maioria das vezes, é compartilhada por estudantes de graduação e pós-graduação (salas de aula, auditórios, laboratórios e outros).

Os espaços destinados a museus, herbários e coleções científicas ainda são precários e precisam ser ampliados para atender aos cursos de graduação comprometidos com o desenvolvimento

científico e tecnológico. Existe apenas um museu na UFMS (Museu de Arqueologia) e três herbários (COR - em Corumbá, CGMS - Campo Grande e Três Lagoas), que precisam de programas específicos para sua manutenção e gestão.

Essa situação reflete mudanças na política de ensino (associada à pesquisa e à pós-graduação) e indica a necessidade de modificações estruturais. É urgente a criação de espaços múltiplos destinados a salas de aulas e laboratórios de ensino, principalmente nas unidades que atendem diversos cursos.

Destaque-se, ainda, a necessidade de aquisição de equipamentos de informática para viabilizar o funcionamento de laboratórios aos estudantes de graduação e pós-graduação em todas as unidades que compõem a estrutura universitária.

Tabela 16: Laboratórios de informática

Laboratórios	Atendimento a cursos, alunos e à comunidade	Quantitativo						Local
		Computador	Notebook	Projeter	Retroprojeter	Televisor	Outros	
Laboratório de Informática	Fisioterapia, enfermagem, odontologia, nutrição, farmácia, medicina, psicologia	7	0	0	0	0	0	CCBS
Laboratório de Informática	Enfermagem e o PPG de enfermagem	22	0	1	0	0	0	CCBS
Laboratório de Informática	Fisioterapia, nutrição, farmácia, medicina, tecn. De alimentos, biologia (lic/bach), os ppg (bio animal, bio vegetal, ecologia e conservação e farmácia)	18	0	0	0	0	0	CCBS
CCHS	Atendimento a cursos/ alunos/comunidade	20	0	0	0	0	0	CCHS
DEA	Atendimento a acadêmicos exclusivamente	30	0	0	0	0	0	CCHS
PPGPSI	Atendimento a alunos exclusivamente	8	0	0	0	0	0	CCHS
Laboratório de Sistemas de Informação	Matemática e sistemas de informação	48	0	0	0	0	0	CPAN
Laboratório de Informática da CPAC	Todos os cursos de graduação	8	0	0	0	0	0	CPAN

Continua

Continuação

Laboratórios	Atendimento a cursos, alunos e à comunidade	Quantitativo						Local
		Computador	Notebook	Projektor	Retroprojektor	Televisor	Outros	
Laboratório de Informática do CPAN	Todos os cursos de graduação	20	0	0	0	0	0	CPAN
Laboratório de Inclusão Digital - LID	Todos os cursos de graduação	4	0	0	0	0	0	CPAN
Laboratório de Informática de Educação Física	Educação Física	30	0	0	0	0	0	CPAN
Laboratório de Geoprocessamento	Atendimento ao curso de Geografia do CPAN	10	0	0	0	0	0	CPAN
Laboratório Informática I	Pedagogia, letras, história, Licencia. Indig.	10	0	0	0	0	0	CPAQ
Laboratório Informática II	Admin., geog, matematica, biol, turismo	40	2	1	0	0	1 ¹³	CPAQ
Laboratório Informática I	Administração, Matemática, Psicologia.	19	0	0	0	0	0	CPAR
Laboratório Informática II	Alunos bolsistas, Administração, Matemática, Psicologia	10	1	1	0	0	0	CPAR
Laboratório de Informática	Agronomia, Engenharia Florestal	30	0	0	0	0	0	CPCS
Laboratório de Informática	Enfermagem, História, Letras, Sistemas de Informação	30	0	1	0	0	0	CPCX
Laboratório da CPAC	Bolsistas dos cursos de Enfermagem, História, Letras, Sistemas de Informação	10	1	1	0	0	0	CPCX
Laboratório de Informática	Administração, Geografia, História, Gestão Financeira	42	22	17	1	4		CPNA
Laboratório de Informática	Cursos de ciências sociais e pedagogia	40	1	0	0	0	0	CPNV
Laboratório de Informática I	Matemática, Sistemas de Informação, Ciência da Computação, Pedagogia e ações/ atividades de ensino e extensão	40	0	1	0	0	0	CPPP

Continua

¹³ 1 (um) aparelho de DVD.

Continuação

Laboratórios	Atendimento a cursos, alunos e à comunidade	Quantitativo						Local
		Computador	Notebook	Projeter	Retroprojeter	Televisor	Outros	
Laboratório de Informática II	Matemática, Sistemas de Informação, Ciência da Computação, Pedagogia e ações/ atividades de ensino e extensão	40	0	1	0	0	0	CPPP
Laboratório de Informática I	Pedagogia e Letras	10	0	0	0	0	0	CPTL
Laboratório de Informática II	Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia de Produção, Geografia, História, Sistemas de Informação	20	0	0	0	0	0	CPTL
Laboratório de Informática III	Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia de Produção, Geografia, História, Sistemas de Informação	30	0	0	0	0	0	CPTL
CEPAC	Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia de Produção, Geografia, História, Sistemas de Informação	15	0	0	0	0	0	CPTL
Laboratório de Ensino I	Ciência da Computação, Análise de Sistemas, Engenharia da Computação, Téc. Análise e Desenv. de Sistemas, Téc. Rede de Computadores, Eng. Elétrica, Ambiental, Civil, de Produção, Mestrado Acadêmico em Ciência da Computação, Mestrado Profissional em Computação Aplicada	80	0	2	0	1	0	FACOM
Laboratório de Ensino II	Ciência da Computação, Análise de Sistemas, Engenharia da Computação, Téc. Análise e Desenv. de Sistemas, Téc. Rede de Computadores, Eng. Elétrica, Ambiental, Civil, de Produção, Mestrado Acadêmico em Ciência da Computação, Mestrado Profissional em Computação Aplicada, cursos de extensão	50	0	1	0	0	0	FACOM

Continua

Continuação

Laboratórios	Atendimento a cursos, alunos e à comunidade	Quantitativo						Local
		Computador	Notebook	Projektor	Retroprojektor	Televisor	Outros	
Laboratório de Ensino III	Ciência da Computação, Análise de Sistemas, Engenharia da Computação, Téc. Análise e Desenv. de Sistemas, Téc. Rede de Computadores, Eng. Elétrica, Ambiental, Civil, de Produção, Mestrado Acadêmico em Ciência da Computação, Mestrado Profissional em Computação Aplicada, cursos de extensão	42	0	1	0	0	0	FACOM
Laboratório de Ensino IV	Ciência da Computação, Análise de Sistemas, Engenharia da Computação, Téc. Análise e Desenv. de Sistemas, Téc. Rede de Computadores, Mestrado Acadêmico em Ciência da Computação, Mestrado Profissional em Computação Aplicada	20	0	1	0	0	16 ¹⁴	FACOM
Laboratório de Engenharia de Software - LEDES	Ciência da Computação, Análise de Sistemas, Engenharia da Computação, Téc. Análise e Desenv. de Sistemas, Téc. Rede de Computadores, Eng. Elétrica, Ambiental, Civil, de Produção, Mestrado Acadêmico em Ciência da Computação, Mestrado Profissional em Computação Aplicada, cursos de extensão	32	10	1	0	1	20 ¹⁵	FACOM
Laboratório de Pesquisa I - Latec	Ciência da Computação, Análise de Sistemas, Engenharia da Computação, Téc. Análise e Desenv. de Sistemas, Téc. Rede de Computadores, Mestrado Acadêmico em Ciência da Computação, Mestrado Profissional em Computação Aplicada, cursos de extensão	24	0	1	0	0	0	FACOM

Continua

14 16 (dezesseis) módulos educacionais, multímetros, osciloscópios, ferramentas de cabeamento.

15 20 (vinte) tablets.

Continuação

Laboratórios	Atendimento a cursos, alunos e à comunidade	Quantitativo						Local
		Computador	Notebook	Projeter	Retroprojeter	Televisor	Outros	
Laboratório de Pesquisa II - LIA	Ciência da Computação, Análise de Sistemas, Engenharia da Computação, Téc. Análise e Desenv. de Sistemas, Téc. Rede de Computadores, Mestrado Acadêmico em Ciência da Computação, Mestrado Profissional em Computação Aplicada, Doutorado em Ciência da Computação	20	0	1	0	0	0	FACOM
Laboratório de Pesquisa III - LSCAD	Ciência da Computação, Análise de Sistemas, Engenharia da Computação, Téc. Análise e Desenv. de Sistemas, Téc. Rede de Computadores, Mestrado Acadêmico em Ciência da Computação, Mestrado Profissional em Computação Aplicada, Doutorado em Ciência da Computação	20	0	1	0	0	0	FACOM
Laboratório de Pesquisa IV - Pós-Graduação	Mestrado Acadêmico em Ciência da Computação, Mestrado Profissional em Computação Aplicada, Doutorado em Ciência da Computação.	20	0	0	0	0	0	FACOM
Laboratório de Pesquisa V - Pós-Graduação	Mestrado Acadêmico em Ciência da Computação, Mestrado Profissional em Computação Aplicada, Doutorado em Ciência da Computação.	24	0	0	0	0	0	FACOM
FAENG - LAB-02	Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Geografia, Tecnologia em Construção de Edifícios, Tecnologia em Eletrotécnica Industrial, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Arquitetura e Urbanismo, Curso de Eficiência Energética e Sustentabilidade, Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais.	25	0	1	0	0	0	FAENG

Continua

Continuação

Laboratórios	Atendimento a cursos, alunos e à comunidade	Quantitativo						Local
		Computador	Notebook	Projektor	Retroprojektor	Televisor	Outros	
FAENG - LAB-03	Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Geografia, Tecnologia em Construção de Edifícios, Tecnologia em Eletrotécnica Industrial, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Arquitetura e Urbanismo, Curso de Eficiência Energética e Sustentabilidade, Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais	18	0	0	0	0	0	FAENG
FAENG - Bloco Arquitetura	Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Geografia, Tecnologia em Construção de Edifícios, Tecnologia em Eletrotécnica Industrial, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Arquitetura e Urbanismo, Curso de Eficiência Energética e Sustentabilidade, Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais	26	0	0	0	0	0	FAENG
FAENG - Lab-12 / Unidade 7-A	Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Geografia, Tecnologia em Construção de Edifícios, Tecnologia em Eletrotécnica Industrial, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Arquitetura e Urbanismo, Curso de Eficiência Energética e Sustentabilidade, Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais	36	0	1	0	0	0	FAENG

Continua

Continuação

Laboratórios	Atendimento a cursos, alunos e à comunidade	Quantitativo						Local
		Computador	Notebook	Projektor	Retroprojektor	Televisor	Outros	
FAENG - Lab 01 / Unidade 7-A	Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Geografia, Tecnologia em Construção de Edifícios, Tecnologia em Eletrotécnica Industrial, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Arquitetura e Urbanismo, curso de Eficiência Energética e Sustentabilidade, Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais	21	0	0	0	0	0	FAENG
Lab. de Informática da FAMEZ	Cursos de graduação em Medicina Veterinária e Zootecnia, cursos de pós-graduação em Ciência Animal (Mestrado e Doutorado) e Programa de Residência Profissional em Medicina Veterinária	15	6	14	0	0	0	FAMEZ
Telecentro da Casa da Ciência de Campo Grande	Todos os cursos da UFMS e comunidade em geral	16	0	1	0	0	0	INFI
Laboratório de Informática - Unidade V	Todos os cursos da UFMS	39	0	0	0	0	0	INFI
Modelagem e Simulação Computacional em Física e Sismologia	Engenharia Ambiental, Farmácia, Física - Bacharelado, Física - Licenciatura, Química - Bacharelado, Química - Licenciatura, Geografia (Sismologia)	9	0	0	0	0	0	INFI
Laboratório de Computação Simbólica - LCS	Curso de Matemática	36	2	1	1	0	0	INMA
1 - Unidade XI	Química	9	0	0	0	0	0	INQUI
2 - EPIAGRO	Química, Física e Matemática	11	0	0	0	0	0	INQUI
3 - Unidade XI	Química e Física	20	0	1	0	0	0	INQUI

Continua

Continuação

Laboratórios	Atendimento a cursos, alunos e à comunidade	Quantitativo						Local
		Computador	Notebook	Projektor	Retroprojektor	Televisor	Outros	
Laboratório de Informática da Base de Estudos do Pantanal	Pesquisadores que estão realizando pesquisas na BEP e a comunidade do entorno que participam de projetos específicos	3	0	0	1	1	0	PROPP
Laboratório de Informática da CED/PREG	Capacitação de docentes, Cursos de Graduação, extensão e especialização a distância	19	0	1	0	0	1 (quadro branco)	CED
TOTAL		1.246	45	53	3	7	38	-

Fonte: Unidades de Administração Setorial.

Elaboração: DINS/CPI/PROPLAN.

Tabela 17: Laboratórios específicos

CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Composição Corporal	10	81,64	Ensino	Nutrição
Anatomia Humana	50	120	Ensino	Ciências Biológicas - Bacharelado, Ciências Biológicas - Licenciatura, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Psicologia
Apoio Técnico	0	50	Ensino	Todos
Avaliação Física e Nutricional	5	9,94	Ensino e Pesquisa	Nutrição, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Educação Física, Odontologia, Fonoaudiologia, Farmácia e Psicologia
BIOCAPRI	15	120	Ensino e Pesquisa	BIOCAPRI-Ciências Biológicas, Farmácia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Fisioterapia e Farmacologia Veterinária
Bioensaios	10	80	Ensino e Pesquisa	Biologia, Farmácia e Pós-graduação
Biologia Molecular e Culturas Celulares	26	111	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Bacharelado, Ciências Biológicas - Licenciatura, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia e Zootecnia
Bioquímica Clínica	10	40	Ensino e Pesquisa	Farmácia
Biotério de Criação e Experimentação	10	714,53	Ensino	Ciências Biológicas - Bacharelado, Ciências Biológicas - Licenciatura, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Zootecnia
Citogenética Molecular Animal	4	10	Pesquisa	Ciências Biológicas - Licenciatura e Bacharelado, Pós-graduação em Biologia Animal e Pós-graduação em Ecologia
Coleção Entomológica	5	28,37	Pesquisa	Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura - e Pós Graduação em Biologia Animal
Coleção Zoológica Úmida	3	40,7	Pesquisa	Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura - e Pós Graduação em Biologia Animal

Continua

Continuação

CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m²)	Utilidade	Cursos atendidos
Farmácia-Escola	50	250	Ensino	Farmácia
Farmacognosia	20	110	Ensino e Pesquisa	Farmácia
Fluidos Biológicos	7	40	Ensino	Farmácia
Herbário	6	139	Pesquisa	Ciências Biológicas - Bacharelado, Ciências Biológicas - Licenciatura; Farmácia; Medicina Veterinária, Zootecnia e Química
Histologia	20	50	Ensino	Ciências Biológicas - Bacharelado, Ciências Biológicas - Licenciatura, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia e Zootecnia
Imunologia Clínica	10	27	Ensino e Pesquisa	Graduação em Farmácia, Pós-Graduação em Farmácia, DIP e Saúde e Desenvolvimento do Pantanal
Imunologia e Biologia Molecular	20	120	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Bacharelado, Ciências Biológicas - Licenciatura, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição e Odontologia
Imunologia e Biologia Molecular	20	110	Ensino e Pesquisa	Curso em Farmácia, Programa de Pós-graduação em Farmácia, Programa de Pós-graduação em Química
Internato em Saúde da Comunidade I - 5º ano de Medicina	12	600	Ensino e Pesquisa	Medicina
Lab. de Pesquisas Microbiológicas	16	50	Ensino e Pesquisa	Farmácia
Lab. da Saúde da Criança e Adolescente	8	14,55	Ensino e Pesquisa	Enfermagem, Nutrição e Fisioterapia
Lab. da Saúde da Mulher	8	14,55	Ensino e Pesquisa	Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição
Lab. da Saúde do Adulto	8	9,94	Ensino e Pesquisa	Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição
Lab. de Análise Sensorial	12	39,87	Ensino e Pesquisa	Nutrição
Lab. de Anatomia Vegetal	10	51	Pesquisa	Pesquisa
Lab. de Anatomia Veterinária	30	120	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Lab. de Atenção ao Paciente Crítico	40	55,2	Ensino e Pesquisa	Fisioterapia, Enfermagem e Nutrição
Lab. de Aulas Teórico/Práticas	20	68,45	Ensino	Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura
Lab. de Avaliação Nutricional	10	81,64	Ensino	Nutrição
Lab. de Biofisiofarmacologia	20	60	Ensino	Ciências Biológicas - Licenciatura e Bacharelado, Medicina, Medicina Veterinária, Zootecnia, Nutrição, Farmácia, Odontologia, Psicologia, Fisioterapia e Enfermagem

Continua

Continuação

CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Biologia EAD	25	40	Ensino e Pesquisa	Licenciatura em Ciências Biológicas - Modalidade à distância. Polos: São Gabriel do Oeste, Costa Rica, Bataguassu, Água Clara, Porto Murtinho, Bela Vista, Camapuã e Rio Brillhante
Lab. de Biomecânica e Exercício Resistido	40	55,2	Ensino e Pesquisa	Fisioterapia
Lab. de Bioquímica	20	90	Ensino	Medicina, Odontologia, Medicina Veterinária, Farmácia, Biologia - Licenciatura e Bacharelado, Zootecnia, Fisioterapia e Nutrição
Lab. de Campos Eletromagnéticos de Fisioterapia	5	14,55	Ensino e Pesquisa	Fisioterapia
Lab. de Cinesioterapia	40	55,8	Ensino e Pesquisa	Fisioterapia
Lab. de Citogenética	4	10	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Bacharelado, Ciências Biológicas - Licenciatura, Licenciatura em Ciências Biológicas a Distância
Lab. de Controle de Qualidade	16	66	Ensino e Pesquisa	Farmácia
Lab. de Cromatografia	5	24	Ensino e Pesquisa	Farmácia
Lab. de Ecologia	15	396	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Bacharelado, Ciências Biológicas - Licenciatura, Medicina Veterinária, Zootecnia, Pós-graduação em Ecologia e Conservação
Lab. de Ecologia Vegetal	6	20	Pesquisa	Pesquisa
Lab. de Educação Alimentar e Nutricional	12	28,77	Ensino e Pesquisa	Nutrição
Lab. de Educação Alimentar e Nutricional	15	33,9	Ensino e Pesquisa	Nutrição, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Educação Física, Odontologia, Fonoaudiologia, Farmácia e Alimentos
Lab. de Embriologia e Genética	20	46	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Licenciatura e Bacharelado; e Medicina Veterinária. Obs: substitui o antigo Laboratório de Genética, incorporando a Embriologia
Lab. de Enfermagem - LHE	20	56	Ensino	Enfermagem, Medicina, Educação Física e Farmácia
Lab. de Estudos e Pesquisas em Populações Indígenas	10	20	Ensino e Pesquisa	CCBS - Nutrição e Enfermagem; FAMED - Medicina; CCHS - Ciências Sociais, Jornalismo, Artes, Psicologia e Pedagogia
Lab. de Etnobotânica	5	16,8	Pesquisa	Pesquisa
Lab. de Evolução e Biodiversidade	10	70	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Bacharelado, Ciências Biológicas - Licenciatura, Programa de Pós-graduação em Ecologia e Conservação, Programa de Pós-graduação em Biologia Vegetal, Programa de Pós-Graduação em Biologia Animal

Continua

Continuação

CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Exercício Físico e Cinesioterapia	40	127,68	Ensino e Pesquisa	Fisioterapia
Lab. de Experimentação Animal	6	40	Pesquisa	Farmácia
Lab. de Físico-Química	16	72	Ensino e Pesquisa	Tecnologia de Alimentos, Farmácia, Nutrição, Medicina Veterinária e Zootecnia
Lab. de Fisiologia Vegetal	12	33	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Licenciatura, Ciências Biológicas - Bacharelado e Zootecnia
Lab. de Fisioterapia em Neuropediatria	20	77,3	Ensino e Pesquisa	Fisioterapia
Lab. de Fitossociologia e Restauração Ambiental (temporariamente cedido para Patologia de Sementes)	5	30	Pesquisa	Pesquisa
Lab. de Hematologia	12	49	Ensino e Pesquisa	Farmácia
Lab. de Hidrocinesioterapia	20	75,38	Ensino e Pesquisa	Fisioterapia, Enfermagem e Nutrição
Lab. de Liquenologia	3	8	Pesquisa	Pesquisa
Lab. de Lupas	20	40,3	Ensino	Ciências Biológicas - Licenciatura, Ciências Biológicas - Bacharelado, Farmácia e Zootecnia
Lab. de Manutenção de Organismos Vivos e Especiais	7	34,22	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura - e Pós-graduação em Biologia Animal
Lab. de Microbiologia	10	216	Ensino e Pesquisa	Medicina, Medicina Veterinária, Ciências Biológicas - Licenciatura e Bacharelado, Odontologia, Farmácia, Tecnologia de Alimentos, Enfermagem e Fisioterapia
Lab. de Microbiologia de Alimentos	12	48	Ensino e Pesquisa	Farmácia, Nutrição, Tecnologia em Alimentos, Química e Microbiologia Básica
Lab. de Microscopia	5	14,44	Pesquisa	Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura e Pós Graduação em Biologia Animal
Lab. de Microscopia	25	60	Ensino	Todos os cursos da área de saúde e o curso de Psicologia
Lab. de Microscopia	48	72	Ensino	Ciências Biológicas - Licenciatura, Ciências Biológicas - Bacharelado, Farmácia e Zootecnia
Lab. de Mutagênese	10	12	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura, Nutrição e Enfermagem
Lab. de Nutrição Experimental	12	50,95	Ensino e Pesquisa	Nutrição
Lab. de Órtese e Prótese	10	23,88	Ensino e Pesquisa	Fisioterapia, Enfermagem e Nutrição
Lab. de Pesquisa	8	66	Pesquisa	Farmácia
Lab. de Polinização, Reprodução e Fenologia	5	15,2	Pesquisa	Pesquisa

Continua

Continuação

CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Postura e Biomecânica	10	20	Ensino e Pesquisa	Fisioterapia, Enfermagem e Nutrição
Lab. de Produtos de Origem Animal	12	48	Ensino e Pesquisa	Tecnologia de Alimentos, Farmácia, Nutrição, Medicina Veterinária e Zootecnia
Lab. de Purificação e Suas Funções Biológicas	15	50	Pesquisa	Curso de Biologia, Pós-graduação em Ecologia e Conservação, Pós-graduação em Biologia Vegetal, Pós-graduação em Bioquímica e Biologia Molecular, Pós-graduação em Biotecnologia e Biodiversidade, Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste
Lab. de Reabilitação em Neurologia Adulto	20	47,55	Ensino e Pesquisa	Fisioterapia
Lab. de Recursos Terapêuticos e Terapia Manual	40	55,8	Ensino e Pesquisa	Fisioterapia
Lab. de Secagem de Plantas	10	53,5	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Licenciatura e Bacharelado
Lab. de Sementes	12	75	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Licenciatura e Bacharelado e Zootecnia
Lab. de Sistemática Vegetal	10	34	Ensino e Pesquisa	Pesquisa
Lab. de Taxidermia	5	21,94	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura - e Pós-graduação em Biologia Animal
Lab. de Técnica Dietética e Gastronomia	20	170,19	Ensino e Pesquisa	Nutrição
Lab. de Tecnologia Farmacêutica	16	66	Ensino e Pesquisa	Farmácia
Lab. de Zoologia	15	46,51	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Licenciatura e Bacharelado - e Pós-graduação em Biologia Animal
Lab. Didático	38	70	Ensino	Farmácia
Lab. Multifuncional	40	55,8	Ensino e Pesquisa	Fisioterapia
Lab. Pedagógico Demonstrativo	12	27,16	Ensino e Pesquisa	Nutrição
LTU - Lab. Temático de Urgência	15	50	Ensino	Enfermagem, Medicina, Farmácia, Educação Física e Residência Multiprofissional na Atenção ao Paciente Crítico – NHU
Micoteca	15	41	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas – Bacharelado e Licenciatura e Farmácia
Microscopia	12	30	Ensino e Pesquisa	Farmácia
Morfometria	6	25	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas – Bacharelado e Licenciatura, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Zootecnia, Pós-graduação em Ciência Animal, Biologia Animal, Ecologia e Saúde

Continua

Continuação

CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Parasitologia Clínica - LAC	10	26	Ensino e Pesquisa	Farmácia
Parasitologia Humana	20	127	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Licenciatura, Enfermagem, Medicina, Nutrição e Farmácia
Parasitologia Veterinária	15	216	Ensino e Pesquisa	Medicina Veterinária e Ciências Biológicas - Bacharelado
Patologia	15	50	Ensino	Ciências Biológicas - Bacharelado, Ciências Biológicas - Licenciatura, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição e Odontologia
Plasticidade Tecidual	4	10	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Bacharelado, Ciências Biológicas - Licenciatura, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia
Prática de Ensino	30	40	Ensino	Ciências Biológicas - Licenciatura e Bacharelado
Prática de Ensino em Biologia Geral	18	23	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas
Processamento de Alimentos	8	24	Ensino e Pesquisa	Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Medicina Veterinária e Zootecnia
Técnicas Histopatológicas	3	30	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Zootecnia; Pós-graduação em Ciência Animal, Biologia Animal, Saúde, FAODO, outros câmpus da UFMS e outras instituições de ensino
Unidade de Saúde da Família	30	400	Ensino e Pesquisa	Medicina, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Enfermagem e Odontologia

CCHS - Centro de Ciências Humanas e Sociais				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Campo de Futebol - Morenã	80	7140	Ensino	Educação Física
Ginásio Poliesportivo - Moreninho	80	800	Ensino	Educação Física
Lab. de Madeira e Metal	20	56	Ensino	
Lab. de Artes e Tecnologia Digital	22	56	Ensino	Artes Visuais
Lab. Observe	16	36	Ensino, Pesquisa e Extensão	Comunicação Social - Jornalismo
Lab. de Fotografia	10	12	Ensino	Comunicação Social - Jornalismo
Lab. de Línguas	25	68,44	Ensino	Letras - Português/Espanhol, Letras - Português/Inglês, PROJELE - Projeto de Extensão de Línguas Estrangeiras

Continua

Continuação

CCHS - Centro de Ciências Humanas e Sociais				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Pesquisa em Pedagogia do Movimento	20	18	Ensino	Educação Física
Lab. de Prática Musical			Ensino	Música
Lab. de Psicologia	22	45,6	Ensino e Pesquisa	Psicologia
Lab. de Radiojornalismo	20	71	Ensino	Comunicação Social - Jornalismo
Lab. de Redação Jornalística	22	70,5	Ensino	Comunicação Social - Jornalismo
Lab. de Telejornalismo	20	84	Ensino	Comunicação Social - Jornalismo
Lab. Fisiologia do Exercício	15	39	Ensino e Pesquisa	Educação Física
Museu	80	120	Ensino e Pesquisa	História
Núcleo de Estudos em Medidas e Avaliação	20	56	Ensino e Pesquisa	Educação Física
Núcleo de Jornalismo Científico	20	72	Ensino	Comunicação Social - Jornalismo
Lab. de Cerâmica	25	75	Ensino	Artes Visuais
Lab. de Desenho Técnico	25	56	Ensino	Artes Visuais
Lab. de Materiais	27	56	Ensino	Artes Visuais
Lab. de Escultura	15	56	Ensino	Artes Visuais
Lab. de Gravura	15	56	Ensino	Artes Visuais
Lab. de Pintura	30	56	Ensino	Artes Visuais
Piscina	80	1250	Ensino	Educação Física
Sala de Dança	60	113,4	Ensino	Educação Física
Sala de Lutas e Ginástica	60	205	Ensino	Educação Física
Lab. Academia Escola	40	410	Ensino	Educação Física
Mini Ginásio - Projeto	60	80	Ensino	Educação Física
Lab. Academia Escola	40	410	Ensino	Educação Física
Mini ginásio - Projeto	60	80	Ensino	Educação Física
Quadras externas	80	640	Ensino	Educação Física
Sala UnicaDança	20	111,5	Ensino	Pedagogia

Continua

Continuação

CCHS - Centro de Ciências Humanas e Sociais				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. PerMuTe (Lab. de Pesquisas Relacionadas à Música e Tecnologia):	5	18	Ensino	Curso de Música
Lab. de Práticas Musicais:	20	36	Ensino	Curso de Música
Lab. de Prática de Ensino em Música	25	36	Ensino e Pesquisa	Curso de Música
Lab. de Pesquisa em Música	10	19,2	Pesquisa	Curso de Música

CPAN - Câmpus do Pantanal				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Herbário	35	40	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Abelhas	35	3	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Anatomia	50	36	Ensino	Educação Física
Lab. de Arqueologia do Pantanal	40	36	Ensino	História
Lab. de Biologia Geral	35	48	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Biologia Molecular e Microorganismo	35	48	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Botânica	35	48	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Cartografia	40	56	Ensino	Geografia
Lab. de Documentação Histórica e Estudos Regionais	40	36	Ensino	História
Lab. de Ecologia	35	48	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Ensino de Física	40	36	Ensino	Matemática
Lab. de Estatística Aplicada - LEA	40	36	Ensino	Matemática
Lab. de Estudos Fronteiriços - LEF	35	36	Ensino	Mestrado em Estudos Fronteiriços
Lab. de Geocartografia	40	36	Ensino	Geografia
Lab. de Geografia Física	40	36	Ensino	Geografia
Lab. de Geometria	40	36	Ensino	Matemática

Continua

Continuação

CPAN - Câmpus do Pantanal				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Geomorfologia Fluvial	40	36	Ensino	Geografia
Lab. de Geoprocessamento	40	36	Ensino	Geografia
Lab. de Ginástica	50	48	Ensino	Educação Física
Lab. de Inclusão Digital - LID	15	20	Ensino	Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Psicologia e Sistemas de Informação
Lab. de Informática da CPAC	10	25	Ensino	Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Psicologia e Sistemas de Informação
Lab. de Informática de Sistemas de Informação	50	56	Ensino	Matemática e Sistemas de Informação
Lab. de Informática do CPAN	25	50	Ensino	Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Psicologia e Sistemas de Informação
Lab. de Informática de Educação Física	50	48	Ensino	Educação Física
Lab. de Línguas			Ensino	Letras
Lab. de Pesquisa em Educação Social	45	36	Ensino	Mestrado em Educação
Lab. de Pesquisas e Estudos sobre Infâncias e Crianças - LaPEIC	45	25	Ensino	Psicologia
Lab. de Prática de Ensino de Matemática	40	36	Ensino	Matemática
Lab. de Prática de Ensino do Curso de Letras	40	36	Ensino	Letras
Lab. de Psicologia e Biotério	40	48	Ensino	Psicologia
Lab. de Recursos Audiovisuais de Matemática	40	36	Ensino	Matemática
Lab. de Saúde Mental do Trabalhador	40	30	Ensino	Psicologia
Lab. de Zoologia	35	48	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. Interdisciplinar de Formação de Educadores - LIFE	20	48	Ensino	Interdisciplinar

Continua

Continuação

CPAQ - Câmpus de Aquidauana				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m²)	Utilidade	Cursos atendidos
Base de Pesquisas da Diversidade Étnica e Cultural - BPEC - UT	20	50	Ensino, Pesquisa	Administração, Ciências Biológicas, Geografia - Bacharelado , Geografia - Licenciatura, História, Letras - Português/Espanhol, Letras - Português/Inglês, Letras - Português/ Literatura, Matemática, Pedagogia, Turismo
Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda - BPRAM	80	360	Ensino, Pesquisa	Administração, Ciências Biológicas, Geografia - Bacharelado , Geografia - Licenciatura, História, Letras - Português/Espanhol, Letras - Português/Inglês, Letras - Português/ Literatura, Matemática, Pedagogia e Turismo
Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço	10	50,96	Ensino	Administração, Geografia - Bacharelado, Geografia - Licenciatura, História e Turismo
Centro de Documentação Histórica - CEDHIS	40	80	Ensino	História
Centro de Estudos, Pesquisas e Informações Turísticas - CEPITUR	20	47,61	Ensino	Turismo
Lab. de Pedologia e Botânica	25	51,35	Ensino	Ciências Biológicas e Geografia
Lab. de Cartografia e Topografia	20	89,84	Ensino	Geografia - Bacharelado e Licenciatura
Lab. de Códigos e Linguagens	25	40	Ensino	Letras - Português/Espanhol, Letras - Português/Inglês e Letras - Português / Literatura
Lab. de Cultura Pedagógica	25	42,75	Ensino	Pedagogia
Lab. de Culturas Lúdicas Diversificadas	25	49,58	Ensino	Pedagogia
Lab. de Ensino de Matemática - LEMAQ	15	60	Ensino	Matemática
Lab. de Ensino e Pesquisa em História - LAPHIS	40	40	Ensino	História
Lab. de Estudos em Cultura & Diversidade, Política & Sexualidade -LABDIS	40	40	Ensino, Pesquisa	História e Pedagogia
Lab. de Estudos e Pesquisas em Matemática - LPEM	10	35	Ensino	Matemática
Lab. de Estudos em Cultura e Diversidade, Política e Sexualidade - LABDIS	30	40	Ensino	História

Continua

Continuação

CPAQ - Câmpus de Aquidauana				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Estudos Interculturais Indígenas	40	70,1	Ensino	Administração, Ciências Biológicas, Geografia - Bacharelado , Geografia - Licenciatura, História, Letras - Português/Espanhol, Letras - Português/Inglês, Letras - Português/Literatura, Matemática, Pedagogia, Turismo
Lab. de Geologia	20	49,56	Ensino	Geografia - Bacharelado e Licenciatura
Lab. de Geoprocessamento	20	65,68	Ensino	Ciências Biológicas, Geografia - Bacharelado e Licenciatura, Turismo
Lab. de Hidrologia	25	68,35	Ensino, Pesquisa	Ciências Biológicas, Geografia - Bacharelado e Licenciatura
Lab. de História Indígena	10	15	Ensino, Pesquisa	História
Lab. de Informática	40	108,69	Ensino	Administração, Ciências Biológicas, Geografia - Bacharelado , Geografia - Licenciatura, História, Letras - Português/Espanhol, Letras - Português/Inglês, Letras - Português/Literatura, Matemática, Pedagogia e Turismo
Lab. de Informática (CPAC/PREAE)	10	30	Ensino	Administração, Ciências Biológicas, Geografia - Bacharelado , Geografia - Licenciatura, História, Letras - Português/Espanhol, Letras - Português/Inglês, Letras - Português/Literatura, Matemática, Pedagogia e Turismo
Lab. de Línguas	25	72	Ensino	Administração, Ciências Biológicas, Geografia - Bacharelado, Geografia - Licenciatura, História, Letras - Português/Espanhol, Letras - Português/Inglês, Letras - Português/Literatura, Matemática, Pedagogia, Turismo
Lab. de Microbiologia	15	49,85	Ensino, Pesquisa	Ciências Biológicas
Lab. de Microscopia	15	51,84	Ensino, Pesquisa	Ciências Biológicas
Lab. de Pesquisas Arqueológicas	40	80	Ensino	Ciências Biológicas, Geografia - Bacharelado e Licenciatura e História
Lab. de Planejamento em Turismo - LABTUR	10	20,62	Ensino	Turismo
Herbário Didático	10	34,08	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Prática de Ensino em Ciências Biológicas	15	23,04	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Prática de Ensino em Geografia	20	70,04	Ensino	Geografia - Licenciatura
Lab. de Restauro de Documentos e Fontes Históricas	20	40	Ensino	História
Lab. de Estudos Sismológicos do Pantanal	10	4,87	Ensino	Geografia - Bacharelado e Licenciatura e Matemática

Continua

Continuação

CPAQ - Câmpus de Aquidauana				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Zoologia	25	69,5	Ensino, Pesquisa	Ciências Biológicas
Redes Saberes	20	18	Ensino	Administração, Ciências Biológicas, Geografia - Bacharelado e Licenciatura, História, Letras - Português/Espanhol, Letras - Português/Inglês, Letras - Português/Literatura, Matemática, Pedagogia e Turismo

CPAR - Câmpus de Paranaíba				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Clinica Psicológica	40	430	Ensino	Psicologia
Lab. de Informática	52	71,08	Ensino	Administração, Matemática e Psicologia
Lab. de Informática - CPAC	10	26,55	Ensino	Administração, Matemática Psicologia
Lab. de Psicologia Experimental	15	52,58	Ensino	Psicologia
Lab. de Matemática	15	24,28	Ensino	Matemática

CPCS - Câmpus de Chapadão do Sul				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Tecnologia de Sementes	15	21,67	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal e Mestrado em Agronomia
Lab. de Agricultura de Precisão	12	14,82	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal e Mestrado em Agronomia
Lab. de Banco de Sementes	5	9,6	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal e Mestrado em Agronomia
Lab. de Biotecnologia	15	36,69	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal e Mestrado em Agronomia
Lab. de Ciências Florestais	40	68,79	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal e Mestrado em Agronomia
Lab. de Entomologia	15	33,95	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal e Mestrado em Agronomia
Lab. de Fertilidade do Solo	50	91,06	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal e Mestrado em Agronomia
Lab. de Absorção Atômica	3	8,37	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal e Mestrado em Agronomia
Lab. de Fitopatologia	15	29,54	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal e Mestrado em Agronomia
Lab. de Cromatografia Líquida de Alta Eficiência	3	4,41	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal e Mestrado em Agronomia
Lab. de Informática	30	44,64	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal e Mestrado em Agronomia

Continua

Continuação

CPCS - Câmpus de Chapadão do Sul				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Informática II	30	34,75	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal e Mestrado em Agronomia
Lab. de Fitotecnia	12	14,82	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal e Mestrado em Agronomia
Lab. de Irrigação	12	14,82	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal e Mestrado em Agronomia
Lab. de Microscopia	50	91,06	Ensino	Agronomia e Engenharia Florestal
Lab. de Preparo e Esterilização	10	22,18	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal e Mestrado em Agronomia
Lab. de Topografia e Geomática	15	20,43	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal e Mestrado em Agronomia
Fazenda Experimental (TCCs, Dissertações, Projeto de Pesquisa e Aulas Práticas)	70	250000	Ensino/Pesquisa	Agronomia, Engenharia Florestal, Mestrado em Agronomia

CPCX - Câmpus de Coxim				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Línguas	40	71,08	Ensino	Letras - Português/Espanhol
Lab. de Suporte e Desenvolvimento	10	13,27	Extensão	Sistemas de Informação
Museu Henrique Spengler	10	73,02	Extensão	História
Lab. de Práticas de Saúde I	30	79,1	Ensino	Enfermagem
Lab. de Práticas de Saúde II	20	39,7	Ensino	Enfermagem
Lab. de Práticas de Saúde III	20	39,7	Ensino	Enfermagem
Lab. de Práticas de Saúde IV	25	50,7	Ensino	Enfermagem
Lab. de Práticas de Saúde V	20	39,7	Ensino	Enfermagem
Lab. de Práticas de Saúde VI	5	17,65	Ensino	Enfermagem
Lab. de Práticas de Saúde VIII	5	15,59	Ensino	Enfermagem
Lab. de Práticas de Saúde VII	5	16,5	Ensino	Enfermagem

CPNA - Câmpus de Nova Andradina				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Informática	42	76,55	Ensino	Administração, Geografia, História e Gestão Financeira

CPNV - Câmpus de Naviraí				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Informática	40	78	Ensino	Ciências Sociais - Licenciatura e Pedagogia - Licenciatura

CPPP - Câmpus de Ponta Porã				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Ensino e Pesquisa Matemática	30	54	Ensino, Pesquisa e Extensão	Matemática - Licenciatura
Lab. de Informática 1	40	54	Ensino e Extensão	Ciência da Computação, Matemática - Licenciatura, Sistemas de Informação e Pedagogia
Lab. de Informática 2	40	54	Ensino e Extensão	Ciência da Computação, Matemática - Licenciatura, Sistemas de Informação e Pedagogia
Lab. de Robótica de Ponta Porã	20	54	Ensino, Pesquisa e Extensão	Ciência da Computação, Matemática - Licenciatura, Sistemas de Informação e Pedagogia
Lab. de Pedagogia	30	54	Ensino, Pesquisa e Extensão	Matemática - Licenciatura e Pedagogia

CPTL - Câmpus de Três Lagoas				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Escritório de Apoio Jurídico	15	60	Ensino	Direito
Herbário	15	90	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Alfabetização, Letramento e Matemática	15	30	Ensino	Pedagogia
Lab. de Anatomia	30	88,5	Ensino	Enfermagem
Lab. de Apoio I	2	8,14	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Cartografia e Sensoriamento Remoto	30	48,6	Ensino	Geografia
Lab. de CitoGenética	20	43,46	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Ecologia de Sementes	10	31,28	Ensino	Ciências Biológicas

Continua

Continuação

CPTL - Câmpus de Três Lagoas				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Ecologia, Sistemática e Conservação de Aves Neotropicais	10	31,59	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Educação Ambiental - GEA	15	21,6	Ensino	Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia de Produção, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Sistemas de Informação
Lab. de Ensino	30	75,11	Ensino	Ciências Biológicas, Enfermagem e Engenharia de Produção
Lab. de Ensino de Biologia	20	49,9	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Ensino de Matemática	20	55,8	Ensino	Matemática
Lab. de Estudos Ambientais	20	70	Ensino	Ciências Biológicas e Geografia
Lab. de Estudos Ambientais - LABORAN	20	86	Ensino	Ciências Biológicas e Geografia
Lab. de Estudos Regionais - LABER	10	34,5	Ensino	Geografia
Lab. de Estudos Urbanos e do Território	15	20,7	Ensino	Geografia
Lab. de Farmacologia e Genética Humana	20	30,74	Ensino	Ciências Biológicas e Enfermagem
Lab. de Fisiologia	30	67,42	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Fixação Biológica de Nitrogênio	2	5,65	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Genética e Biometria	10	24,6	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Genética Molecular e Microorganismos / Biotecnologia	20	67,05	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Geologia	40	60,07	Ensino	Ciências Biológicas, Geografia e História
Lab. de Ictiologia	20	31,28	Ensino	Ciências Biológicas
Lab. de Informática I	10	12,8	Ensino	Letras e Pedagogia
Lab. de Informática II	20	56	Ensino	Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia de Produção, Geografia, História, Matemática e Sistemas de Informação
Lab. de Informática III	30	56	Ensino	Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia de Produção, Geografia, História, Matemática e Sistemas de Informação

Continua

Continuação

CPTL - Câmpus de Três Lagoas				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Informática IV - CEPAC	15	43,72	Ensino	Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia de Produção, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Sistemas de Informação
Lab. de Línguas	25	94,21	Ensino	Letras
Lab. de Microscopia	30	75,56	Ensino	Ciências Biológicas, Enfermagem e Geografia
Lab. de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos	15	27,6	Ensino	Ciências Biológicas e Geografia
Lab. de Reprodução Animal	15	43,72	Ensino	Ciências Biológicas e Enfermagem
Lab. de Semiologia	30	117,72	Ensino	Enfermagem
Lab. de Zoologia	30	85,12	Ensino	Ciências Biológicas
Núcleo de Documentação Histórica	15	71,17	Ensino	Geografia, História e Pedagogia
Prática de Ensino de Geografia	25	37,63	Ensino	Geografia
Programa de Educação Tutorial - PET	15	36	Ensino	Geografia

FACOM - Faculdade de Computação				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Engenharia de Software - LEDES	20	58,2	Ensino, Pesquisa e Extensão	Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Site, Tecnologia em Redes de Computadores, Mestrado Acadêmico e Profissional
Lab. de Ensino I	80	158,9	Ensino	Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Site, Tecnologia em Redes de Computadores, Mestrado Acadêmico e Profissional
Lab. de Ensino II	50	82,7	Ensino	Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Site, Tecnologia em Redes de Computadores, Mestrado Acadêmico e Profissional
Lab. de Ensino III	42	76,2	Ensino	Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Site, Tecnologia em Redes de Computadores, Mestrado Acadêmico e Profissional

Continua

Continuação

FACOM - Faculdade de Computação				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Ensino IV - Redes e Microeletrônica	32	68	Ensino	Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Site, Tecnologia em Redes de Computadores, Mestrado Acadêmico e Profissional
Lab. de Pesquisa I - LATEC	24	44,6	Pesquisa	Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sites, Tecnologia em Redes de Computadores
Lab. de Pesquisa II - LIA	20	44,7	Pesquisa	Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sites, Tecnologia em Redes de Computadores
Lab. de Pesquisa III - LSCAD	20	34,5	Pesquisa	Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sites, Tecnologia em Redes de Computadores
Lab. de Pesquisa IV- Pós-Graduação	20	14,7	Ensino e Pesquisa	Mestrado Profissional e Acadêmico
Lab. de Pesquisa V- Pós-Graduação	24	16,1	Ensino e Pesquisa	Doutorado

FADIR - Faculdade de Direito				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m²)	Utilidade	Cursos atendidos
Práticas Jurídicas	-	270	Ensino	Direito

FAENG - Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Eletrônica (Digital e Analógica) e Circuitos Elétricos (CC e CA) - LABLEC	9	36	Ensino	Engenharia Elétrica e Tecnologia em Eletrotécnica Industrial
Lab. de Máquinas Elétricas Gigantes e Transformadores - LABMAQ	15	50	Ensino	Engenharia Elétrica e Tecnologia em Eletrotécnica Industrial
Lab. de Materiais e Comandos Elétricos - LABMEC	9	36	Ensino	Engenharia Elétrica e Tecnologia em Eletrotécnica Industrial
Lab. de Controladores Lógicos Programáveis e Automação Industrial - LABLAI	9	36	Ensino, Pesquisa, Extensão	Engenharia Elétrica e Tecnologia em Eletrotécnica Industrial

Continua

Continuação

FAENG - Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Eficiência Energética em Sistemas Motrizes - LAMOTRIZ	9	36	Ensino, Pesquisa, Extensão	Engenharia Elétrica, Tecnologia em Eletrotécnica Industrial e Engenharia de Produção
Lab. de Modelagem e Simulação de Sistemas Elétricos - LAMOSSE	5	20	Pesquisa	Engenharia Elétrica e Tecnologia em Eletrotécnica Industrial
Lab. de Sistemas Embarcados - LABSEM	5	18	Pesquisa, Extensão	Engenharia Elétrica e Tecnologia em Eletrotécnica Industrial
Lab. de Inteligência Artificial, Eletrônica de Potência e Eletrônica Digital - BATLAB	20	500	Pesquisa, Extensão	Engenharia Elétrica e Tecnologia em Eletrotécnica Industrial
Canteiro Experimental	30	300	Ensino, Pesquisa, Extensão	Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil
Lab. de Pesquisa e Documentação em Arquitetura e Urbanismo - AU.doc	12	60	Ensino, Pesquisa, Extensão	Arquitetura e Urbanismo (Obs: aberto a todos os cursos da UFMS e ao público externo)
Lab. Experimental de Arquitetura e Urbanismo - LEX	10	48	Extensão	Arquitetura e Urbanismo
Lab. de Estudos Urbanos e da Paisagem - LUP	24	72	Ensino, Pesquisa	Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Engenharia Ambiental e Botânica
Lab. de Conforto Ambiental - LABCON	24	72	Ensino, Pesquisa	Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Engenharia Ambiental
Lab. de Tecnologias - LABTEC	24	72	Ensino, Pesquisa	Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil
Lab. de Maquetes - LABMAQ	15	36	Ensino, Pesquisa	Arquitetura e Urbanismo
Lab. de Eficiência Energética e Hidráulica no Saneamento - LENHS	25	436	Ensino, Pesquisa, Extensão	Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Tecnológico em Saneamento Ambiental, Tecnológico em Construção de Edifícios, Pós-graduação em Tecnologia Ambiental e Pós-graduação em Eficiência Energética e Sustentabilidade
Lab. de Qualidade de Água - LAQUA	25	417	Ensino, Pesquisa, Extensão	Engenharia Ambiental, Tecnológico em Saneamento Ambiental e Pós-graduação em Tecnologia Ambiental
Lab. de Tecnologia e Tratamento de Efluentes da Agroindústria	12	44	Ensino, Pesquisa, Extensão	Engenharia Ambiental e Pós-graduação em Tecnologia Ambiental
Laboratório de Desenvolvimento de Protótipos e Análise de Ciclo de Vida	15	45	Ensino, Pesquisa, Extensão	Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Tecnológico em Saneamento Ambiental e Pós-graduação em Tecnologia Ambiental

Continua

Continuação

FAENG - Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Sedimentologia - Heros	10	110	Ensino, Pesquisa, Extensão	Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Tecnológico em Saneamento Ambiental e Pós-graduação em Tecnologia Ambiental
Lab. de Limnologia - LABLIM	10	27,5	Ensino, Pesquisa, Extensão	Engenharia Ambiental e Pós-graduação em Tecnologia Ambiental
Lab. de Mecânica dos Solos - LMS	100	110	Ensino, Pesquisa, Extensão	Engenharia Civil, Engenharia Ambiental, Tecnologia em Construção de Edifícios e Arquitetura e Urbanismo
Lab. de Estradas - LEST	15	30	Ensino, Pesquisa, Extensão	Engenharia Civil e Engenharia Ambiental
Lab. de Topografia - LABTOP	40	52	Ensino, Pesquisa, Extensão	Engenharia Civil, Engenharia Ambiental, Tecnologia em Construção de Edifícios, Arquitetura e Urbanismo, Tecnologia em Saneamento Ambiental e Geografia
Lab. de Estruturas - LABEST	40	80	Ensino, Pesquisa, Extensão	Engenharia Civil
Metrologia Industrial e Científica	7	10	Pesquisa	Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica e Engenharia Civil
Lab. de Eficiência Energética	15	52	Ensino, Pesquisa	Engenharia de Produção e Engenharia Elétrica
Lab. de Estudos Rurais e Regionais - LER	20	50	Ensino, Pesquisa, Extensão	Geografia, Ciências Sociais e Mestrado em Ensino de Ciências
Lab. de Planejamento e Gestão do Território - LAPA	20	30	Ensino, Pesquisa, Extensão	Geografia, Engenharia Civil, Tecnologia em Saneamento Ambiental e Engenharia Ambiental
Lab. de Geocologia - GEOECO	3	15	Pesquisa	Geografia
Lab. de Geoprocessamento para Aplicações Ambientais - LABGIS	20	50	Ensino, Pesquisa, Extensão	Geografia, Engenharia Ambiental, Ecologia, Pós Graduação em Tecnologias Ambientais e Engenharia Civil.
Lab. de Análise e Desenvolvimento de Edificações - LADE	3	34	Pesquisa	Tecnologia em Construção de Edifícios, Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo e Mestrado em Eficiência Energética
Lab. de Materiais de Construção Civil - LMCC	15	396	Ensino, Pesquisa	Tecnologia em Construção de Edifícios, Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo e Mestrado em Eficiência Energética
Lab. de Pesquisa e Desenvolvimento de Hardware e Software para o Saneamento Ambiental - RESAN	10	51	Ensino, Pesquisa, Extensão	Tecnologia em Saneamento Ambiental, Tecnologia em Construção de Edifícios, Engenharia Ambiental, Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais e Mestrado em Eficiência Energética
Lab. de Pesquisa e Desenvolvimento em Dinâmica dos Fluidos - SCF	20	51	Ensino, Pesquisa	Tecnologia em Saneamento Ambiental, Tecnologia em Construção de Edifícios, Engenharia Ambiental, Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais e Mestrado em Eficiência Energética.

Continua

Continuação

FAENG - Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Geologia	25	72	Ensino, Extensão	Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Geografia, Biologia, Química e Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais

FAMED - Faculdade de Medicina				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Metabolismo e Nutrição	5	25	Pesquisa	Medicina
Lab. de Pesquisa em Pediatria	5	25	Pesquisa	Medicina
Lab. de Técnicas Cirúrgicas	5	25	Ensino	Medicina
Lab. Molecular Celular em Pediatria (LMCP)	5	25	Pesquisa	Medicina
Lab. Carcinogênese	5	15	Pesquisa	Medicina
Lab.: Estudos de Célula Tronco	5	25	Pesquisa	Medicina
Lab. de Metabolismo Mineral e Biomateriais	5	25	Pesquisa	Medicina
Lab. de Purificação de Proteínas e suas Funções Biológicas	5	25	Pesquisa	Medicina

FAMEZ - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Centro Cirúrgico Pequenos Animais	15	198	Ensino	Medicina Veterinária
Centro Cirúrgico Grandes Animais	20	192	Ensino	Medicina Veterinária
Clínica Médica Pequenos Animais	10	310	Ensino	Medicina Veterinária
Clínica Médica Grandes Animais	20	72	Ensino	Medicina Veterinária
Estação Experimental de Piscicultura	20	250	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Fazenda Escola	80	3500000	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia

Continua

Continuação

FAMEZ - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. Experimental em Ciência Aviária	20	260	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Informática	10	54	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Lab. Apícola	20	54	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Lab. de Anatomia Patológica	20	90	Ensino	Medicina Veterinária
Lab. de Doenças Bacterianas e Micóticas	20	54	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Lab. de Biologia Molecular	20	54	Ensino	Medicina Veterinária
Lab. de Biotecnologia da Reprodução	20	114	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Lab. de Doenças Parasitárias	20	54	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Lab. de Microscopia	20	54	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Lab. de Nutrição Animal	20	54	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Lab. de Parasitologia de Peixes	10	72	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Lab. de Patologia Clínica	20	108	Ensino	Medicina Veterinária
Lab. de Reprodução Animal	20	108	Ensino	Medicina Veterinária
Lab. de Reprodução Assistida	20	80	Ensino	Medicina Veterinária
Setor de Diagnóstico por Imagem	20	96	Ensino	Medicina Veterinária
Lab. de Epidemiologia Veterinária	15	54	Ensino	Medicina Veterinária
Setor de Obstetrícia Veterinária	15	45	Ensino	Medicina Veterinária
Setor de Bovinocultura de Corte	20	1640000	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Setor de Bovinocultura de Leite	20	146.000	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Setor de Ovinocultura	20	120.000	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Setor de Suinocultura	20	51.900	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Setor de Equideocultura	20	154.000	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Setor de Forragicultura	20	31.500	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Setor de Técnica Cirúrgica e Anestesiologia	16	71	Ensino	Medicina Veterinária

Continua

Continuação

FAMEZ - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. Análise de Alimentos I	10	72	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Lab. Análise de Alimentos II	10	114	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia
Lab. Metabolismo Animal	10	500	Ensino	Medicina Veterinária e Zootecnia

FAODO - Faculdade de Odontologia				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Dentística Restauradora	20	74,7	Ensino	Odontologia
Lab. de Materiais Dentários	20	92,7	Ensino	Odontologia
Lab. de Ortodontia	20	92,7	Ensino	Odontologia
Lab. de Patologia	20	18,0	Ensino	Odontologia
Lab. de Periodontia e Endodontia	20	92,7	Ensino	Odontologia
Lab. de Pesquisa	20	92,7	Ensino	Odontologia
Lab. de Radiologia	40	74,7	Ensino	Odontologia
Clínica Odontológica 1	11	94,5	Ensino	Odontologia
Clínica Odontológica 2	19	151,2	Ensino	Odontologia
Clínica Odontológica 3	12	94,5	Ensino	Odontologia
Clínica Odontológica 4	19	151,2	Ensino	Odontologia
Clínica Odontológica 5	4	18,0	Ensino	Odontologia
Clínica Odontológica 6	6	36,9	Ensino	Odontologia
Clínica Odontológica 7	20	151,2	Ensino	Odontologia
Centrinho	11	101,9	Ensino	Odontologia
Lab. de Informática	21	36,9	Ensino	Odontologia

Continua

Continuação

INFI - Instituto de Física				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. Didático 1	18	67,33	Ensino	Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Física - Bacharelado e Licenciatura, Química e Licenciatura
Lab. Didático 2	18	62,88	Ensino	Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Física - Bacharelado, Física - Licenciatura, Química - Bacharelado, Química - Licenciatura, Tecnologia em Construção de Edifícios
Lab. Didático 3	12	45,04	Ensino	Engenharia Ambiental, Engenharia Civil (D), Engenharia Civil (N), Engenharia de Computação, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Física - Bacharelado e Licenciatura, Química - Bacharelado e Licenciatura
Lab. Didático 4	12	77,96	Ensino	Física - Bacharelado e Licenciatura
DemoLab	6	17,84	Ensino	Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Física - Bacharelado e Licenciatura, Química - Bacharelado, e Licenciatura
Oficina Experimental	3	8,5	Ensino e Extensão	Física Licenciatura e Bacharelado
Lab. de Ótica e Fotônica	20	99	Pesquisa	Física - Bacharelado e Licenciatura e Química - Bacharelado e Licenciatura
Lab. de Câmara Seca	20	58	Pesquisa	Física - Bacharelado e Licenciatura, Engenharia Civil e Engenharia Elétrica
Lab. de Catálise e Materiais Funcionais	6	50,2	Pesquisa	Física - Bacharelado e Licenciatura, Engenharia Civil
Lab. de Energias Alternativas	18	64,16	Pesquisa	Física - Bacharelado e Licenciatura, Engenharia Civil e Engenharia Elétrica
Lab. de Nanomateriais e Nanoestruturas	12	146	Pesquisa	Física - Bacharelado e Licenciatura e Química - Bacharelado e Licenciatura
Lab. PET - MATERIAIS	12	41	Ensino, Pesquisa e Extensão	Física - Bacharelado e Licenciatura e Engenharia Civil
Lab. de Microscopia Eletrônica	6	38	Ensino, Pesquisa e Extensão	Todos os cursos da UFMS
Lab. de Astronomia	16	52	Ensino, Pesquisa e Extensão	Todos os cursos da UFMS
Lab. GINPEC	18	54	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura, Física - Licenciatura e Química - Licenciatura
Lab. LAPEC	12	36	Ensino e Pesquisa	Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura, Física - Licenciatura e Química - Licenciatura

Continua

Continuação

INFI - Instituto de Física				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. PIBID - FÍSICA	12	36	Pesquisa, Ensino e Extensão	Física - Licenciatura
Lab. de Informática - Unidade V	50	74,7	Ensino, Pesquisa e Extensão	Todos os cursos da UFMS
Modelagem e Simulação Computacional em Física e Sismologia	18	51,04	Ensino e Pesquisa	Engenharia Ambiental, Farmácia, Física - Bacharelado e Licenciatura, Química - Bacharelado e Licenciatura e Geografia (Sismologia)
Lab. de Física da Atmosfera	18	51,04	Pesquisa e Extensão	Física - Bacharelado e Licenciatura, Engenharia Ambiental e Engenharia Elétrica
Casa da Ciência de Campo Grande	30	278	Divulgação Científica	Todos os cursos da UFMS e comunidade em geral
Telecentro da Casa da Ciência	50	18	Ensino, Pesquisa e Extensão	Todos os cursos da UFMS e comunidade em geral
Oficina Mecânica da Casa da Ciência	8	65	Ensino, Pesquisa e Extensão	Todos os cursos da UFMS
Oficina de Brinquedos Educativos	16	20	Ensino, Pesquisa e Extensão	Todos os cursos da UFMS e comunidade em geral

INMA - Instituto de Matemática				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Computação Simbólica - LCS	35	48	Ensino	Matemática e Pós-graduação em Educação Matemática
Lab. de Ensino de Matemática - LEMA	45	54	Ensino	Matemática e Pós-graduação em Educação Matemática

INQUI - Instituto de Química				
Nome do Laboratório	Capacidade de Alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos Atendidos
Lab. de Ensino1 - LE1	20	117	Ensino	Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Farmácia, Física - Bacharelado e Licenciatura, Química - Bacharelado e Licenciatura
Lab. de Ensino2 - LE2	20	117	Ensino	Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Farmácia, Física - Bacharelado e Licenciatura, Química - Bacharelado e Licenciatura

Continua

Continuação

INQUI - Instituto de Química				
Nome do Laboratório	Capacidade de Alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos Atendidos
Lab. de Ensino3 - LE3	20	117	Ensino	Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Farmácia, Física - Bacharelado e Licenciatura, Química - Bacharelado e Licenciatura
Lab. de Ensino4 - LE4	20	117	Ensino	Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Farmácia, Física - Bacharelado e Licenciatura, Química - Bacharelado e Licenciatura
Lab. de Química Tecnológica	20	53	Ensino	Química – Bacharelado
Lab. Ensino p/ Área de Tecnologia	20	51	Ensino	Área de Tecnologia

PROPP - Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m ²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Higienização - Museu de Arqueologia (MuArq)	10	20	Pesquisa	Pós-Graduação: Estudos Fronteiriços, Enfermagem, Geografia e Química. Graduação: Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Enfermagem, Geografia, História, Pedagogia e Química. As atividades desenvolvidas nesse laboratório contemplam aulas práticas e projetos de pesquisa
Lab. de Geoprocessamento (Mapoteca) - Museu de Arqueologia (MuArq)	10	15	Pesquisa	Pós-Graduação: Estudos Fronteiriços, Enfermagem, Geografia, Química e Tecnologias Ambientais. Graduação: Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Enfermagem, Geografia, História, Pedagogia e Química. As atividades desenvolvidas nesse laboratório contemplam aulas práticas e projetos de pesquisa
Reserva técnica - Museu de Arqueologia (MuArq)	10	15	Pesquisa	Pós-Graduação: Estudos Fronteiriços, Enfermagem, Geografia e Química. Graduação: Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Enfermagem, Geografia, História, Pedagogia e Química. As atividades desenvolvidas nesse laboratório contemplam aulas práticas e projetos de pesquisa
Lab. de Análise e Numeração de Peças	10	15	Pesquisa	Pós-Graduação: Estudos Fronteiriços, Enfermagem, Geografia e Química. Graduação: Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Enfermagem, Geografia, História, Pedagogia e Química. As atividades desenvolvidas nesse laboratório contemplam aulas práticas e projetos de pesquisa
Lab. de Biologia Geral - Base de Estudos do Pantanal (BEP)	20	38	Ensino	Pós-Graduação: Agronomia, Biologia Vegetal, Biologia Animal, Ciência Animal, Ecologia e Conservação, Farmácia e Tecnologias Ambientais. Graduação: Biologia, Engenharia Ambiental, Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia

Continua

Continuação

PROPP - Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação				
Nome do laboratório	Capacidade de alunos	Área (m²)	Utilidade	Cursos atendidos
Lab. de Geoprocessamento - Base de Estudos do Pantanal (BEP)	6	15	Ensino	Pós-Graduação: Agronomia, Biologia Vegetal, Biologia Animal, Ciência Animal, Ecologia e Conservação, Estudos Fronteiriços, Geografia e Tecnologias Ambientais. Graduação: Biologia, Engenharia Ambiental, Agronomia, Geografia, Medicina Veterinária e Zootecnia
Lab. de Recursos Pesqueiros - Base de Estudos do Pantanal (BEP)	6	15	Ensino	Pós-Graduação: Agronomia, Biologia Vegetal, Biologia Animal, Ciência Animal, Ecologia e Conservação, Estudos Fronteiriços, Farmácia, Geografia e Tecnologias Ambientais. Graduação: Biologia, Engenharia Ambiental, Agronomia, Geografia, Veterinária, Zootecnia.
Lab. de Ecologia - Base de Estudos do Pantanal (BEP)	5	13	Ensino	Pós-Graduação: Agronomia, Biologia Vegetal, Biologia Animal, Ciência Animal, Ecologia e Conservação, Farmácia e Tecnologias Ambientais. Graduação: Biologia, Engenharia Ambiental, Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia
Ambulatório Médico-Odontológico - Base de Estudos do Pantanal (BEP)	16	160	Ensino	Prioritariamente bolsistas de iniciação científica dos cursos de graduação em Medicina, Odontologia, Enfermagem e Farmácia
Reserva Técnica - Museu de Arqueologia (MuArq)	10	15	Pesquisa	Pós-Graduação: Estudos Fronteiriços, Enfermagem, Geografia e Química. Graduação: Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Enfermagem, Geografia, História, Pedagogia e Química. As atividades desenvolvidas nesse laboratório contemplam aulas práticas e projetos de pesquisa
Lab. de Produção 1	5	10	Produção	Empresas incubadas na Pantanal Incubadora Mista de Empresas (PIME)
Lab. de Produção 2	5	10	Produção	Empresas incubadas na Pantanal Incubadora Mista de Empresas (PIME)
Lab. de Produção 3	5	10	Produção	Empresas incubadas na Pantanal Incubadora Mista de Empresas (PIME)
Lab. de Produção 4	5	10	Produção	Empresas incubadas na Pantanal Incubadora Mista de Empresas (PIME)
Lab. de Produção 5	5	10	Produção	Empresas incubadas na Pantanal Incubadora Mista de Empresas (PIME)
Espaço Empreendedor - Complexo Multiuso Dercir Pedro de Oliveira	15	26	Ensino	Cursos de graduação que contam com empresas juniores regularmente constituídas ou em fase de implantação

Fonte: Unidades de Administração Central e Setorial.
Elaboração: DINS/CPI/PROPLAN.

Tabela 18: Infraestrutura do Núcleo Hospital Universitário

Instalações	N.º Pavimentos	Área (m²)	Situação atual
BLOCO A (Nefrologia, Ecocardiograma, Angiografia, Raios X, Cirúrgica II e II, Farmácia)	1	2520,49	Necessita de reformas básicas e revitalização
BLOCO B (Pulsoterapia, Seção de Órtese e Prótese, Centro Cirúrgico, Cirúrgica I e Radioterapia)	1	2172,81	Setor de pulsoterapia necessita de reformas básicas e revitalização
BLOCO C (Patologia, CME, PAM)	1	1043,65	Patologia aguardando recursos do REHUF, CME já será iniciada
BLOCO D (Antigo PAM - Hospital Dia Provisório, Clínica Médica, Lavanderia, UTI Neo, Banco de Leite, Centro Obstétrico e Maternidade)	2	4414,16	UTI Neo, Banco de Leite e Lavanderia com reformas em andamento; Centro Obstétrico e Maternidade necessitam de reformas básicas e revitalização
BLOCO E (CTI Ped e adulto e UCO-RC-PO, DIP, Enfermaria de Pediatria)	3	2753,31	Enfermaria de Pediatria em reforma; UCO necessita de reformas básicas
BLOCO F (Administração)	2	1585,76	Necessita de algumas reformas básicas e adequações estruturais
BLOCO G (Ambulatório Geral)	2	3751,08	Aguardando aprovação de projeto de reforma com recursos do REHUF
BLOCO H (Ambulatório de Pediatria)	1	316,10	Necessita de reformas básicas e revitalização
BLOCO I (Hemonúcleo - Banco de Sangue)	1	419,89	Adequado
BLOCO J (Almoxarifado)	1	484,00	Necessita urgentemente de ampliação
BLOCO K (Laboratório)	1	895,13	Necessita de reforma e ampliação
TRECHO 4 (Setor de Manutenção)	1	2229,56	Aguardando aprovação de projeto de reforma com recursos do REHUF
ANEXO 3 (Prédio da Farmácia - entrada do Hospital)	1	275,00	
HOSPITAL DIA	1	460,20	Reforma paralisada - aguardando parecer da procuradoria jurídica para rescisão - empreiteiro desistiu da obra e não há segundo colocado na licitação
Área Total		23.321,14	

Fonte: NHU.

Elaboração: DINS/CPI/PROPLAN.

Tabela 19: Infraestrutura dos setores específicos do Núcleo Hospital Universitário

Serviços/setores	Salas	Consultórios	Leitos	Quantidade de equipamentos	Cursos que atendem
Anatomia Patológica	09	-	-	16	Enfermagem e Medicina
Banco de Leite	01	-	-	25	Nutrição
Cardiologia (eletro/teste esforço/eco)	02	-	-	04	Enfermagem e Medicina
Eletroencefalografia	01	-	-	01	Enfermagem e Medicina
Endoscopia	03	-	-	05	Enfermagem e Medicina
Fisioterapia	10	-	-	22	Fisioterapia
Fonoaudiologia	02	-	-	02	Fonoaudiologia
Hemodinâmica	01	-	-	01	Medicina
Patologia Clínica (Laboratório)	10	-	-	33	Farmácia Bioquímica
Pneumologia	07	-	-	10	Enfermagem e Medicina
Radiologia	07	-	-	05	Medicina
Tomografia	03	-	-	01	Medicina
Ultrassonografia	02	-	-	04	Enfermagem e Medicina
Unidade Renal	05	01	-	14	Enfermagem e Medicina
Litotripsia	01	-	-	03	Enfermagem e Medicina
Enfermarias Diversas	-	-	190	40	Enfermagem e Medicina
Centros de Tratamento Intensivo	-	-	27	50	Enfermagem e Medicina
Unidade Intermediária	-	-	12	-	Enfermagem e Medicina
Pronto Atendimento	-	05	15	30	Enfermagem e Medicina
Hospital Dia	-	06	12	14	Enfermagem e Medicina
Ambulatórios	-	81	-	-	Enfermagem e Medicina
Caldeira	01	-	-	02	-
Centro Cirúrgico	16	-	-	58	Enfermagem e Medicina
Centro de Materiais	07	-	-	05	Enfermagem e Medicina
Centro Obstétrico	05	-	-	25	Enfermagem e Medicina
Costura	01	-	-	11	-
Informática	02	-	-	10	-

Continua

Continuação

Serviços/setores	Salas	Consultórios	Leitos	Quantidade de equipamentos	Cursos que atendem
Lavanderia	03	-	-	11	-
Nutrição	05	-	-	27	Nutrição
Transporte	01	-	-	05	-

Fonte: NHU.

Elaboração: DINS/CPI/PROPLAN.

9.3 Inovações tecnológicas significativas

A rede de comunicação de dados da UFMS desenvolve um papel fundamental no ensino e na pesquisa, pois fornece acesso rápido a fontes de informações atualizadas. Durante os últimos anos, o *backbone* da UFMS em Campo Grande foi reestruturado e expandido com conexões de fibra ótica, que possibilitaram velocidades maiores em várias sub-redes. Em particular, foi fechado o anel central de fibra ótica que interliga o Núcleo de Informática aos Centros de Ciências Humanas e Sociais, de Ciências Biológicas e da Saúde e à Biblioteca Central, permitindo caminhos redundantes e tornando a rede mais resistente a falhas. Os setores mais distantes do Núcleo de Informática, como Pró-reitorias, Núcleo Hospital Universitário, CGM, entre outros, estão todos ligados à rede por fibra ótica, com conexões que variam de 100Mbps a 1Gbps.

Todos os câmpus estão ligados à Capital com *links* dedicados de pelo menos 1Mbps. No caso dos câmpus maiores, os *links* são de pelo menos 4Mbps. Com essa nova infraestrutura, é possível a implantação de projetos de videoconferência e colaboração entre os câmpus da UFMS e entre a UFMS e outras instituições. A conexão da UFMS com a RNP também foi ampliada de maneira significativa, passando de 34Mbps para 155Mbps. O Núcleo de Informática disponibilizou um serviço de Virtual Private Network - VPN que permite acesso aos periódicos da Capes à comunidade da UFMS de qualquer ponto da Internet e não somente dentro do câmpus como vinha acontecendo.

Cabe salientar que a rede da UFMS possui mais de quatro mil estações de trabalho, 40 servidores de Internet e mais de 200 *switches* de rede. Além disso, são disponibilizados inúmeros serviços de rede, como, por exemplo, mais de três mil contas de e-mail, *sites* institucionais para a maioria das unidades administrativas e acadêmicas da Instituição e um serviço contínuo de monitoramento da rede para detecção e prevenção de incidentes de segurança.

Ainda do ponto de vista de comunicação de dados, a UFMS lidera o Projeto Redecomep de Campo Grande. Este projeto tem por objetivo construir uma rede de fibra ótica de alta velocidade para interligar todas as entidades de ensino e pesquisa da capital. Também possibilitará acesso dos órgãos do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e da Prefeitura Municipal de Campo Grande.

O Núcleo Hospital Universitário está participando do Projeto Rede Universitária de Telemedicina (RUTE) que utiliza a rede da UFMS e a Internet para viabilizar a prática da Telemedicina.

A Telemedicina possibilita atividades remotas entre participantes e vem ganhando bastante destaque no cenário nacional. As principais atividades desenvolvidas nesse projeto são telediagnóstico, segunda opinião, grupos de interesses especiais e colaborações na área médica.

Com relação ao apoio à gestão dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, estão sendo desenvolvidos novos sistemas *Web* para migrar os antigos sistemas desenvolvidos em plataforma cliente/servidor. Os novos sistemas estão sendo desenvolvidos dentro de uma política de integração entre as bases de dados para evitar problemas de inconsistências observados nos sistemas fragmentados que estão em operação na Instituição. A plataforma de extensão está em operação e serve de modelo para diversas instituições do país, além de ter sido adotada pelo MEC para gerenciamento de seus projetos. Hoje, a UFMS possui licenças devidamente legalizadas para os principais *softwares* utilizados nos computadores, como sistemas operacionais, antivírus e aplicativos de escritório. Com essa iniciativa, foi possível reduzir significativamente os incidentes de segurança, como proliferação de vírus, e também evitar problemas de ilegalidades com *softwares* piratas nos computadores.

9.4 Bibliotecas

Acervo por área de conhecimento

Livros

Tabela 20: Demonstrativo da evolução do acervo de livros

Tipo	Área de conhecimento CNPq	2010	2011	2012	2013
		Acervo	Acervo	Acervo	Acervo
Livros	Ciências Exatas e da Terra	26.897	30.023	31.380	36.793
	Ciências Biológicas	15.163	16.790	17.490	19.184
	Engenharia / Tecnologia	7.267	7.372	7.793	8.822
	Ciências da Saúde	20.304	24.730	26.542	29.383
	Ciências Agrárias	6.181	6.426	6.769	8.006
	Ciências Sociais e Aplicadas	60.629	61.392	66.802	80.583
	Ciências Humanas	102.022	105.025	110.844	123.041
	Linguísticas, Letras e Artes	37.699	40.150	41.715	43.536
TOTAL		276.162	291.908	309.335	349.348

Fonte: CBC/PREG.
Elaboração: CBC/PREG.

Tabela 21:
Demonstrativo das necessidades dos cursos existentes até 2014 – área de conhecimento

Tipo	Área de conhecimento CNPq	Quantidade atual ano 2013		Meta de crescimento de exemplares (acervo)					
		Títulos	Exemplares (acervo)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Livros	Ciências Exatas e da Terra	11.839	36.793	31.273	2.210	2.210	2.210	2.210	2.210
	Ciências Biológicas	6.002	19.184	20.380	981	981	981	981	981
	Engenharia e Tecnologia	3.155	8.822	13.518	1.377	1.377	1.377	1.377	1.377
	Ciências da Saúde	10.182	29.383	24.880	655	655	655	655	655
	Ciências Agrárias	3.016	8.006	10.032	301	301	301	301	301
	Ciências Sociais e Aplicadas	31.347	80.583	64.771	3.313	3.313	3.313	3.313	3.313
	Ciências Humanas	52.407	123.041	103.593	2.402	2.402	2.402	2.402	2.402
	Linguística, Letras e Artes	22.053	43.536	47.740	1.314	1.314	1.314	1.314	1.314
TOTAL				316.187	12.553	12.553	12.553	12.553	12.553

Fonte: CBC/PREG. Elaboração: CBC/PREG.

Tabela 22: Demonstrativo das necessidades dos novos cursos - área de conhecimento

Tipo	Área de conhecimento CNPq	Quantidade atual / ano 2013		Meta de crescimento de exemplares (acervo)				
		Títulos	Exemplares (acervo)	2015	2016	2017	2018	2019
Livros	Ciências Exatas e da Terra	11.839	36.793	938	568	517	470	427
	Ciências Biológicas	6.002	19.184	387	235	213	194	176
	Engenharia e Tecnologia	3.155	8.822	811	491	447	406	369
	Ciências da Saúde	10.182	29.383	238	144	131	119	109
	Ciências Agrárias	3.016	8.006	373	226	205	187	170
	Ciências Sociais e Aplicadas	31.347	80.583	943	571	519	472	429
	Ciências Humanas	52.407	123.041	1.280	776	705	641	583
	Linguística, Letras e Artes	22.053	43.536	0	0	0	0	0
TOTAL				4.970	3.012	2.738	2.489	2.263

Fonte: CBC/PREG. Elaboração: CBC/PREG.

Tabela 23: Relação de periódicos

Acervo de periódicos							
Tipo	Área de conhecimento CNPq	2009		2013		Crescimento	
		Título	Fascículos	Título	Fascículos	Título	Fascículos
Periódicos	Ciências Exatas e da Terra	40	2.782	67	4.749	27	1.967
	Ciências Biológicas	37	2.482	56	1.796	19	-686
	Engenharia / Tecnologia	11	509	32	1.613	21	1.104
	Ciências da Saúde	137	6.920	194	13.217	57	6.297
	Ciências Agrárias	29	1.528	48	2.797	19	1.269
	Ciências Sociais e Aplicadas	124	8.316	226	12.095	102	3.779
	Ciências Humanas	152	5.132	304	9.325	152	4.193
	Linguística, Letras e Artes	9	182	38	785	29	603
TOTAL		539	27.851	965	46.377	426	18.526

Fonte: CBC/PREG.

Elaboração: CBC/PREG.

176

Tabela 24: Acervo de teses e dissertações defendidas na UFMS - repositório institucional

Teses e dissertações	2009	2010	2011	2012	2013	Crescimento
Defendidas na UFMS	532	643	773	908	1.057	525

Fonte: CBC/PREG.

Elaboração: CBC/PREG.

Tabela 25: Outros materiais bibliográficos

Acervo de eBooks						
eBooks	Área	2009	2010	2011	2012	2013
	Architecture, Design & Arts	33				
	Biomedical e Life Science	387	369	429	488	567
	Business & Economic	259	240	245	261	0
	Computer Science	861	923	1.030	969	1.101
	Engineering	560	539	722	647	0
	Humanities Social Sciences e Law Libraries	302	292	505	518	0
TOTAL	2.402	2.363	2.931	2.883	1.668	
Bases	Coleção da Editora Atheneu / área de Biomédica tem de 1998 a 2006 um total de 850 títulos					
	Coleção da Editora Elsevier / área de Direito tem 78 títulos em português					
	Assinatura da Base v lex / área de Direito para o ano de 2014					
	Assinatura para 2014 das 12 Normas da ABNT relacionadas à Normalização de Trabalhos Científicos					

Fonte: CBC/PREG.

Elaboração: CBC/PREG.

Formas de atualização e expansão do acervo

O Sistema de Bibliotecas da UFMS conta com uma Comissão de Seleção de Material Bibliográfico – COMABI, constituída por um representante docente de cada centro, câmpus e faculdade. As sugestões são efetuadas pelos professores, que devem priorizar os cursos em avaliação e o reconhecimento de cursos novos. A distribuição de recursos leva em conta o número de alunos e o preço médio do livro.

A aquisição do Sistema de Bibliotecas da UFMS é centralizada na Coordenadoria de Biblioteca Central e os recursos são provenientes do Orçamento, basicamente na fonte do tesouro. O processo de aquisição de material bibliográfico na Biblioteca Central é realizado através do *software* Pergamum e encaminhado a CGM para realizar a aquisição através de pregão.

Horário de funcionamento

A Biblioteca Central da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul é de livre acesso, e destina-se à comunidade universitária e ao público em geral, permanecendo aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 22 horas, e, aos sábados, das 7h30min às 12 horas. No período de férias escolares, será adotado o seguinte horário de funcionamento: de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 17 horas, conforme estabelecido nas normas de funcionamento.

Serviços oferecidos

Os serviços oferecidos pela Biblioteca da Universidade são os seguintes:


- a) consultas no catálogo on-line;
- b) consulta local;
- c) empréstimo domiciliar (docentes, discentes e funcionários da UFMS);
- d) reserva de livros e renovação de empréstimo on-line;
- e) empréstimo entre Bibliotecas;
- f) empréstimo de salas de estudo;
- g) orientação no uso de normas sobre documentação;
- h) divulgação de novas aquisições;
- i) treinamento de usuário e cursos de orientação bibliográfica: como usar a biblioteca, normalização de trabalhos científicos, orientação de utilização das bases de dados;
- j) comutação bibliográfica: via correios, fax, *e-mail* e *software* Ariel;
- k) as teses e dissertações da UFMS passam a fazer parte do Repositório Institucional;
- l) repositório Institucional; e
- m) SEER Sistema eletrônico de editoração de revistas.

9.4.5 Portal da CAPES, eBooks, Biblioteca Digital

Oferece acesso rápido e preciso à informação científica, atualizada e de qualidade, para a comunidade universitária (professores, pesquisadores e alunos). Disponibiliza texto completo de artigos de periódicos de mais de 35 mil revistas científicas publicadas a partir de 1995 e resumos de documentos em todas as áreas de conhecimento de mais de 126 bases de dados referenciais.

O acesso é realizado por meio do provedor UFMS - www.cbc.ufms.br - *link* periódicos CAPES. Acesso no câmpus da Universidade e fora, via banda larga, a livros eletrônicos:

- Editora Atheneu: base de dados contendo texto completo de livros em informação biomédica científica, produzida por autores nacionais.;
- Editora Springer: base de dados de livros áreas – Architecture, Designs and Arts Library; Biomedical and Life Science Library; Business and Economics Library; Computer Science; Humanities, Social Sciences and Law Library, Engineering; e
- Editora Elsevier: 78 títulos de livros em português, área de Direito.



**10. Atendimento
às Pessoas com
Necessidades
Educativas
Especiais ou
com Mobilidade
Reduzida**

PDI 2015-2019



10.1 Acessibilidade

As instituições de ensino superior, enquanto espaço de produção e disseminação de conhecimento, devem se colocar como vanguarda nas proposições de ações que visam à promoção de condições acessíveis para garantir o ingresso e permanência dos alunos, incluindo aqueles que possuem algum tipo de deficiência.

Tornar a UFMS acessível é um desafio a ser enfrentado, considerando que as estruturas prediais e urbanísticas foram planejadas e edificadas, em sua maioria, na década de 1970. Além dessas restrições de mobilidade tanto em ambientes internos quanto externos, há outras que merecem atenção por parte da comunidade universitária, dentre elas as relacionadas ao currículo, à comunicação e à informação. Pretende-se assegurar que nos próximos anos, essas dificuldades sejam minimizadas ou neutralizadas com a disponibilização de espaços, mobiliários, equipamentos, edifícios, meios de transportes, meios de comunicação, informação e a proposição de currículos que atendam à diversidade da população que circula no ambiente universitário.

A acessibilidade que se vislumbra é a prevista na perspectiva do desenho universal, a qual prevê uma arquitetura direcionada para todas as pessoas indistintamente, atendendo-as em suas necessidades específicas, favorecendo o desempenho de suas atividades cotidianas com autonomia, segurança e conforto. Espera-se permitir aos usuários do espaço público o direito de ir e vir, conforme o disposto no Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Esse documento define a acessibilidade como

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004, p. 45-46).

A ampliação das oportunidades educacionais para os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais em decorrência de alguma condição física, sensorial, mental, intelectual que o coloque em situação de incapacidade diante das diversas situações acadêmicas e de outra natureza podem ser garantidas por meio da acessibilidade. Portanto, os cuidados para tornar a UFMS acessível devem se estender, ainda, às mudanças no projeto de ensino, que possibilite currículos desenhados na perspectiva da educação

inclusiva. Essa proposta exigirá investimentos na formação e na gestão de profissionais. Desse modo, a construção de uma política institucional inclusiva requer desenvolvimento de ações relacionadas:

Ao currículo, comunicação e informação: ações que têm por intuito a construção de currículos que atendam a diversidade das características educacionais dos estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação, garantindo-lhe o acesso, a permanência e o máximo de autonomia para concluírem o curso de ensino superior. Portanto, a proposta curricular desses cursos deverá respeitar a diversidade dos ritmos de aprendizagem dos alunos, valorizando as suas experiências acadêmicas e não acadêmicas, possibilitando-lhes condições de ensino aprendizagem;

À formação de profissionais: ação que tem por finalidade promover orientações e cursos em diversos níveis que visem ao desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas e para o uso da Língua Brasileira de Sinais, Tradutor ou Intérprete de leitura do sistema *Braille*, serviços de audiodescrição e profissionais que atuam com tecnologias assistivas;

À infraestrutura: visa a colaborar com os órgãos competentes da UFMS na oferta de subsídios técnicos sobre as adequações arquitetônicas, urbanísticas pertinentes à infraestrutura na perspectiva do desenho universal;

À extensão: visa a promover ações de extensão que visem a participação da comunidade nos projetos de extensão por meio dos requisitos de acessibilidade na perspectiva da inclusão social.

À pesquisa: tem por finalidade fomentar estudos relacionados ao desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada que visem à melhoria das condições educacionais na perspectiva da inclusão;

Reserva de vagas para estudantes com deficiências: estimular a discussão sobre o assunto e propor a criação de mecanismos de acesso à Universidade diferenciado para esse público.

Há muito a se fazer para a construção de cultura inspirada na perspectiva da educação inclusiva. No entanto, algumas iniciativas expressam mudanças nessa direção, com destaque para a criação da Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (DIAF) que integra a Coordenadoria de Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. Seu objetivo é de promover condições de permanência a acadêmicos que apresentam algum tipo de impedimento

físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação.

Ainda, a acessibilidade na UFMS organiza-se a partir das orientações oferecidas pelo Ministério da Educação, que, por meio do Programa Incluir vem assegurando a implantação de Núcleos de Acessibilidade Ensino Superior, por meio de financiamento para aquisição de materiais adaptados e reformas dos espaços institucionais. Ainda que incipiente, os recursos disponibilizados, somados aos recursos destinados pela UFMS tem viabilizado construções, reformas, adaptações de ambientes externos e internos da cidade universitária e de seus câmpus. A tabela subsequente apresenta os espaços que foram adaptados às condições de acessibilidade.

Tabela 25: Espaços adaptados à Acessibilidade

Unidade	Piso tátil ¹⁶	Elevador	Banheiro adaptado	Rampas de acesso	Outros (Citar) ¹⁷
CCBS	6	5	62	22	4
CCHS	6	2	24	6	0
CPAN	3	4	20	13	0
CPAQ	0	0	2	2	0
CPAR	0	0	4	2	0
CPBO	0	0	0	0	0
CPCS	0	0	5	3	0
CPCX	1	0	5	2	0
CPNA	0	0	2	0	0
CPNV	0	0	1	1	0
CPPP	0	0	4	2	0
CPTL	1	3	18	3	0
FACOM	1	1	6	1	0
FADIR	1	0	1	0	0
FAENG	0	2	10	4	0

Continua

Continuação

Unidade	Piso tátil ¹⁶	Elevador	Banheiro adaptado	Rampas de acesso	Outros (Citar) ¹⁷
FAMED	0	1	4	0	0
FAMEZ	0	0	1	15	0
FAODO	0	1	8	5	0
INFI	0	1	1	1	0
INMA	1	1	0	0	0
INQUI	0	0	2	1	0
PROINFRA	17	3	12	10	0
TOTAL	37	24	192	93	4

Fonte: PROINFRA.

Elaboração: DINS/CPI/PROPLAN.

¹⁶Quantidade de setores na Unidade que têm piso tátil

¹⁷O CCBS citou portas, corredor, acesso plano e porta de 0,9m

O Programa Incluir objetiva a inclusão de estudantes no Ensino Superior nas instituições federais de ensino superior. Para esse fim, disponibiliza recursos para aquisição de tecnologias assistivas, desenvolvimento de material didático e pedagógico acessíveis, aquisição de mobiliário e adequação arquitetônica. Parte desses recursos foi destinada ao Laboratório de Educação Especial (LEE), construído em 2010, com o propósito de desenvolver e oferecer apoio educacional para os estudantes com tipos de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação.

O público-alvo para o qual se destinam as ações do Programa Incluir é integrado por acadêmicos com deficiências, no entanto, a UFMS tem atendido outros acadêmicos que na legislação brasileira têm sido considerados como públicos-alvos da educação especial. Com destaque para aqueles que apresentam transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e que requerem apoios especiais para que o sucesso acadêmico se efetive. Em tempo, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais apresenta as seguintes definições:

Deficiência: é aquela pessoa que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas. No caso de um estudante com deficiência, as barreiras que podem impedir sua escolarização e participação plena localizam-se no espaço escolar; Transtornos Globais do Desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição os alunos com autismo, síndrome do espectro do autismo, psicose infantil. Altas habilidades ou superdotação: aqueles que apresentam potencial elevado e grande envolvimento com áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, artes e psicomotricidade, artes e criatividade (BRASIL, INEP, 2010, p.7) .

Salienta-se que a estruturação de uma rede de apoio para consolidar a acessibilidade promove resultados mais amplos e exitosos, já que exige o envolvimento de todas as Pró-reitorias, Unidades Setoriais, comunidade acadêmica e Reitoria. Nesse sentido, a construção de diálogos, políticas e ações deve propiciar a articulação entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a integração da comunidade universitária, demonstrando porquanto os esforços que a UFMS tem empreendido para promover e assegurar o desenvolvimento pleno das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Assim, recomenda-se que para os próximos anos haja investimentos para a ampliação das ações em prol do acesso, permanência e conclusão dos acadêmicos de cursos de graduação e pós-graduação que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação. A política de inclusão da UFMS, destinadas a esse público-alvo, tam como diretrizes gerais:

- a) acompanhar o ingresso, permanência e conclusão dos discentes, visando a lhes proporcionar os apoios educacionais necessários para o sucesso acadêmico;
- b) fomentar a articulação dos diferentes setores e áreas de formação da UFMS, com a finalidade de promover condições de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da inclusão;
- c) estimular parcerias interinstitucionais em prol da construção de ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão direcionada aos estudantes que apresentam algum tipo de

¹⁸Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/educacao/educacao-especial>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação;

- d) realizar ações que objetivem eliminar as barreiras de natureza arquitetônica, comunicacional, pedagógica, instrumental, legal (políticas) e atitudinal;
- e) contribuir na atualização e elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação com conteúdos ou disciplinas que abordam assuntos relacionados às necessidades educacionais dos estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação;
- f) ampliar a oferta de cursos de formação de recursos humanos para atender às necessidades educacionais de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação;
- g) fomentar ações com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas para propiciar condições de acessibilidades para os profissionais que apresentam deficiências;
- h) estimular a contratação de professores e técnicos especializados por meio de concursos públicos para atender às necessidades educacionais especiais de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação; e
- i) criar e participar de fóruns de discussões que abordem assuntos relacionados à educação de acadêmicos que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação no ensino superior.



The image shows a large, modern university building with a brick facade and blue accents. A prominent palm tree stands in the foreground on the left. Several people are walking on a paved path in front of the building. The sky is clear and blue. A yellow banner is overlaid on the top left, and another yellow banner is at the bottom center.

11. Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira

PDI 2015-2019



11.1 Planejamento orçamentário e financeiro

O Orçamento Público, em sentido amplo, é um documento legal (aprovado por lei) contendo a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas por um governo em um determinado exercício, geralmente compreendido por um ano. No entanto, para que o orçamento seja elaborado corretamente deverá seguir os princípios básicos definidos na Constituição, na Lei 4.320/64, no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei de Orçamento (LOA) e na recente Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

No âmbito federal os três instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO e LOA) estão previstos no Art. 165 da Constituição Federal do Brasil de 1988 e são de iniciativa do Poder Executivo que os submete ao Congresso Nacional sob a forma de projetos de lei específicos para serem apreciados, discutidos e convertidos em lei.

Esses instrumentos de planejamentos espelham as decisões políticas e estabelecem as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade. Apresentam múltiplas funções - de planejamento, contábil, financeira e de controle. Ao mesmo tempo, por serem instrumentos de administração das ações governamentais, cabe a eles mensurar as próprias condições internas necessárias para execução dos planos previstos. Ou seja, não só relata o que pretendem cumprir como, também, estabelecem uma estrutura que dê capacidade de realização

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), como entes públicos vinculados ao Ministério de Educação (MEC), participam e são contempladas nos instrumentos de planejamento do Governo Federal (PPA, LDO e LOA) como agentes de políticas de governo para a alocação de recursos à sociedade, para distribuição de renda e para a promoção do desenvolvimento social e econômico.

O orçamento destinado às IFES vem ao encontro do cumprimento das metas estabelecidas nos programas de governo decorrentes da interação entre o PPA, no qual são estabelecidas às diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada; a LDO que orienta a elaboração do orçamento, com vigência anual, e na qual são estabelecidas as metas e prioridades a serem contempladas no Orçamento; e a LOA na qual são previstos os recursos para a execução dos programas de governo para aquele ano.

11.2 Demonstração da Sustentabilidade Financeira

A proposta orçamentaria da UFMS é elaborada com base nos recursos disponibilizados pelo Ministério da Educação por meio do Sistema Integrado de Monitoramento (SIMEC), compreendendo as seguintes fontes de financiamento para desenvolvimento de suas atividades: recursos do Tesouro Nacional repassados diretamente pelo MEC, convênios e receita própria, ressaltando que, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a programação de recursos para pessoal, precatórios e encargos sociais é de responsabilidade do governo federal, por isso o orçamento das instituições e entidades públicas abrange, exclusivamente, as demais despesas - chamadas Despesas Discricionárias, denominadas genericamente de Outros Custeios e Capital (OCC), incorporando os programas, os projetos e as atividades, previstas na LOA.

Os recursos recebidos do Tesouro Nacional têm como parâmetro a produtividade, que determina o percentual de recursos a ser transferido para as IFES. Anualmente, a Secretaria de Planejamento e Orçamento Ensino Superior (SPO)/MEC divulga o Limite Orçamentário que se constitui em teto orçamentário para os gastos, e estabelece um prazo para que as IFES apresentem a Proposta Orçamentária para a aplicação dos recursos.

A distribuição dos recursos de OCC obedece à matriz de alocação de recursos que é denominada de “Matriz Andifes”. Nela são determinados os critérios para a distribuição entre as IFES. Os indicadores utilizados para a alocação dos recursos estão relacionados ao desempenho de cada instituição no que se refere ao número de alunos matriculados, formados e titulados. Atualmente a referida matriz se encontra regulamentada pelo artigo 4º, Decreto no 7.233, de 19/07/2010. E adota os seguintes critérios para distribuição dos recursos:

- a) o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação em cada período;
- b) a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento;
- c) a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional ou internacionalmente;
- d) o número de registro e comercialização de patentes;
- e) a relação entre o número de alunos e o número de docentes na graduação e na pós-graduação;
- f) os resultados da avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

- (SINAES), instituído pela Lei N. 10.861, de 14 de abril de 2004;
- g) a existência de programas de mestrado e doutorado, bem como respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e
 - h) a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento.

A receita própria provém dos recursos diretamente arrecadados por meio da prestação de serviços, arrecadação de taxas, emolumentos, pela utilização da infraestrutura universitária e demais arrecadações inerentes à área de atuação da Universidade que financiam as suas atividades ou remuneram a utilização da sua imagem e infraestrutura, além da alienação de veículos e de material permanente e da execução de contratos de prestação de serviços educacionais, pesquisa, serviços gráficos e administrativos.

As receitas convênios ou descentralizações de créditos são provenientes das transferências de órgãos da esfera federal (descentralização de créditos) ou de entes públicos (convênio), com vistas a financiar o desenvolvimento de projetos, envolvendo mútua cooperação e objetivo recíproco.

Tabela 26: Projeção das receitas e despesas

Receitas						
Tipo	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Tesouro	426.155.683	479.578.680	508.353.401	538.854.60	571.185.881	605.457.034
Matriz OCC	43.735.051	49.097.876	52.043.749	55.166.373	58.476.356	61.984.937
Própria	27.938.533	24.171.588	25.621.883	27.159.196	28.788.748	30.516.073
Convênio	6.207.902	6.611.416	7.008.101	7.428.587	7.874.302	8.346.760
Total	504.037.169	559.459.560	593.027.134	628.608.762	666.325.287	706.304.805

Continua

Continuação

Despesas						
Tipo	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Pessoal	390.517.510	438.787.952	465.115.229	493.022.143	522.603.471	553.959.680
Ativo	288.070.826	320.745.079	339.989.784	360.389.171	382.012.521	404.933.272
Inativo/Pensionista	102.446.684	118.042.873	125.125.445	132.632.972	140.590.950	149.026.407
Custeio	77.167.305	80.512.580	85.343.335	90.463.935	95.891.771	101.645.277
Custeio	38.659.225	36.713.704	38.916.526	41.251.518	43.726.609	46.350.205
Matriz OCC	38.508.080	43.798.876	46.426.809	49.212.417	52.165.162	55.295.072
Capital	30.144.452	33.547.612	35.560.469	37.694.097	39.955.743	42.353.087
Capital	24.917.481	28.248.612	29.943.529	31.740.140	33.644.549	35.663.222
Matriz OCC	5.226.971	5.299.000	5.616.940	5.953.956	6.311.194	6.689.865
Convênios	6.207.902	6.611.416	7.008.101	7.428.587	7.874.302	8.346.760
TOTAL	504.037.169	559.459.560	593.027.134	628.608.762	666.325.287	706.304.805

Fonte: PROPLAN.
Elaboração: DINS/CPI/PROPLAN.

11.3 Planos de Investimento

O aporte de investimentos ocorridos nos últimos anos foi possível mediante programas governamentais de aumento do acesso à Educação Superior, pelos quais foram disponibilizados recursos de capital e custeio para viabilizar o aumento da oferta de vagas. Com os recursos de capital, foi possível a construção de vários prédios para iniciar o processo de consolidação da infraestrutura física e de equipamentos para Unidades de Administração Setorial, especialmente os câmpus. Por sua vez, os recursos destinados para o custeio, apesar de estarem muito aquém das reais expectativas, estão possibilitando manter a estrutura existente e a nova estrutura em fase de implantação.

As novas demandas previstas no PDI 2015-2019 e o crescimento da parte acadêmica nas diversas modalidades requerem investimentos, principalmente, em infraestrutura e pessoal. Para tanto, os cursos criados, sejam eles de graduação, pós-graduação, presenciais ou a distância necessitam de novos espaços físicos que deem condições para o bom desenvolvimento das ativi-

dades, assim como a contratação de docentes e pessoal administrativo. Entretanto, somente será possível a criação de novos cursos e a oferta de novas vagas, caso haja o aporte de investimentos por parte do Governo Federal, o que possibilita a adequação da parte estrutural e a contratação de novos servidores.

Comissão Central de Elaboração do PDI/2010-2014

UNIDADE	NOME	MEMBROS
REITORIA	Vanessa Amin	Titular
	Valdinei Costa de Almeida	Suplente
PREG	Yvelise Maria Possiede	Titular
	Osilda Domingues de Oliveira Fernandez	Suplente
PROPP	Jeovan de Carvalho Figueiredo	Titular
	Edson Rodrigues Carvalho	Suplente
PREAE	Valdir Souza Ferreira	Titular
	Samanta Felisberto Teixeira	Suplente
PRAD	Claodinaldo Fragoso da Silva	Titular
	Dario Cesar Brum Arguello	Suplente
PROPLAN	Marize Terezinha Lopes Pereira Peres	Titular
	Homero Scapinelli	Suplente
PROGEP	Robert Schiaveto de Souza	Titular
	Luiz Rogério Mello Francelino	Suplente
PROINFRA	Júlio Cesar Gonçalves	Titular
	Claudio Zarate Max	Suplente
CCBS	Dulce Lopes Barboza Ribas	Titular
	Fabrcia Teixeira Sanches	Suplente
CCHS	Geraldo Vicente Martins	Titular
	José Márcio Licerre	Suplente
CPAQ	Auri Claudionei Matos Frubel	Titular
	Alice Maria Derbocio	Suplente
CPAN	Edgar Aparecido da Costa	Titular
	Ramona Trindade Ramos Dias	Suplente
CPTL	José Antônio Menoni	Titular
	Gerson de Oliveira Pinto	Suplente

UNIDADE	NOME	MEMBROS
CPAR	Andréia Cristina Ribeiro	Titular
	Tatiana Bertoldi Carlos	Suplente
CPCX	Gedson Faria	Titular
	Marcelo Rocha Barros Gonçalves	Suplente
CPCS	Fábio Henrique Rojo Baio	Titular
	Luís Gustavo Amorim Pessoa	Suplente
CPNA	Alexandre Pierezan	Titular
	Célio Vieira Nogueira	Suplente
CPBO	Noslin de Paula Almeida	Titular
	Caroline Pauletto Spanhol	Suplente
CPPP	Amaury Antônio de Castro Junior	Titular
	Reginaldo Inojosa da Silva Filho	Suplente
CPNV	Daniel Henrique Lopes	Titular
	Jorge Ricardo Gouveia	Suplente
FAMED	Ernesto Antônio Figueiró Filho	Titular
	Tatiana Serra da Cruz	Suplente
FAODO	Paulo Zárate Pereira	Titular
	Rosemary Oshiro	Suplente
FAMEZ	Camila Celeste Brandão Ferreira Itavo	Titular
	Ricardo Carneiro Brumatti	Suplente
FADIR	Ynes da Silva Felix	Titular
	Luciane Coimbra de Carvalho	Suplente
FAENG	João Onofre Pereira Pinto	Titular
	Edson Antonio Batista	Suplente
FACOM	Nalvo Franco de Almeida Junior	Titular
	Renato Porfírio Ishii	Suplente
INMA	Patrícia Sândalo Pereira	Titular
	Flávia Zechineli Fernandes Bastos	Suplente

UNIDADE	NOME	MEMBROS
INFI	Dorotéia de Fatima Bozano	Titular
	Além-Mar Bernardes Gonçalves	Suplente
INQUI	Lincoln Carlos Silva de Oliveira	Titular
	Amilcar Machulek Junior	Suplente
NHU	Maria José Martins Maldonado	Titular
	Rildon Vaz da Silva	Suplente
NTI	Luciano Gonda	Titular
	Péricles Christian Moraes Lopes	Suplente
SISTA	Luiz Carlos Vasconcelos	Titular
	Lucivaldo Alves dos Santos	Suplente
ADUFMS	Antônio Lino Rodrigues de Sá	Titular
	Marco Aurélio Stefanis	Suplente
AAPP	Gustavo José Remião Maciel	Titular
	Arnaldo Santos Gasparini	Suplente
DCE	Guadalupe Vieira Cabreira	Titular
	José Elias Rodrigues de Figueiredo	Suplente

Elaboração e Consolidação do PDI - 2015-2019
Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento - PROPLAN

Marize Terezinha Lopes Pereira Peres
Pró-Reitora - PROPLAN

Homero Scapinelli
Coordenador - CPI

Cláudia Freire da Silva Kishi
Chefe - DIAA

Jean Paulo de Sá Ajala
Chefe - DINS

Odilson Ocampos
Chefe - DIGE

Marcel Lopes
Técnico de Informações - DIGE

Maira Camacho - DIPV/CCS
Projeto Gráfico

Maira Camacho e Marina Arakaki - DIPV/CCS
Editoração eletrônica

Vanessa Amin - DIJO/CCS
Revisão



